UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NAS TRILHAS DO (A) CAPITAL
Estudo socioespacial de Teresina - Piauí

ANA KARLA COELHO DE CARVALHO

TERESINA-PI
2022

ANA KARLA COELHO DE CARVALHO

NAS TRILHAS DO (A) CAPITAL
Estudo socioespacial de Teresina - Piauí

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí como exigência para obtenção do título de mestre em sociologia.

Orientador: Professor Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa

TERESINA-PI

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

C331n Carvalho, Ana Karla Coelho de.
Nas trilhas do (a) capital : estudo socioespacial de Teresina - Piauí / Ana Karla Coelho de Carvalho. -- 2022.
166 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Teresina, 2022.
"Orientador: Professor Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa".

1. Decadência urbana. 2. Comércio. 3. Mudanças. 4. Teresina. 5. Centro. I. Barbosa, Eriosvaldo Lima. II. Título.

CDD 303.45

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004

ANA KARLA COELHO DE CARVALHO

NAS TRILHAS DO (A) CAPITAL
Estudo socioespacial de Teresina - Piauí

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí como exigência para obtenção do título de mestre em sociologia.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa
Universidade Federal do Piauí - UFPI

_____
Profa. Dra. Catarina Nery da Cruz Monte
Instituto Federal do Piauí - IFPI

_____
Prof. Dr. Gabriel Eidelwein Silveira
Universidade Federal do Piauí - UFPI

TERESINA-PI

2022

Teresina

Você me deixa tonto, zonzo
Quase como louco de encantamento
Eu desanoiteço no seu todo de mulher
No verde dos seus olhos de menina
Seu olhar de querubina faz o sol me esquentar
E quando é noite a lua nina Teresina
Que desatina até o sol raiar

De manhã, eu olho pra Timon
E sinto o gosto bom do Parnaíba desaguar
Então eu choro transbordantemente
Que alegre enchente no meu coração
São dois rios lindos com as águas claras
Desse Parnaíba que não volta mais
Apenas olho minha Teresina
Como quem delira na beira do cais

Ai, troca, quem troca destroca
Minha Teresina não troco jamais
No troca-troca, quem troca destroca
Minha Teresina não troco jamais

Lázaro do Piauí



Foto: batismo da pesquisadora pelo pároco e historiador Monsenhor Chaves, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo – Teresina – Piauí (1975)

Acervo Pessoal da Autora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir reingressar na vida acadêmica com saúde e disposição necessárias durante esta caminhada. Sim, houve momentos de desânimo, principalmente após o isolamento social que a Pandemia de COVID- 19 nos obrigou a enfrentar, mas a fé que tenho no Pai prontamente me ajudou a superá-los.

À toda minha família e amigos que sempre acreditaram na minha capacidade, meu muito obrigada, especialmente meus pais José Assunção e Carmen por sempre me apoiarem e incentivarem na vida pessoal, profissional e acadêmica. Amo vocês!

Às minhas filhas Ana Carolina e Maria Cristina, vocês são luz na minha vida, são a fonte de toda minha inspiração. São o combustível necessário para que eu não desista e nem recue nas horas difíceis. São minhas melhores amigas de quem sou fã. Eu não existo sem vocês. Obrigada!

Ao Carlos Daniel que me levou pela mão a participar da seleção, me guiou, me apoiou, me incentivou, me encorajou nos piores momentos! Obrigado por tudo.

Ao meu orientador Professor Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa, por aceitar seguir nessa jornada comigo como orientador. Obrigada por confiar na minha pesquisa e na minha capacidade para realizá-la. Obrigada por me guiar quando a pandemia me fez abandonar uma pesquisa inicial já qualificada, posto que o isolamento social promoveu o fechamento do Shopping da Cidade, meu 1º campo de pesquisa eleito e me impossibilitou de concluir a coleta de dados em andamento. Não foi fácil retroceder e começar uma nova pesquisa do zero. Sem seus conhecimentos e principalmente sem sua paciência e dedicação eu não teria conseguido! Gratidão.

À Professora Dra. Ana Beatriz Seraine pelo carinho, pelo apoio e por me escolher para sua única vaga de orientanda à época da seleção, muito obrigado. Ao Professor Dr. Gabriel Eidelwein pelos conhecimentos transmitidos, pelo apoio, pelo carinho, pela amizade, obrigado por tudo! Sou muito sua fã!

À Professora Dra. Catarina Nery, pela amizade, pelo apoio, pelo carinho, pelo afeto, pelo companheirismo, pelas palavras motivacionais, por ajudar em tantos detalhes, nosso encontro acadêmico foi sem dúvida uma benção na minha vida! Você é muito mais que uma amiga! Sem palavras para agradecer!

À Instituição Universidade Federal do Piauí, e a todos aqueles que tornaram possível a realização desta tarefa, meus mestres, funcionários do Programa de Pós-

Graduação em Sociologia - PPGS, na pessoa do Érico Jorge Valadares, meu agradecimento e admiração.

À Dra. Laís Andrade, que tanto me ajudou a atravessar esse momento em que a pandemia nos trouxe um adoecimento mental que por muito pouco não me fez desistir, mais que uma médica ou psiquiatra, você é um ser humano espetacular. Toda a minha admiração e respeito! Sem seus cuidados eu também não teria conseguido.

A todos que de alguma forma torceram por mim, meus amigos, colegas de profissão que sempre acreditaram no meu potencial, em especial ao Márlio Moura, pelos conhecimentos e amplos debates não só jurídicos como sociológicos e de vida. Todo meu carinho e admiração.

Obrigado a quem acredita na pesquisa, no meio de tanto caos que o mundo moderno nos mergulha! Muito obrigado a todos!

RESUMO

Esse trabalho tinha como foco originário identificar as mudanças experimentadas pelos trabalhadores do “comércio de rua”, partindo-se da reconfiguração socioespacial vivenciada por estes, ao serem transferidos do Centro de Teresina-PI para o Shopping da Cidade. Contudo, com a pandemia de COVID-19 que se instalou e assombrou o nosso país, obrigando a população a praticar o isolamento social para evitar a proliferação da doença, o comércio não essencial de praticamente todo o nosso país foi obrigado a fechar as portas por um grande intervalo temporal, o que também ocorreu com Shopping da Cidade, espaço eleito como campo de pesquisa. Com a obrigatoriedade de reformulação do objeto, voltou-se o foco desta pesquisa agora para entender como o capital influenciou na tessitura, no desenvolvimento, no apogeu e no declínio do bairro Centro de Teresina. O capital, para se proteger encontra-se em constantes mudanças, se reinventado e impondo transformações em suas instituições, cabendo aos que não detêm os meios de produção os maiores esforços para garantir a sobrevivência, como ocorreu, por exemplo, entre os trabalhadores de comércio de rua de Teresina, bem como o processo de deslocamento de uma significativa parcela de famílias abastadas do centro da cidade à Zona Leste, acompanhadas por um comércio elitizado que viria a atender essa população que ali se instalou. Ora, mas por que, exatamente, Zona Leste? Buscou esta pesquisa pistas para descobrir o porquê de grande parcela da população ter migrado para o outro lado do Rio Poty, chamado de Zona Leste. Constatou-se a imperativa preponderância do capital em promover a própria morfologia de Teresina e que o processo de urbanização da cidade dos últimos anos contribuiu, de forma incisiva, para acentuar as disparidades existentes nos grupos e classes sociais, bem como na produção do espaço urbano. O problema desta pesquisa consiste em desvendar como o Centro de Teresina, passando por períodos de auge e posterior declínio, sempre alimentado pelos interesses do capital, perde a posição de espaço de prestígio e moradia da classe abastada da sociedade teresinense, para local de abandono, degradação de vários prédios históricos e comércio estigmatizado como voltado para atender apenas a população pobre. O trabalho encontra-se baseado no universo da teoria sociológica urbana e insere-se no âmbito da abordagem qualitativa, sendo necessário uma ampla pesquisa exploratória bibliográfica, bem como coleta de dados realizada de forma virtual através do “*google forms*”, em virtude da necessidade de mudança do objeto provocada pela COVID-19, pelo qual uma amostra de 38 (trinta e oito) pessoas escolhidas de forma aleatória, responderam em que bairro moram, em qual morariam, se morariam no centro da cidade de Teresina e o porquê da última resposta. A pesquisa se baseou além da leitura bibliográfica, em uma ampla abordagem através de imagens que ocupam local de importância e destaque em nosso trabalho, uma vez que se encontram aptas a inserir o leitor de maneira visual às respostas propostas ao longo de toda esta pesquisa, consistente em demonstrar como o capital vai mobilizando uma gama de recursos humanos, políticos, econômicos ou mesmo geográficos para impor a morfologia que a cidade de Teresina acabou assumindo ao longo de sua história. Por fim, concluímos que o capital além de influenciar a morfologia de toda a cidade, acabou por promover mudanças no formato de se praticar a urbanização e o comércio do Centro de Teresina, que passa de espaço inaugural da cidade por um apogeu que englobava famílias abastadas a lugar marginalizado e desabitado, com o comércio remanescente estigmatizado e voltado para população carente.

Palavras-chave: comércio, mudanças, Teresina, Centro, decadência urbana

ABSTRACT

This work had the original objective of identifying the changes underwent by the workers of "street commerce", with the sociospatial reconfiguration lived by them, due to the transfer from Teresina downtown to the City Shopping Mall, as a starting point. However, in consequence of the COVID-19 pandemic that has severely affected our country and forced the population to self isolate, the non essential commerce was practically forced to close it's doors for a huge time lapse, which also befell the City Shopping Mall, the space elected as the research field. In the face of the need to reformulate the subject matter, the focus of this research turned to understanding how the capital has influenced the birth, the development, the peak and the decline of the City's Dowtown. The capital, in order to protect itself, is under constant change, imposing transformation on it's institutions, and the ones who don't hold the means of production are left to find new means of survival. That's what's happened, for exemple, with the street vendor workers, as well as the moving of a significant percentage of wealthier families, from the downtown to the city's east zone, accompanied by an elitized commerce to cater to that population. But why the east zone? The present research looked for clues as to why a large portion of people had moved to the other side of the Poty River, known as the east zone. It was then verified the imperative preponderance of the capital on creating the morfology of the city itself, and also that the process of urbanization of the city in recent years has contributed decisively to accentuate the disparities between groups and social classes, as well as to create the urban space. The research problem consists on unveiling how the City Downtown, after going through periods of peak and decline, always fed by the interests of the capital, lost it's position of a space of prestigy and of the home of the wealthy class, to a place of abandonment, with the degradation of multiple historic buildings and commerce stigmatized as exclusively for the poorer population. This work is based on the universe of the urban sociological theory and fits in the scope of qualitative analysis, and an ample bibliographical study is therefore needed, as well as the virtual collecting of data through "google forms", in virtue of the change of subject provoked by COVID-19, for which a sample of 38 randomly chosen people answered what district they live in, which they'd like to live in, whether they'd live downtown and the reason for their answer. This research, besides being based on bibliographic studies, also utilizes images quite important to the results, since they can visually take the reader to the answers proposed throught this work, namely, demonstrating how the capital mobilizes a variety of resources, be they human, politic, economic or even geographic, to impose the morphology of what Teresina has become through it's history. At last, we conclude that the capital, in addition to influencing the city's morphology, has promoted changes manifested as urbanization and as the alterations downtown, where there's been a journey of peak and place of wealth to a marginalized, unhabited space, with a stigmatized remaining commerce and focus on the poorer populations.

Key-Words: commerce, changes, Teresina, downtown, urban decay

LISTA DE SIGLAS

BNH - Banco Nacional De Habitação

CEF - Caixa Econômica Federal

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojista

CNVP - Companhia de Navegação a Vapor do Parnaíba

COHAB - Companhia de Habitação do Piauí

FAMCC - Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários

FAMEPI - Federação de Associações de Moradores do Estado do Piauí

FRIPISA - Frigorífico Do Piauí S/A

LOBRAS - Lojas Brasileiras

OMS - Organização Mundial da Saúde

PDLI - Plano Diretor Local Integrado

PET - Plano Estrutural De Teresina

SFH - Sistema Financeiro De Habitação

SDU - Superintendências de Desenvolvimento Urbano

SEMPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Municípios criados entre 1940-2010 49
Figura 02 - Polígono industrial brasileiro – 1991..... 54
Figura 03 - Distribuição da população urbana segundo sua classe de tamanho – 1940 a 2010. 55
Figura 04 - Distribuição espacial da densidade populacional por munícipios no Brasil em 2010..... 56
Figura 05 - Localização do Plano Inicial de Teresina 63
Figura 06 - Plano Inicial de Teresina (1852)..... 64
Figura 07 - Espaço urbano ocupado inicialmente por Teresina 66
Figura 08 - Planta da Praça da Constituição no final do séc. XIX..... 67
Figura 09 - Foto da Praça da Constituição em 1910 67
Figura 10 - Esquema simplificado da Praça da Constituição e aos quarteirões adjacentes 68
Figura 11 - Sobrado da Família Almendra e posterior Palácio Governamental 69
Figura 12 - Fórum da Cidade de Teresina..... 69
Figura 13 - Mercado Central de Teresina 69
Figura 14 - Rua Senador Teodoro Pacheco no início do século XX 71
Figura 15 - Trecho da Rua 07 de Setembro no início do século XX 71
Figura 16 - Avenida Frei Serafim em 1939, já arborizada, porém com poucos edifícios em sua extensão..... 74
Figura 17 - Vista aérea da Avenida Frei Serafim na primeira metade do século ... 74
Figura 18 - Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyenses (1918)..... 75
Figura 19 - Avenida Frei Serafim em 1939, já arborizada, porém com poucos edifícios em sua extensão..... 77
Figura 20 - Ocupação da cidade de Teresina até 1930..... 78
Figura 21 - Vila Operária em 1950. 79
Figura 22 - Representação do perímetro urbano de Teresina entre 1800 e 1950...80
Figura 23 - População urbana e rural do Brasil entre 1940-2010..... 83
Figura 24 - Distribuição populacional em Teresina entre os anos de 1991 e 2010 84
Figura 25 - Construção da Ponte Juscelino Kubistchek em 1950 85
Figura 26 - Conjunto Habitacional Parque Piauí na década de 1960..... 86

Figura 27 - A indicação do Início da Ocupação da Zona Sudeste de Teresina/PI, 1981 87
Figura 28 - Conjunto Tancredo Neves 88
Figura 29 - Conjunto João Emílio Falcão 88
Figura 30 – Mapa de evolução da ocupação do perímetro urbano de Teresina-PI entre 1800 e 1991 90
Figura 31 - Vista aérea do *Shopping Riverside Walk* em 2012. 92
Figura 32 - Teresina Shopping em 1992. 92
Figura 33 - Ponte Mariano Castelo Branco, mais conhecida como Ponte do Poti Velho 93
Figura 34 - Bairro Santa Maria da Codipi 93
Figura 35 - Teresina entre 1984-2006 96
Figura 36 - Divisão territorial das SDUs urbanas 97
Figura 37 - Composição das zonas urbanas e rural de Teresina 100
Figura 38 - Vapor João de Castro da Cia. De Navegação do Rio Parnahyba. 105
Figura 39 - Balsas do Rio Parnaíba 106
Figura 40 - Enchente em Teresina em 1926, nas proximidades da Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyense (atual Armazém Paraíba) 107
Figura 41 - Teatro 4 de Setembro 108
Figura 42 - Praça Uruguaiana (Praça Rio Branco), em destaque o coreto 109
Figura 43 - Presidente Getúlio Vargas na Praça Rio Branco 109
Figura 44 - Estação de Ferroviária 110
Figura 45 - Jornal o Estado de São Paulo 110
Figura 46 - Estação Ferroviária de Teresina 110
Figura 47 - Parque da Cidadania de Teresina 111
Figura 48 - Frigoríficos do Piauí S/A 111
Figura 49 -Antigo prédio da Faculdade de Direito na Praça Demóstenes Avelino 112
Figura 50 - Feira Popular de Livros Praça do FRIPISA 113
Figura 51 - Hospital Getúlio Vargas - Inauguração (03-05-1941) 113
Figura 52 - Hospital Getúlio Vargas - Fachada do HGV na década de 1970 114
Figura 53 - Foto aérea da Praça Saraiva na década de 1960. 115
Figura 54 - Ponte Juscelino Kubitschek 116
Figura 55 - Casarões da Frei Serafim 116
Figura 56 - Avenida Frei Serafim com destaque para a sede do DER-Piauí 117

Figura 57 - Anel viário central no cruzamento das avenidas Maranhão e José Santos e Silva - Implantação da Praça Da Costa e Silva, início da década de 1980. 118
Figura 58 - Calçadão da Rua Simplício Mendes no final da década de 30..... 121
Figura 59 - Calçadão da Rua Simplício Mendes no final da década de 70..... 122
Figura 60 - Calçadão da Rua Simplício Mendes no final da década de 80..... 122
Figura 61 - Camelôs no centro de Teresina..... 124
Figura 62 - Camelôs no Centro de Teresina..... 125
Figura 63 - Camelôs no Calçadão da Simplício Mendes..... 126
Figura 64 - Comércio informal na Praça Rio Branco 127
Figura 65 - Comércio informal na Praça Rio Branco 129
Figura 66 - Shopping da Cidade 137
Figura 67 - Vista Aérea do Shopping Rio Poty 137
Figura 68 - Casarão na Avenida Antonino Freire..... 143
Figura 69 - Casarão na Avenida Antonino Freire..... 144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População e área de Chicago (1840 - 1930) 38
Tabela 2 - Vilas e Cidades (Criadas)..... 48
Tabela 3 - Distribuição da população brasileira de 1940 a 1991 50
Tabela 4 - Proporção da população urbana, segundo as grandes regiões (1940 - 2000).. 52
Tabela 5 - População residente em Teresina entre 1872 - 1950..... 80
Tabela 6 - Dinâmica de crescimento populacional de Teresina entre 1940 - 2010 82
Tabela 7 - Condições de moradia por densidade populacional (percentual da população) 2010..... 83
Tabela 8 - Evolução do número de Vilas e Favelas em Teresina 1991-1999 94
Tabela 9 - Divisão populacional conforme SDUs. 98
Tabela 10 - Leis que alteraram o perímetro urbano e os limites dos bairros de Teresina entre 2006-2015..... 99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População residente - 1991 a 2010 121
Gráfico 2 - Número de empresas formais no ano de 2015..... 123
Gráfico 3 - Percentuais de empresas formais por setor em 2015 123
Gráfico 4 - População residente – 1991 a 2010. 135
Gráfico 5 - Porcentagem de pessoas que morariam no Centro 138
Gráfico 6 - Motivos aduzidos para não morar no Centro em porcentagem..... 139
Gráfico 7 – Motivos aduzidos para não morar no Centro em n.º de respostas..... 140
Gráfico 8 - Pessoas que gostariam de morar na Zona Leste em porcentagem..... 140
Gráfico 9 - Pessoas que gostariam de morar na Zona Leste em n.º de respostas 140

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS v
LISTA DE SIGLAS viii
LISTA DE FIGURAS ix
LISTA DE TABELAS x
LISTA DE GRÁFICOS xi
INTRODUÇÃO 16
Da avenida principal da mudança ao contorno morfológico da cidade 16
Trilha metodológica 23
CAPÍTULO 01 - SOCIOLOGIA E CIDADE: PENSANDO A CIDADE E SEUS PROCESSOS DE TESSITURA ATRAVÉS DAS LENTES DA SOCIOLOGIA 27
1.1.A Cidade sob o prisma dos Clássicos da Sociologia 28
1.2. A Sociologia Urbana 37
1.3. As transformações nas cidades brasileiras: considerado as peculiaridades do cenário nacional 47
CAPÍTULO 02 - A MORFOLOGIA DE TERESINA: HISTÓRIA 59
2.1. A gênese da capital teresinense e a ocupação do centro até a década de 1940 60
2.2. Para além do centro: a expansão da cidade entre às décadas de 1950 a 1990 81
2.3. As definições atuais da malha urbana teresinense 95
CAPÍTULO 3 - A METAMORFOSE DO CENTRO DE TERESINA: DOS TEMPOS DE GLÓRIA AO ESTADO DE ABANDONO 102
3.1. O desenvolvimento do centro de Teresina e suas relações sociais: a sustentabilidade entre moradia e comércio 104
3.2. A reestruturação do Centro de Teresina – o domínio do comércio 119
3.3. A desabitação do Centro de Teresina 129
CONSIDERAÇÕES FINAIS 145
REFERÊNCIAS 152
ANEXOS

INTRODUÇÃO

Da avenida principal da mudança ao contorno morfológico da cidade

Originalmente, a realização da presente dissertação partiu do seguinte questionamento central: como se deu a mudança no processo de realocação dos trabalhadores do comércio de rua de Teresina para o espaço denominado Shopping da Cidade?

Com esse questionamento, pretendia encontrar pistas sociológicas, feitas com o trabalho de campo, para saber se de fato a relocação espacial desse comércio de rua conseguiu trazer mudanças que fossem realmente significativas para os trabalhadores e, se houve, quais seriam essas mudanças? Em que dimensão elas seriam mais visíveis? Além disso, quais seriam as que exerceram mais impactos positivos para os trabalhadores? E quais seriam as que causaram impactos negativos? Falar sobre comércio de rua só é possível com o diálogo sobre informalidade, já que esta é uma das variáveis que tornam aquele fenômeno manifesto.

Contudo, com a pandemia de COVID – 19[1] que se instalou e assombrou o nosso país, obrigando a população a praticar o isolamento social para evitar a proliferação da doença, o comércio não essencial de praticamente todo o nosso país foi obrigado a fechar as portas por um grande intervalo temporal. Em Teresina não foi diferente, com o fechamento do Shopping da Cidade, espaço eleito como campo de pesquisa. Diante da impossibilidade de finalização da coleta de dados, optei por redesenhar meu objeto de pesquisa, agora para entender como o capital influenciou na tessitura, no desenvolvimento, no apogeu e no declínio do bairro Centro de Teresina-Piauí.

O capital, para se proteger, está constantemente impondo transformações em suas instituições, cabendo aos que não detêm os meios de produção os maiores esforços para garantir a sobrevivência, como ocorreu, por exemplo, entre os trabalhadores de comércio de rua de Teresina, bem como no processo de deslocamento de uma significativa parcela de famílias abastadas do centro de Teresina para a Zona Leste, acompanhadas por um comércio elitizado que viria a

[1] A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

atender essa população que ali se instalou.

Ora, mas por que, exatamente, a Zona Leste? De um estudo anterior já realizado no Centro de Teresina com os camelôs que ali trabalharam, também nasceu em mim uma dúvida em descobrir algumas pistas que apontassem as razões pelas quais famílias inteiras, majoritariamente da classe social mais alta, migraram do centro da capital piauiense para outro lado do Rio Poty, chamado de Zona Leste.

Essa pesquisa enveredou por caminhos aptos a apontar que a importância do Centro vai além de sua posição privilegiada na cartografia das cidades (PENSAVENTO 2008; MONTE, 2016), e, no nascimento de Teresina, enquanto cidade planejada para ser capital do Estado do Piauí, em substituição à cidade de Oeiras, o Centro se colocou como região inaugural, através do qual se formaria, posteriormente, uma metrópole.

Procurou inicialmente esta pesquisadora compreender sociologicamente como nasce e se desenvolve uma cidade, e no caso específico de Teresina, quais elementos determinaram sua origem (de forma planejada) que se deu a partir do Centro. Impossibilitada de deixar de lado o estudo da sociedade que viria a habitar o espaço físico estudado (haja vista que nem só da estrutura física, a exemplo de ruas, edifícios ou construções materiais) a cidade é composta, havia que se compreender como se davam os processos e interações sociais que influenciavam aquela aglomeração de pessoas, além de uma pesquisa pelos caminhos que o capital e seus meios de produção influenciaram ou diga-se, interferiram substancialmente no desenvolvimento urbano da cidade.

Para tanto, descobrimos que os sociólogos clássicos trouxeram grande contribuição para nossa abordagem sobre o tema, a exemplo de Durkheim (1999), que nos apontou a cidade como palco das mudanças sofridas pela sociedade burguesa do Século XIX, com a Revolução Industrial.

David Émile Durkheim (1858-1917) foi sociólogo, filósofo e antropólogo judeu francês. O conhecido “pai da sociologia” nos aponta em seus estudos, que a origem e o desenvolvimento da sociedade moderna (cujo berço é cidade), passaria necessariamente pelo estudo da divisão do trabalho social. Nesse sentido, Durkheim construiu sua Teoria Social, considerando que os caminhos futuros da sociedade (e portanto, das cidades) estariam necessariamente fundamentados na organização profissional daquela população que ali habitava.

Outro sociólogo clássico, o alemão Karl Emil Maximilian Weber (1864 – 1920),

ou como ficou conhecido o também jurista e economista “Max Weber” (1999), assume um posicionamento mais analítico sobre o objeto “cidade” em sua Teoria Social. O autor nos demonstra em ao longo de sua obra um importante estudo sobre a tipologia de cidade, concebendo a partir deste que as cidades modernas ocidentais seriam o resultado das forças sociais de um determinado momento histórico. Nesse sentido, a cidade europeia (no caso, referia-se o autor à Europa Ocidental) seria fruto do capitalismo e assumiria algumas características particulares como definição econômica, aspectos políticos-administrativos, situação jurídica de seus habitantes e racionalização de sua estrutura funcional. Weber nos remete então a um ponto crucial da nossa pesquisa, pois nos apresenta e remete ao comércio como relevante fator na formação e desenvolvimento das cidades ocidentais, eis que, diferentemente das aldeias, a sociedade dos indivíduos que compõem as cidades praticavam a mercancia, não subsistiam exclusivamente da agricultura.

Já na análise da obra do filósofo, ativista político alemão, um dos fundadores do socialismo científico e da Sociologia Karl Marx (1818-1833), em que pese a cidade não aparecer como matéria principal da discussão, é neste espaço que o sociólogo vislumbra o aparecimento e consolidação da sociedade capitalista nos séculos XVIII e XIX. A cidade para Marx é o “berço da burguesia e de sua ascensão revolucionária [...] espaço onde se evidencia a exploração à qual os trabalhadores estão submetidos e onde, dialeticamente tal exploração será superada” (SANT’ANNA, 2003, p. 91). Marx, assim como Weber, nos remete à importância da dimensão econômica na constituição das cidades, mostrando que a expansão do comércio com o advento do capitalismo levou ao surgimento da “grande burguesia” que dominou a cidade, e a fez se curvar aos seus caprichos (MARX, 2003).

Percebemos em nossos estudo que os estudos das sociedades que nascem e se desenvolvem nas cidades datam de muitos anos, enquanto a análise científica das cidades - enquanto categoria autônoma da Sociologia – acontece apenas a partir do último século, ganhando ênfase com a chamada Escola de Chicago que inaugurou a chamada “Sociologia Urbana”, um movimento teórico formado por professores e estudantes da Universidade de Chicago (1915 a 1940). A Escola de Chicago e seus vários componentes passaram a observar e analisar a cidade e seus fenômenos, estudando principalmente temas como: a expansão urbana; a desorganização social, a assimilação cultural; a delinquência juvenil e as relações entre raça e cultura.

Embora composta por renomados pensadores da Sociologia, na década de 1970, a Sociologia Urbana da Escola de Chicago passa a sofrer duras críticas de um grupo de pensadores da corrente “marxista”, havendo, então, uma ruptura teórica que passou a colocar no cerne de sua análise as práticas do sistema capitalista em relação ao contexto urbano, assumindo a partir daí a cidade como expressão das contradições deste sistema socioeconômico. Como dito por Ramos (2015, p. 304): “para eles o espaço da cidade é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas”. Vários teóricos, como Castells, Lojkine, Ledrut e Lefèbvre, pertencem a esse grupo que veio a contrariar a noção sustentada pela Escola de Chicago, de que haveria um urbano por si só, a partir do qual seria possível explicar toda uma série de fenômenos sociais (SANT’ANNA, 2003).

Uma vez identificados através da nossa pesquisa bibliográfica o nascimento e o desenvolvimento das cidades e de seus comércios (direcionados pelo capital) como pertencentes aos estudos sociológicos importantes, passamos posteriormente a estudar o processo de urbanização do nosso País, e como se deu o movimento populacional do campo para a cidade, conhecido como êxodo rural. A evolução urbana do Brasil nos últimos 90 anos nos mostrou o quanto o país avançou em sua história recente, mais do que nos quatro séculos anteriores desde seu descobrimento. Conforme indicam Santos e Silveira (2004, p. 273), recentemente “todas as áreas do país conheceram um revigoramento do seu processo de urbanização, ainda que em níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território”.

Ocorre que, esse acelerado processo de urbanização de nosso país dos últimos anos contribuiu, de forma incisiva, para acentuar as disparidades existentes nos grupos e classes sociais, bem como na produção do espaço urbano delimitada pelo processo de produção do capitalismo. Levando em consideração uma relação entre espaço-tempo, percebemos que os interesses do capitalismo no desenvolvimento das cidades promoveram mudanças que desembocaram em desigualdade gritantes em todas as áreas das sociedade: mudanças “sócio espaciais, econômicas e territoriais permeiam a cidade e o urbano enquanto lugar de aglomeração de pessoas, de riqueza, de pobreza, de intensificação das formas de acumulação capitalista” (Lima, 2020).

Na cidade de Teresina, seguiu-se um padrão de que o Centro é caracterizado como primeiro local de concentração urbana e onde nasce e se desenvolve o comércio

e os serviços (Castells, 2000) e - não diferente de outras localidades - ao longo do tempo e com o crescimento espacial da cidade e surgimento das periferias, houve uma necessidade de readequação sobre a ocupação do território. O crescimento desordenado das cidades, que dentre outros fatores se deu pela migração das pessoas vindas do campo (êxodo rural), ganhou força no período industrial, conforme veremos mais adiante e envolveu também mudanças de hábitos da sociedade que até então ali ocupavam o espaço urbano.

Esta pesquisa nos demonstra então que o crescimento e desenvolvimento da cidade de Teresina passa por períodos que vão desde o processo de valorização dos imóveis do Centro da cidade no seu auge à decadência da mesma área quando ocorreu o denominado “inchaço urbano”, nos trazendo à tona que, enquanto algumas áreas da cidade tornaram-se privilegiadas - a Zona Leste - outras declinaram ao estado de semiabandono - o Centro - com o despovoamento e degradação de seus imóveis.

Assim, o problema desta pesquisa consiste em desvendar como o Centro de Teresina, passando por períodos de auge e posterior declínio (sempre alimentado pelos interesses do capital) perde a posição de espaço de prestígio e moradia da classe abastada da sociedade teresinense, para local de abandono, degradação de vários prédios históricos e comércio estigmatizado como voltado para atender apenas a população pobre.

Uma vez identificado o problema, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar através de ampla pesquisa bibliográfica, bem como mapas, tabelas e registros fotográficos, como as relações socioeconômicas impactaram na transformação do espaço urbano de Teresina - Piauí.

Entretanto, para chegarmos à compreensão dessa morfologia urbana, alguns objetivos específicos mostraram-se pertinentes: apresentar, através de revisão bibliográfica, os conceitos de cidade sob o prisma sociológico, analisando o crescimento desordenado que promoveu a ruptura do plano inicial; especificar motivos socioeconômicos que levaram o Centro da cidade de Teresina a sofrer uma transformação para área eminentemente comercial, com destaque para o espraiamento da cidade seguindo o curso do Rio Parnaíba; apontar como ocorreu o processo de marginalização do Centro de Teresina.

Segundo Monte (2019) entre as décadas de 60 e 70 ocorreu o marco de povoamento da Zona Leste e, passando esta a ser considerada área considerada

nobre, para onde a população de alto poder aquisitivo de Teresina mudou sua moradia, perdendo progressivamente o centro da cidade sua área residencial e passando a ser eminentemente comercial, com escassas residências remanescentes. Esse processo de povoamento da Zona Leste trouxe consigo um processo de desvalorização do centro da cidade, como área de moradia e como ponto principal de comércio até então existente. A situação se agrava ainda mais com a implantação dos *Shoppings Centers,* na década de 1990, que passaram a oferecer um comércio de bens e serviços, mais próximo dos bairros elitizados que compunham a Zona Leste, sobretudo para o desfrute dessa nova população que não enxergava mais o centro da cidade como lugar de moradia. Monte afirma, portanto, que:

> Com a saída dos moradores iniciada ainda na década de 1960 e 1970, o Centro passa a ser um bairro eminentemente comercial. Mas com os processos de desvalorização, mesmo como região de comércio, ocorrida nas décadas de 1980 e 1990 com vimos anteriormente, essas áreas vão se deteriorando enquanto espaços urbanos (MONTE, 2019 p.05).

Com o centro da cidade em eminente processo de desvalorização e decadência, busca o Poder Público, atendendo os interesses do capital, alternativas de “revalorização” ou “revitalização” da área, incluindo as discussões sobre realocação dos camelôs para o Shopping da Cidade, eleitos pelo Poder Público como um dos graves motivos que levaram ao processo da já citada desvalorização e degradação do centro de Teresina, conhecimento este adquirido com a pesquisa anterior.

Desse modo, pus-me a pensar o centro de Teresina como espaço de múltiplas mudanças desde a sua formação, sendo a relocação a última delas que lhe ocorreu até o presente momento (2022), surgindo os seguintes questionamentos: como se deu a sua formação? Como se tornou espaço privilegiado de residência, comércio e serviços? Sua formação atendia prioritariamente a que parcela social? Quais foram os impactos causados pela migração da população que residiam no centro transformando este em vazio residencial? Ainda mais, que impactos trouxe essa mudança ocorridas no Centro para o processo de horizontalização urbana de Teresina, ao longo de suas Zonas administrativas: Leste, Sudeste, Sul e Norte, dando a essa cidade a sua atual morfologia?

Assim, o questionamento principal consistiu em recuperar as trilhas do capital e de sua imperativa preponderância em promover a própria morfologia de Teresina, bem como entender como o centro da cidade, que por tantos anos morei, estudei e

frequentei, tornou-se local decadente e estigmatizado. Como entender que as praças e ruas usadas outrora pelos meus pais e tios para passeio, lazer e diversão, hoje encontram-se em estado de semiabandono ou mesmo consideradas locais perigoso? Como perceber que um comércio anteriormente efervescente e agitado passa a não atender mais todas as classes da sociedade que compõe nossa Teresina?

Trilha Metodológica

Nesse ponto cabe mencionar a dificuldade que encontrei ao longo do desenvolvimento deste trabalho científico, tendo sido pra mim um grande desafio estar no lugar de pesquisadora das ciências sociais haja vista que até então, me encontrava inserida no âmbito apenas do Direito, enquanto matéria estritamente positivada, ou já escrita. Havia a necessidade de mudar minha lógica de pensar (positivista), para olhar e entender as mudanças que ocorrem na sociedade e não estão descritas no ordenamento jurídico.

Também foi um grande desafio incluir a pesquisa científica no rol de tantas atividades que enquanto mulher, já havia assumido. Não se pode negar a existência da desvantagem em ser uma mulher inserida em um universo ainda predominantemente masculino, somado aos diversos encargos que a sociedade ainda impõem à condição da mulher, como ser mãe, esposa, administradora do lar e das atividades dos filhos, ser uma boa profissional, e ainda suportar uma cobrança social para não se descuidar de sua aparência física (manter-se nos padrões) e controle emocional.

No presente estudo, a pesquisa bibliográfica ocupou uma posição de destaque e teve intenção de elencar similaridades com o tema em apreço, sobretudo entre aqueles trabalhos cujo seus autores já haviam pesquisado e/ou tomado a “cidade” de Teresina como objeto, para que, assim, pudesse realizar o balanço dos conhecimentos relativos ao seu problema inicial, visando destacar suas contribuições teóricas e empíricas. Posteriormente, buscando complementar a ideia de que o Centro não é mais percebido como sendo um lugar bom para se morar ou bom para se viver, esta pesquisadora optou então por realizar uma entrevista de forma virtual, através do “*google forms*”.

A presente pesquisa insere-se no âmbito da abordagem qualitativa. Segundo Neves (1996), este tipo de abordagem consiste em “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e a decodificar os componentes de um

sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social". Segundo Richardson (1989),

> Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1989, p.80).

Passando então a realizar a pesquisa de forma virtual conforme acima citado, através do "*google forms*", busquei sujeitos que foram escolhidos de forma aleatória dentre os contatos telefônicos desta pesquisadora (familiares, acadêmicos de mestrado e graduação, colegas de trabalho, etc.), haja vista a impossibilidade de realização de forma presencial, eis que o questionário teve que ser aplicado durante a fase de isolamento social. Os sujeitos que aceitaram participar dessa fase da pesquisa, responderam em que bairro moram, em qual morariam, se morariam no centro da cidade de Teresina e os motivos que o levaram a dar essa última resposta. Como a abordagem é qualitativa, a confecção de uma mostra de sujeitos foi desnecessária. Ao todo, foram entrevistados, conforme já dito, de forma aleatória, através do formulário de pesquisa, um total de 38 (trinta e oito) pessoas.

A pesquisa se baseou além da leitura bibliográfica e questionário acima discriminados, também em uma ampla abordagem através de imagens (figuras, gráficos, mapas, tabelas, etc.) que ocupam local de importância e destaque em nosso trabalho, uma vez que se encontram aptas a inserir o leitor de maneira visual às respostas propostas ao longo de toda esta pesquisa, consistente em demonstrar como o capital vai mobilizando uma gama de recursos humanos, sociais, políticos, econômicos ou mesmo geográficos para impor a morfologia que a cidade de Teresina acabou assumindo ao longo de sua história.

Visando responder ao principal questionamento da presente pesquisa, o corpo do trabalho está desenhado a partir de três capítulos, excetuando-se a conclusão.

O **Capítulo 1**, "SOCIEDADE E CIDADE: PENSANDO A CIDADE E SEUS PROCESSOS DE TESSITURA ATRAVÉS DAS LENTES DA SOCIOLOGIA", visa a apresentação do tema em apreço, bem como a discussão das principais categorias sociológicas atinentes ao objeto de pesquisa, buscando-se compreender sociologicamente como as cidades, e aqui especificamente a cidade de Teresina se constrói e se desenvolve. Este capítulo busca entender o conceito de "cidade"

relacionando-a com a Sociologia, de modo a perceber como a disciplina passou a estudar este objeto, que por muito tempo foi categoria quase exclusiva da Geografia.

Buscou-se ainda realizar uma breve análise do desenvolvimento urbano brasileiro nas últimas décadas, para entender o contexto em que se desenvolvem as cidades no nosso País e, posteriormente, assimilar o contexto macro do nascimento e desenvolvimento da cidade de Teresina. Nesse capítulo, portanto, o objetivo é construir elementos teóricos, capazes de lançar luz sobre a caracterização do processo de mudança, ocorrida no desenvolvimento urbano e suas consequências na capital.

O **Capítulo 2**, "A MORFOLOGIA DE TERESINA: HISTÓRIA DA HABITAÇÃO, tem como principal objetivo investigar e/ou entender os processos constitutivos do espaço social de Teresina, buscando compreender a morfologia do tecido urbano da capital piauiense, direcionado sempre em razão dos interesses do capital. Essa análise nos revelará o porquê deste arranjo estrutural da cidade, tentando notar como a cidade e os bairros se desenvolveram e como deu nessa fase a dinâmica entre os lugares de comércio e lugares de moradia. Assim, a pergunta a ser respondida neste capítulo é: como se deu o desenvolvimento inicial de Teresina?

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é desvendar a gênese da capital na metade do século XIX desde seu desenvolvimento inicial, passando pelo seu centenário e por sua expansão para outros setores e limites nos sentidos Norte e Sul, e a partir de 1970, para a região Leste. Dessa forma, é possível colocar em debate que o processo de tessitura da cidade é imanente ao processo de reprodução da vida social.

No **Capítulo 3**, "A METAMORFOSE DO CENTRO DE TERESINA: DOS TEMPOS DE GLÓRIA AO ESTADO DE ABANDONO". Nesse momento, ultrapassada a fase de compreensão de como se deu o contexto histórico/social que inspirou a fundação e as transformações iniciais da nova capital piauiense, como a localização privilegiada próxima ao Rio Parnaíba, o que criava a expectativa de crescimento comercial, descobrimos que Teresina foi traçada também conforme a apropriação humana que lhe deu diversos sentidos, sejam eles econômicos, sociais, culturais, políticos, simbólicos, geográficos, dentre outros (SANTOS, 2000). Mais do que simples ocupação social, a realização da vida humana construiu o sentido e a finalidade de Teresina que conhecemos contemporaneamente.

Diante desta perspectiva, neste último capítulo o esforço teórico se voltará a enfrentar o desafio elementar desta pesquisa que consiste em desvendar como o Centro de Teresina, antes um espaço de prestígio, palco de moradia da classe abastada e lugar de comércio elitizado e produção de capital, incluindo supervalorização dos imóveis daquela área, passa a ser um lugar marginalizado, com a presença de vários prédios históricos em situação de abandono.

Por fim, analisando-se o conjunto de variadas possibilidades existentes dentro do objeto empírico proposto, as **Considerações Finais** representam a proclamação da exposição de resultados confirmadores da existência de mudanças na forma de habitação, percepção de local privilegiados e de socialização, e ainda, enquanto local de comércio do Centro de Teresina. O capital, no desenvolver de suas trilhas, além de influenciar a morfologia de toda a cidade, acabou por promover mudanças no formato de se praticar a urbanização do Centro da Capital, que passa de espaço inaugural da cidade por um apogeu, em que abrigava toda uma classe de famílias abastadas da cidade, a lugar marginalizado e desabitado, com o comércio remanescente estigmatizado e voltado para população carente.

CAPÍTULO 01 – SOCIOLOGIA E CIDADE: PENSANDO A CIDADE E SEUS PROCESSOS DE TESSITURA ATRAVÉS DAS LENTES DA SOCIOLOGIA

> As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa. (...) — As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas (CALVINO, 1999, p. 44)

A passagem que consta na epígrafe deste capítulo foi retirada do romance de Ítalo Calvino (1999) chamado “As cidades invisíveis”. Ela traduz bem a intenção deste trabalho, que é tentar compreender sociologicamente como a cidade - e aqui especificamente a cidade de Teresina - se constrói e quais são seus elementos. Veja que, falar em cidade atualmente, não diz respeito apenas a ruas, edifícios, construções ou outros componentes estritamente materiais e objetivos. A(s) cidade(s) se constitui(em) de diversos aspectos, incluindo aí também a individualidade de seus habitantes, as relações de produção, os jogos de poderes, as disputas econômicas e políticas, entre outras. Como diz o romancista “as cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos” (CALVINO, 1999, p. 44).

Pois bem, para inicialmente buscar entender a cidade por outra perspectiva, este capítulo seguirá se atentando a relação entre a categoria cidade com a Sociologia, de modo a perceber as nuances e as formas como esta disciplina passou a tratar tal objeto, já que durante algum tempo a cidade foi categoria quase que exclusivo dos geógrafos. Além do mais, se fará também uma pequena análise do desenvolvimento urbano brasileiro das últimas décadas, buscando com isso demonstrar o contexto em que as cidades brasileiras vêm se desenvolvendo, para posteriormente entender o contexto macro em que Teresina está inserida.

O primeiro tópico deste capítulo fara uma breve correlação entre teóricos clássicos da Sociologia (Durkheim, Weber e Marx) e suas relações com a categoria cidade. Já o segundo tópico trará a construção da subcategoria da Sociologia, chamada de Sociologia Urbana, indicando os seus principais estudos através especialmente da Escola de Chicago e da Escola Francesa. Por fim, se apresentará na última parte do capítulo uma síntese das transformações urbanas que o Brasil vem

sofrendo em suas cidades e dos elementos responsáveis por tais processos, já que nas últimas décadas o país cresceu mais em sua urbanização do que nos últimos quatros séculos desde o descobrimento.

De toda forma, a cidade é um tema extremamente complexo, e apesar do esforço teórico não se bastará nas linhas que se seguirão explicar todos os elementos e visões envolvidos no seu processo constitutivo. Porém as escolhas teóricas envolvidas neste capítulo partem de uma tentativa de síntese da autora para demonstrar a relação entre cidade e sociologia, e de qual o contexto em que as cidades brasileiras estão inseridas no seu processo de urbanização.

1.1 A Cidade sob o prisma dos Clássicos da Sociologia

O processo histórico de construção da Cidade Moderna Ocidental através da emergência do capitalismo cruza-se com o processo de constituição da Sociologia enquanto disciplina autônoma. Afinal, a cidade é o plano de fundo e a expressão mais notória das mudanças que vieram a se tornar significativas para a análise cientifica da qual esta disciplina se apropriou, especialmente a partir das mudanças que eclodiram desde o século XVIII com o desenvolvimento das cidades europeias. Portanto, “a cidade, seja como resultado de um processo de urbanização, seja como lugar dos processos sociais, dos seus equilíbrios e tensões, é cenário pertinente para entender a sociedade” (NUNES, 2012, p. 444).

Por conseguinte, não há que se duvidar que os teóricos pioneiros do arcabouço sociológico, chamados comumente de Clássicos, tomaram a cidade como referência importante para pensar as questões que afloravam na nova realidade social por eles experimentada, seja em estudos que privilegiam a cidade como objeto de análise, seja em estudos que envolvem o exame dos fenômenos que se passam na cidade. Desse modo, Durkheim, Weber e Marx, impulsionados em grande parte pela conjuntura e efeitos da Revolução Industrial[2] conseguiram estabelecer as bases do pensamento sociológico, e cada um ao seu modo e perspectiva teórica, pensaram fenômenos que se irradiavam com e na cidade.

[2] A Revolução Industrial ocorrida na Europa no século XVIII impulsionou o desenvolvimento na produção de mercadorias e o comércio, o que levou ao fim do feudalismo como modelo econômico, político e social. Com isso, a saída do campo para as áreas urbanas foi responsável por criar as cidades modernas e modificar profundamente as relações sociais, gerando inúmeros fenômenos, como a divisão social do trabalho, a aglomeração de pessoas nas cidades, desempregos, epidemias, êxodo rural, violência, exclusão social e etc. (NUNES, 2012).

O primeiro deles, Émile Durkheim (1858-1917), considerado o pai da Sociologia - por dar a ela seus primeiros contornos de disciplina cientifica -, apesar de não ter um trabalho ou escrito destinado estritamente à análise da cidade, traz em seu conjunto teórico as primeiras linhas para se compreender a cidade como um espaço de cristalização das relações sociais. Para o dito sociólogo é fundamental a compreensão da maneira como a sociedade se representa, já que “é a natureza da sociedade, e não a dos particulares, que devemos considerar” (DURKHEIM, 2005, p. 21).

Na obra célebre do sociólogo francês *De la division du travail social* (A divisão social do trabalho), publicada originalmente no final do século XIX em 1893, pode se retirar a referência da cidade como sendo o palco das mudanças que a sociedade burguesa europeia do século XIX sofreu com a Revolução Industrial. Isso porque, a tese basilar defendida pelo fundador da disciplina é que a origem e desenvolvimento da sociedade moderna, cujo berço e palco é a cidade, pauta-se no que ele chama de solidariedade orgânica, instituída pela divisão do trabalho; diferentemente das sociedades tidas como tradicionais, ocasionadas pela solidariedade mecânica, onde a divisão social do trabalho é quase que inexistente (DURKHEIM, 1999).

Durkheim buscando à época “estender ao comportamento humano o racionalismo científico” (DURKHEIM, 2005, p. 13) analisa a sociedade com base na perspectiva das ciências naturais. Assim, na sociedade europeia do século XIX, cuja divisão do trabalho é o alicerce, a solidariedade é análoga ao funcionamento do organismo animal (solidariedade orgânica), onde cada órgão exerce uma função individual e autônoma que é responsável por manter a unidade do organismo. Portanto, nessa sociedade é a solidariedade orgânica, e não mecânica que permite a coesão social. Conforme leitura de Vares (2013, p. 153): “na ótica de Durkheim, portanto, as modernas formas de organização social, assentadas na prevalência das relações econômicas, desenvolvem um tipo de solidariedade funcional que aproxima indivíduos na diferença”.

Veja que Durkheim não tinha a cidade propriamente como objeto de estudo, mas sim a sociedade burguesa que se formara pelas mudanças advindas principalmente a partir do século XVIII e XIX. Como dito por Sant’Anna (2003) lhe interessa na verdade a morfologia social. Contudo, a partir do contexto analítico propiciado pelo estudo da divisão do trabalho social, e do restante da obra durkhaniana, a cidade pode ser compreendida, dentre outras formas, como substrato

da vida social formado pela aglomeração de pessoas e dos meios de produção em um determinado território (DURKHEIM, 1999; 2005).

Ademais, Durkheim deixa claro que a divisão do trabalho não é exclusiva do mundo econômico, é possível também ver este fenômeno na forma em que a cidade e a sociedade como um todo se organizam, a exemplo das diversas funções políticas, administrativas e jurídicas[3], pois a divisão do trabalho "é condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades; é a fonte da civilização" (DURKHEIM, 1999, p. 14). Outrossim, se as cidades modernas se organizam em áreas de moradias e áreas de trabalho/comércio, pode-se dizer que há nessa perspectiva uma certa divisão territorial do trabalho, uma vez que:

> [...] cada divisão territorial tem usos e costumes especiais, uma vida que lhe é própria. Ela exerce, assim, sobre os indivíduos que são imbuídos de seu espírito, uma atração que tende a mantê-los no lugar e, ao contrário, a repelir os outros (DURKHEIM, 1999, p. 170).

Nesse caso, é possível também inferir na análise da diferença entre as sociedades de solidariedade orgânica e solidariedade mecânica como os indivíduos passam a reorganizar suas relações no território urbano, não mais agrupados conforme relações familiares (como eram nas aldeias, clãs e tribos), mas segundo a atividade social que desempenham no grupo. Ou seja, a cidade tende a moldar-se, conforme o papel desenvolvido por cada cidadão (DURKHEIM, 1999).

Durkheim (1999) assinala em outro giro analítico, que desde a Idade Média, com o desenvolvimento do comércio e a maior circulação de mercadorias, as cidades passam a almejar a autonomia que os aglomerados urbanos modernos posteriormente conseguem. Assim, no final da Idade Média

> [...] cada cidade, com seus arredores imediatos, forma um grupo no interior do qual o trabalho é dividido, mas que se esforça por ser autossuficiente. 'A cidade torna-se, na medida do possível, o centro eclesiástico, político e militar das aldeias vizinhas', diz Schmoller. Ela aspira a desenvolver todas as indústrias para abastecer o campo, do mesmo modo que concentrar em seu território o comércio e os transportes. Ao mesmo tempo, no interior da cidade, os habitantes são agrupados de acordo com sua profissão; cada corporação de ofício é como uma cidade que tem sua vida própria (DURKHEIM, 1999, p. 172).

[3] Conforme as próprias palavras de Durkheim (1999, p. 2) "[...] a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico: podemos observar sua influência crescente nas regiões mais diferentes da sociedade. As funções políticas, administrativas, jurídicas especializam-se cada vez mais".

Durkheim (1999), portanto, na constituição de sua Teoria Social considerou que os caminhos futuros da sociedade, e consequentemente das cidades, estariam fundamentados na organização profissional. Frise-se, é a divisão social do trabalho que permitirá a coesão social dos aglomerados sociais modernos, expressos pelas e nas cidades. Portanto, a solidariedade mecânica se dissolvera na medida em que avança a solidariedade orgânica característica desta nova sociedade eminentemente urbana. Outrossim, será também através da divisão do trabalho social que Durkheim demonstrará os traços de coerência da estrutura social em que o homem moderno vive, pois na medida que as cidades dividem suas funções (sejam elas políticas, econômicas ou administrativas) é que elas alcançam seu equilíbrio social.

Já em relação a Max Weber (1864-1920), é possível ver um tratamento analítico mais direto sobre a cidade em sua Teoria Social do que em Émile Durkheim. Mesmo porque, ele é apontado, dentre os clássicos como o fundador do ramo da Sociologia, chamado de Sociologia Urbana.

Em sua obra "Economia e Sociedade"[4], especificamente no capítulo oito, o sociólogo faz questão de explorar e descrever entre suas categorias analíticas a tipologia de cidade[5], através de uma pesquisa histórica e comparativa de várias comunidades humanas. Nesse estudo, Weber (1999) concebe as cidades modernas ocidentais como sendo resultado de forças sociais de um determinado momento histórico, que se difere profundamente do ocorrido em outros tempos e modelos de agrupamentos sociais.

Para Weber (1999) a moderna cidade europeia ocidental fruto do capitalismo, que aparece no curso entre o Feudalismo para o Capitalismo assumiu algumas características particulares, das quais é possível enfatizar neste tópico do trabalho: I sua definição econômica; II. seus aspectos político-administrativo; III. a situação

[4] O texto "A Cidade" foi escrito por Max Weber durante um longo período de sua vida, postumamente publicado em 1921 e inserido no *Archiv für Sozialwissenschaften.* Reaparece em Economia e Sociedade, no capítulo 8 (A Dominação), sob a forma de subcapítulo, designado "A Dominação Não-Legítima (Tipologia das Cidades)" (SOUSA, 2010, p. 110).

[5] Vale lembrar que o uso de "tipologias" ou "tipos ideais" para Weber é um importante instrumento teórico analítico, capaz de esclarecer a função lógica e a estrutura de determinados conceitos, permitindo um quadro homogêneo de pensamento. Assim, o tipo ideal ou tipologia "é normalmente uma simplificação e generalização da realidade. Partindo desse modelo, é possível analisar diversos fatos reais como desvios do ideal: Tais construções (…) permitem-nos ver se, em traços particulares ou em seu caráter total, os fenômenos se aproximam de uma de nossas construções, determinar o grau de aproximação do fenômeno histórico e o tipo construído teoricamente. Sob esse aspecto, a construção é simplesmente um recurso técnico que facilita uma disposição e terminologia mais lúcidas (WEBER, *apud* BARBOSA; QUINTANEIRO, 2002, p. 113).

jurídica de seus habitantes; e IV. a racionalização em sua estrutura funcional. Weber (1999) inicialmente destaca a importância da dimensão econômica na constituição do modelo de cidade por ele apontada. O comércio nesse sentido se coloca como relevante fator na formação e desenvolvimento das cidades ocidentais, já que estas são para ele locais essenciais de mercancia, pois seus habitantes - diferente das outras formas de organização social, como no caso das aldeias - não subsistem exclusivamente do que é fornecido pela atividade da agricultura.

Desse modo para Weber (1999, p.409), somente pode se falar em cidade levando em consideração o aspecto econômico, quando esse agrupamento social se trata

> [...] de um lugar onde a população local satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto principalmente com produtos que a população local e dos arredores produziu ou adquiriu para a venda no mercado. Toda a cidade no sentido aqui adotado da palavra é 'localidade de mercado'.

Vê-se, que nesse sentido, o mercado é um fator importante para o primórdio e progresso das cidades. Porém, o próprio Weber (1999), deixa claro que nem todos os locais em que se tiveram estabelecido feiras e mercados se tornaram posteriormente cidades. Muitos desses espaços permaneceram vilas, como argumenta o sociólogo. Com isso, o autor quer apontar outras determinações características para o conceito de cidade, que não se bastem em ser apenas econômicas.

Apesar de a economia ter seu mérito nos contornos constitutivos da cidade, como destacado, o sociólogo alemão traz para o debate, também a dimensão política como fator determinante para entender a organização e estruturação daquilo que se cunhou chamar de cidade na modernidade europeia. Weber analisa que:

> [...] nessas observações de uma 'política econômica urbana', um 'território urbano' e 'autoridades urbanas' já indica que o conceito de 'cidade' ainda pode e deve ser incluído em outra série de conceitos, além das categoriais econômicas até agora mencionadas exclusivamente - a saber: nas categorias políticas (WEBER, 1999, p. 415).

Assim, pensar sobre essa dimensão é sair de um conceito restrito de cidade, que leva em conta somente o aspecto econômico, para pensar de que forma a organização política-administrativa urbana foi fundamental para o desenvolvimento de organizações humanas citadinas, diferente de outras localidades como as aldeias, clãs e feudos. (PEREIRA, 2018).

O que Weber (1999) vai apontar de forma contundente ao longo do texto como exemplo do aspecto político-administrativo presente nas cidades, refere-se especificamente à dimensão da segurança. Para o referido autor, os fortes e guarnições são atributos decisivos para o conceito político administrativo de cidade, tanto no cenário europeu, quanto fora dele. No passado, a cidade era um tipo especial de fortaleza e guarnição que leva aos seus habitantes o sentido de proteção.

Havia também outra diferença e característica que a cidade ocidental moderna agregava em seu significado para Weber (1999), tratava-se da situação jurídica dos indivíduos que viviam nela. Para o sociólogo, nesse momento de transformação da sociedade feudal para a sociedade capitalista, houve um progresso quanto à libertação da força de trabalho, que significou o abandono da mão de obra escrava. Weber (1999) escreve:

> [...] a cidade ocidental, tanto na Antiguidade quanto na Rússia, era um lugar de ascensão da servidão à liberdade [...], de forma muito mais acentuada encontramos este fenômeno na cidade medieval [...], os cidadãos urbanos usurparam – e esta foi a grande inovação, objetivamente revolucionária, da cidade medieval do ocidente, em oposição a todas as outras – o rompimento do direito senhorial. Nas cidades do centro e do norte europeu surgiu o conhecido lema: 'o ar da cidade faz livre' [...]. (WEBER, 1999, p.427).

No contexto em que a cidades se desenvolvem com o impulso do comércio, Weber (1999) também observa que se mostrava muito mais valioso para os indivíduos utilizarem uma mão de obra de baixa remuneração do que a mão de obra escrava. Pois para muitos senhores era mais rentável treinar os seus servos como pequenos artesãos ou comerciantes, em troca de um pequeno pagamento, do que mantê-los em sua própria casa como mão de obra doméstica.

Nesse sentido, o que Weber (1999) quer deixar registrado é que a cidade ocidental é um lugar de construção da liberdade do homem, por meio da atividade aquisitiva, no regime de economia monetária. Como diz o autor, será na cidade que o indivíduo vai poder conseguir respirar a liberdade.

Ainda há em sua tipologia, um último traço a ser apontado nesta análise da cidade, qual seja o fenômeno da racionalização. A racionalização é um importante sinal da modernidade estudado por Weber, onde na cidade pode ser visto também como caractere fundamental. Desse modo, há que se perceber também conforme a teoria weberiana que a cidade desencantada[6] segue uma estruturação e divisão

[6] Cidade desencantada em alusão ao processo de racionalização da sociedade moderna que Weber chama de "Desencantamento do mundo" (WEBER, 2007).

funcional dentro dos moldes racionais e burocráticos próprios da modernidade. Isso significa que, dentre outros aspectos, a cidade se organiza primordialmente através dos ditames racionais impressos nas normas.

Um exemplo da racionalidade citadina se dá na percepção de que as autoridades das cidades modernas passaram a não ser mais nomeados por uma autoridade externa (dominação tradicional), mas sim pelos próprios habitantes seguindo um conjunto de regras pré-estabelecidas (dominação racional). As funções políticas, jurídicas e econômicas que gerem a cidade se constituem através de mandamento legal, em contraposição as outras organizações sociais que estabelecem suas autoridades através da tradição ou carisma.

Percebe-se que a análise sociológica de Weber (1999) sobre a cidade se dá essencialmente através da construção de tipologias, que demonstram na visão do autor a preponderância de certos elementos marcantes para o significado de cidade no sentido ocidental. Por conseguinte, a conjunção de tais elementos: economia, política, liberdade e racionalização, constituem uma diferenciação em relação as outras formas de agrupamento social, que porém não aparecem em todos os tipos de cidade ocidental com a mesma expressividade. Sendo assim, a relação para Weber entre Sociologia e Cidade materializa-se, portanto, através da estruturação, de um tipo ideal, construído com alguns elementos significantes, os quais são, para Weber, reveladores de alguns dos seus ideais axiológicos.

Já na obra de Karl Marx (1818-1883) a cidade não aparece centrada como matéria principal de análise. O que não significa, por outro lado, que ela seja ausente na teoria marxiana, na verdade ela é um aspecto forte e objetivo no qual o sociólogo vislumbra o aparecimento e consolidação da sociedade capitalista nos séculos XVIII e XIX. Como escreve Sant'Anna (2003, p. 91), a cidade para Marx é o "berço da burguesia e de sua ascensão revolucionária [...] espaço onde se evidencia a exploração à qual os trabalhadores estão submetidos e onde, dialeticamente tal exploração será superada" (SANT'ANNA, 2003, p. 91).

Em sua teoria crítica a economia, portanto, Marx observa que a cidade moderna se constitui no local de produção e reprodução do capital. Ademais, ele ainda ressalta que a cidade consolida de uma vez por todas a divisão entre o urbano/rural, sendo ainda a maior prova da separação entre o trabalho físico e o intelectual (MARX; ENGELS, 2007).

É possível ver na célebre obra conjunta com Friedrich Engels[7], "A ideologia Alemã", como fica posto a definição de cidade para Marx, em diferenciação ao campo. Conforme os autores:

> A cidade já é obra da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do desfrute e das necessidades, ao passo que o campo representa o expoente cabal ao fato contrário, quer dizer, ao isolamento e à solidão (MARX; ENGELS, 2007, p. 75).

É importante ressaltar que Marx deixa sublinhado em seus estudos, que essa segmentação entre campo e cidade só terá razão de ser no cenário em que há a propriedade privada e a expropriação contínua dos meios de produção (MARX; ENGELS, 2007)

É interessante notar também que Marx, assim como Weber, expõe que a dimensão econômica é importante para a constituição da realidade da cidade capitalista. Isso porque a expansão do comércio com o advento do capitalismo levou ao surgimento da grande burguesia que dominou a cidade, e a fez se curvar aos seus caprichos (MARX, 2003).

Outro ponto importante na relação entre Marx e a cidade, se dá quando o sociólogo indica que, com o surgimento da grande indústria nas cidades houve a modificação das relações naturais, que passaram a ser todas mercantis (MARX; ENGELS, 2007). Assim, para o autor:

> [...] A grande indústria universalizou [...] a concorrência (ela é a liberdade prática de comércio, os impostos alfandegários de proteção não passam, dentro dela, de um paliativo, uma defesa dentro da liberdade comercial), criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu o comércio, transformou todo o capital em capital industrial e engendrou, com isso, a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário) e a centralização dos capitais [...]. Criou pela primeira vez a história universal, fazendo com que toda nação civilizada e todo indivíduo, dentro dela, dependessem do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, acabando com o exclusivismo natural e primitivo de nações isoladas [...]. Colocou a ciência da natureza sob o controle do capital e arrancou a última aparência de regime natural da divisão do trabalho. Em termos gerais, acabou com todas as relações naturais, na medida em que foi possível fazê-lo dentro do trabalho, e reduziu todas as relações naturais a relações fundamentadas no dinheiro. [...] (MARX; ENGELS, p. 2007, 86-87).

Tais transformações apontadas por Marx resultaram no surgimento repentino das grandes cidades, com suas economias e *status* distintos do campo. É possível

[7] É importante destacar que o companheiro intelectual de Marx, Friedrich Engels, desenvolveu importantes contribuições em relação ao pensamento da questão urbana, como é o caso da "Ideologia Alemã. Porém, há vários escritos solos de sua autoria, como é o caso do livro "A Classe Operária na Inglaterra de 1845, que se propõe a analisar o modo de vida da maioria dos habitantes da cidade no contexto de um acelerado processo de industrialização. (Nota da autora).

inferir que o sociólogo atesta com isso que as cidades capitalistas se tornaram o palco das transformações sociais, ao passo que também sofreram os efeitos das mudanças que passaram acolher em seu espaço territorial.

Em outro manuscrito, Marx (2011) faz um esboço teórico para explicar a gênese da cidade capitalista em relação ao modo pelo qual surgiu a propriedade privada. O autor assim reflete na seguinte passagem:

> As condições coletivas da apropriação efetiva por meio do trabalho, os aquedutos, muito importantes entre os povos asiáticos, os meios de comunicação etc., aparecem então como obra da unidade superior – do governo despótico pairando acima das pequenas comunidades. As cidades propriamente ditas formaram-se, ao lado desses povoados, apenas em pontos especialmente favoráveis ao comércio exterior; ou onde o chefe de Estado e seus sátrapas trocavam sua renda (produto excedente) por trabalho, gastando-a como fundo de trabalho (MARX, 2011, p. 390)

Marx (2011) deixa mais uma vez claro a pretensa superioridade da cidade em relação ao campo, pois com o surgimento da propriedade privada o campo cede lugar à cidade, onde habitam os verdadeiros proprietários de terras. Assim, o campo se subordina a cidade, pois aquele é território deste (MARX, 2011).

Já na obra “O Capital”, Marx (2003) também faz questão de trazer o aspecto econômico como determinante no processo de modelagem da cidade. Para o autor o acúmulo de capital nas cidades por poucos habitantes, em relação a muitos, gera espaços de pobreza com habitações precárias e afluxo de mão obra explorável:

> Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo. Mas, ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem (MARX, 2003a, p. 570).

É possível inferir da obra de Marx que sua relação com a cidade se dá primordialmente através de sua análise crítica sobre o capitalismo. A cidade moderna assim se apresenta na teoria marxiana como produto do capitalismo. Sua modelagem segue os ditames econômicos, privilegiando o capital e deixando em desamparo a classe trabalhadora.

Dessa forma, observando sinteticamente a enorme e complexa obra dos clássicos da teoria social Durkheim, Weber e Marx, é possível ver que há uma

perspectiva fértil sobre o espaço urbano. Cada autor ao seu modo pode ver ou permitir ver, a cidade como um fenômeno social, de divisão do trabalho e mercado; como palco das transformações que se levaram a surgir na sociedade que emergia entre o final do século XVIII e início do século XIX; e como resultado concreto do capitalismo. As indagações lançadas por esses autores também permitiram a disciplina desenvolver suas subáreas, dentre as quais tomará destaque nesta dissertação a área denominada de Sociologia Urbana, que a partir da metade do século passado, passou a se comprometer com a análise da cidade enquanto objeto principal dos estudos sociológicos, como se verá a seguir.

1.2 A Sociologia Urbana

Apesar das cidades serem um produto humano com presença milenar em diferentes sociedades, somente no último século sua relevância distendeu ao ponto de ser considerada uma categoria autônoma de análise científica. Os clássicos, por exemplo, demonstram com seus estudos o afastamento analítico em razão da cidade enquanto objeto preponderante da sua construção teórica[8]. Porém, com o efeito do aumento exponencial das cidades no século passado e especialmente nos últimos anos com a globalização, os estudos sobre ela expandiram substancialmente. A Sociologia, nesse contexto, passa a dedicar-se em uma de suas vertentes a organizar e estudar especificamente esta categoria, pois a cidade sociologicamente passa a ser "vista como uma potência social capaz de gerar com sua influência os mais variados efeitos na vida social" (OLIVEN, 2010, p. 13).

Entre os anos de 1915 e 1940, a chamada Escola de Chicago inaugura a Sociologia Urbana[9]. Este movimento teórico, formado por professores e estudantes da Universidade de Chicago[10], nos Estados Unidos, foi influenciado a erigir esse ramo

[8] Como visto no tópico anterior, salvo Max Weber, os outros clássicos não se dedicaram especificamente a tratar a cidade como objeto de análise. A cidade aparecia em Durkheim e Marx como o plano de fundo ou cenário das mudanças sociais ocorridas na sociedade burguesa europeia que se constituía entre os séculos XVIII e XIX. (Nota da autora).

[9] Conforme Lemos (2012, p. 53): "Os sociólogos – largamente associados ao campo disciplinar da sociologia urbana – versados nos espaços urbanizados, em particular nas cidades, mobilizam e constroem um conjunto de conceitos/instrumentos de pesquisa que permitem-lhes melhor aceder ao conhecimento sobre os fenómenos que aí encontram palco".

[10] Fundada em 1890, desde o princípio a Universidade de Chicago voltou seu foco à pesquisa e à pós-graduação, reunindo muitos professores-pesquisadores em tempo pleno, para quem a atividade de ensino assumia caráter secundário. Supunha-se que apenas aqueles que conduziam pesquisas estariam aptos a treinar os estudantes para fazer o mesmo. Ademais, também passou a funcionar na instituição desde muito cedo uma editora universitária, destinada a difundir os resultados das investigações realizadas. O Departamento de Sociologia, estabelecido em 1892, desempenhou papel

da Sociologia em vistas da sua própria realidade, buscando transformar a cidade na qual viviam – que na virada do século XIX para o século XX torna-se a segunda maior do país, com mais de um milhão de habitantes – em um laboratório social. Nesse sentido, Sant'Anna (2003) descreve que a cidade de Chicago vivia na virada do século XIX para o século XX grande efervescência industrial, se tornando a época a cidade mais importante dos Estados Unidos. Desse modo,

> [...] o crescimento demográfico espantoso (as famosas cifras atestam), o imenso contingente imigratório, os guetos de diferentes nacionalidades geradores de segregação urbana, a concentração populacional excessiva e as condições de vida e de infraestrutura precaríssimas favorecem a formulação pela Escola da ideia da cidade como problema (SANT'ANNA, 2003, p.92-93).

A tabela a seguir retirada do trabalho de Eufrásio (1995) demonstra o crescimento demográfico significativo pelo qual passou a cidade de Chicago, berço da Sociologia Urbana naqueles anos e que influenciou a construção da corrente teórica em apreço.

Tabela 01. População e área de Chicago (1840-1930)

ANO	Nº DE HABITANTES	PERCENTUAL DE AUMENTO	NÚMEROS RELATIVOS		ÁREA (EM KM²)	NÚMEROS RELATIVOS
			(1860=100)	(1900=100)		
1840	4.470	-	5			
1850	29.968	570,3	26			
1860	102.260	264,6	100		46,5	100
1870	298.977	173,6	276		90	194
1880	503.185	68,3	405		92	198
1890	1.099.850	118,6	1.020		440	950
1900	1.698.575	54,4	1.570	100	490	1.060
1910	2.185.283	28,7	2.020	129	490	1.060

pioneiro na consolidação dos estudos sociológicos nos EUA, destacadamente por intermédio do *American Journal of Sociology* (publicada desde 1895, foi uma das primeiras revistas científicas sociológicas do mundo, ao lado da *L'Année Sociologique*, lançada por Durkheim na França quase que concomitantemente) e da liderança exercida junto à *American Sociological Society* (nascida em 1905, hoje *American Sociological Association*) (KONZEN, 2011, p. 81).

1920	2.701.705	23,6	2.500	159	520	1.120
1930	3.375.329	24,9	3.110	198		

Fonte: (EUFRÁSIO, 1995, p. 42).

A Sociologia Urbana, assim, surge através da dita Escola ao transformar a cidade de Chicago em objeto e campo empírico. Seus componentes inaugurais associam-se a chamada corrente ecológica[11], firmando seu arsenal conceitual principalmente nos estudos dos teóricos: Georg Simmel[12] e Émile Durkheim[13]. Konzen (2011, p. 82) comenta que a influência destes dois teóricos para os estudos da Escola de Chicago resulta na "ênfase conferida ao conceito de desorganização social, que retrata o declínio da influência exercida sobre os indivíduos por parte do conjunto de convenções, regras e valores coletivos de uma dada sociedade".

Aliás, os sociólogos dessa concepção teórica foram motivados pelo darwinismo social, encarando a cidade enquanto uma organização natural, assemelhando-se aos ambientes tratados na biologia. Deste modo, poder-se-ia examinar em modos diversos de seleção, distribuição, competição, acomodação e simbiose, as relações que os seres humanos desenvolvem na cidade, assemelhando-se as formas como são vistas as relações entre animais e plantas na natureza. Porém, a diferença do modelo analítico da ecologia urbana da Escola de Chicago "estaria no fato de que os seres humanos, ao contrário dos animais e das plantas, têm a capacidade de selecionar o seu *habitat* e adaptá-lo às suas necessidades" (KOZEN, 2011, p. 83).

Neste escorço, vê-se que a Sociologia Urbana tem sua gênese, portanto, através de estudos empíricos voltados a compreensão da sociedade e consequentemente da morfologia urbana, especificamente da sociedade estadunidense que sofria a época o efeito da expansão das grandes cidades, da qual

[11] Cabe enfatizar que a corrente ecológica empregada na Escola de Chicago, pouco tem relação com o que se conhece por tal expressão na contemporaneidade, mais alusiva à ecologia política e sua ênfase com a sustentabilidade do meio ambiente (Nota da autora).

[12] Georg Simmel desempenha um importante papel na constituição da Escola de Chicago e da Sociologia Urbana através de suas obras. Talvez a obra mais importante do autor para essa vertente sociológica seja "A Metrópole e a Vida Mental". Na dita obra ele sustenta que a "complexidade, dimensão e heterogeneidade dos grandes centros urbanos moderno-contemporâneos introduzem novas dimensões na experiência e comportamento humano" (SIMMEL, 1977, p. 17).

[13] A influência de Émile Durkheim e de sua teoria social na Escola de Chicago se dá através da visão de que a sociedade precede os indivíduos. Como se verá, a dita corrente teórica norte-americana expressa que o meio urbano é condicionante ao sujeito. Daí a crítica que é feita mais tarde em vê que a cidade não em uma instituição independente, pelo contrário, ela é uma construção social. (Nota da autora).

Chicago era o exemplo vivo. A Escola de Chicago e seus vários componentes passaram a observar e analisar a cidade e seus fenômenos, estudando principalmente temas como: a expansão urbana; a desorganização social, a assimilação cultural; a delinquência juvenil; e as relações entre raça e cultura.

Dentre os teóricos expoentes da Escola de Chicago, estão nomes como o de Robert Ezra Park; Enerst Watson Burgess; William Thomas e Louis Wirth, tidos como os fundadores desta concepção teórica. Em relação a estes nomes, vale ressaltar um pouco o trabalho de Robert Ezra Park, considerado por muitos o principal autor da Escola de Chicago por ter tido trabalhos com grande repercussão teórica e metodológica.

No ano de 1916, Park publicou no Jornal Americano de Sociologia o texto “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, com o dito estudo, o sociólogo pretendeu estabelecer uma perspectiva teórica para os estudos da cidade, que para ele é

> [...] algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos - tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (PARK, 1967, p. 25)

O sociólogo encarou a cidade como um organismo vivo, constituída por sentidos sociais, que não cabem em definições físicas ou artificiais. Park (1967) também defende a percepção de que a cidade pode ser explorada através de uma dimensão geográfica, econômica ou mesmo de ecologia humana. Todavia, para ele o que a torna um objeto específico da análise sociológica é o motivo dela ser o *habitat* natural do homem civilizado, ou seja, uma área cultural.

Ademais, o sociólogo é um dos primeiros autores a levantar uma crítica contundente em relação às perspectivas econômica, arquitetônica e ecológica, pois capta a cidade para além de uma visão que a enxerga como mero artefato.

> Muito do que normalmente consideramos como a cidade - seu estatuto, organização formal, edifícios, trilhos de rua, e assim por diante - é, ou parece ser, mero artefato. Mas essas coisas em si mesmas são utilidades, dispositivos adventícios que somente se tornam parte da cidade viva quando, e enquanto, se interligam através do uso e costume, como uma ferramenta

> na mão do homem, com as forças vitais residentes nos indivíduos e na comunidade (PARK, 1967, p. 26).

O trabalho de Park (1967) na citada obra é estruturado em quatro núcleos teóricos, quais sejam: a planta da cidade e a organização local; a organização industrial e a ordem moral; as relações secundárias e o controle social, e o temperamento e o meio urbano.

Já em relação aos outros nomes da Escola de Chicago pode se mencionar de maneira breve que: Ernest Watson Burgess, se destacou estudando temas relativos à criminalidade na cidade, e juntamente com Parker, elaborou a importante obra denominada *Introduction to the Science of Sociology*, considerada por muitos uma obra crucial da disciplina; William Thomas, inaugurou entre os estudiosos da Escola de Chicago a utilização de uma metodologia que unia teoria e pesquisa de campo; e Louis Wirth, dentre outras obras, publicou "*The Guetto*" e "*On Cities and Social Life*", que expuseram a importante definição do autor sobre a categoria vida urbana (FRANÇA, 2019).

Desse modo, a corrente teórica da Escola de Chicago, com toda sua multiplicidade de pesquisadores, vindos de todas as disciplinas das ciências sociais, inspirou ativamente os estudos urbanos no seu berço, os Estados Unidos, e também ao redor do mundo. Sua vigorosa contribuição, sem dúvidas, como sublinha Park (1967) foi apresentar a cidade como uma entidade social. Além de tudo isso, a Escola de Chicago ainda "ressaltou a necessidade de aproximação do objeto, com a introdução das variações do espaço urbano em toda sua capacidade explicativa das relações sociais" (FRANÇA, 2019, p. 8).

Convém ainda ressaltar, que a Escola de Chicago e sua variabilidade de perspectivas e de estudiosos, ainda recebeu forte influência de outras linhas teóricas como o interacionais, a fenomenologia, o pragmatismo, a ecologia, e também o marxismo. Desenvolvendo uma multiplicidade de objetos, linhas investigativas intepretações e percepções sobre a realidade (FRANÇA, 2019).

Todavia, na década de 1970, um grupo de pensadores da corrente marxista, especialmente provenientes da França, teceram fortes críticas a Sociologia Urbana da Escola de Chicago, demarcando uma ruptura teórica que passou a colocar no cerne de sua análise as práticas do sistema capitalista em relação ao contexto urbano, assumindo a partir daí a cidade como expressão das contradições deste sistema socioeconômico. Como dito por Ramos (2015, p. 304): "para eles o espaço da cidade

é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas".

Desse modo, as visões sobre a cidade nesse momento procuraram explicar sua produção no mundo capitalista e a influência de elementos dessa realidade na sua tessitura, incluindo também o Estado. Vários teóricos, como Castells, Lojkine, Ledrut e Lefèbvre, apostam em outros marcos teóricos para a renovação da reflexão sobre a cidade, buscando através do marxismo contrariar a noção sustentada pela Escola de Chicago, de que haveria um urbano por si só, a partir do qual seria possível explicar toda uma série de fenômenos sociais (SANT'ANNA, 2003).

A multiplicidade de temas e autores nesse período demonstra bem como esse novo olhar passa a enxergar a cidade. Havia trabalhos que observavam a ação dos bancos na esfera imobiliária; outros que investigavam o próprio mercado imobiliário e seus promotores, bem como as construtoras; havia também aqueles que se dedicavam a investigar a história da produção de moradias, as políticas públicas sobre equipamentos coletivos, movimentos populares e a questão da moradia, entre outros temas (ARANTES, 2009).

Segundo explica Sant'Anna (2003) na visão dos sociólogos que encabeçaram as críticas à primeira geração da sociologia urbana, a categoria cidade deveria ser percebida enquanto espaço socialmente produzido, apropriando-se de diferentes configurações conforme os diferentes modos de organização socioeconômica e de controle político. Com isso, dá-se ênfase à influência entre as relações de produção, consumo, troca e poder.

Castells (1983), em suas duras críticas a Escola de Chicago, declara que as visões ecológica, culturalista e historicista em suas proposições não propiciaram um objeto próprio, nem mesmo uma consciência específica à sociologia urbana. Na verdade, Castells (1983) acredita que a Escola de Chicago, longe de ser uma sociologia urbana, estaria mais para uma sociologia da integração ou da cultura. As teorias que concebem a cidade como variável determinante da cultura (como o caso da primeira geração da Escola de Chicago) são para o autor teses ideológicas, e não teóricas, sobre a sociedade urbana.

Com essa crítica, Castells (1983) registra que na verdade uma teoria em relação à estrutura urbana deve

> [...] ultrapassar a oposição ideológica entre a determinação do espaço pela natureza e sua modelagem pela cultura, para unir estes dois termos numa

> problemática que reconhece a especificidade do social humano, sem o afirmar como criação gratuita, inexplicáveis segundo leis. (CASTELLS, 1983, p. 189).

Com isso, para Castells (1983) é fundamental intercruzar a problemática ecológica da Escola de Chicago, de essência materialista, com a análise sociológica que nota a ação contraditória dos agentes sociais. Usando de suporte o materialismo histórico, o sociólogo ainda enfatiza a necessidade de se examinar o espaço enquanto exteriorização da estrutura social, que conta com os sistemas políticos, econômicos e ideológicos.

Em síntese, para Castells a cidade

> [...] não é mais definida como um dado da natureza, um conjunto de mecanismos de mercado, um objeto de planejamento uma cultura: é o produto da estrutura social em sua totalidade, ao mesmo tempo e resultado e o desafio (*enjeu*) das contradições entre classes. No seio desta estrutura, portanto, nenhum elemento pode ser considerado como dado. [...] Esta abordagem implica a abolição das fronteiras entre disciplinas acadêmicas, e a nova pesquisa urbana vai efetivamente mobilizar sociólogos e economistas, juristas e arquitetos. (CASTELLS, 1983, p. 12)

Castells (1983) esclarece ainda que, muito embora a Escola de Chicago tenha seu mérito científico, com vigorosos achados empíricos; há, no entanto, enumerações teóricas fracas, pois a maioria parte da premissa de que o espaço é determinante na estrutura social. O sociólogo é categórico na ideia de que o espaço não é algo que existe por si, muito pelo contrário, o espaço é uma categoria produzida socialmente.

A sociologia urbana para Castells (1983), avançando nas proposições da Escola de Chicago, deveria contar com um novo ponto de partida, considerando assim primordialmente a produção do espaço. Os trabalhos deste sociólogo dirigem um movimento de análise da questão urbana sob o prisma de uma crítica ao capitalismo, especialmente do capitalismo monopolista de Estado vivido pelas nações de industrialização avançada do século XX. A partir deste foco, se politizou a problemática urbana, e novas questões emergiram para discussão.

Outro nome importante da corrente marxista francesa, que avançou na reformulação da sociologia urbana e vale ser destacado é Henri Lefebvre. O sociólogo francês traz um novo enfoque a cidade, observando-a como processo contínuo, “em que o espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas (RAMOS, 2015, p. 308).

Lefebvre (2004) com seus estudos deixa de ver a cidade apenas como um abrigo do capitalismo. Na sua concepção de cidade, o autor defende a relevância de

se enfatizar o valor de uso, em contradição ao valor de troca, pois tal posicionamento converteria a cidade em algo mais humano. Nas palavras de Lefebvre:

> As cidades são os centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte e monumentos). A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é o valor de uso e o produto é valor de troca [...] A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2004, p. 46).

É importante também salientar que na reflexão do referido autor, é de suma importância garantir ao cidadão o direito à cidade, que é para ele um direito basilar, já que é através dele que o cidadão tem a chance de se emancipar socialmente. Para Lefebvre (2008, p. 32) o direito a cidade assenta, dentre outros aspectos, “a necessidade de vida social e de um centro, a necessidade e a função lúdicas, a função simbólica do espaço”.

Em um giro mais atual, é importante dizer que até mesmo os teóricos de visão marxista, tem também sofrido duras críticas em razão de sua sociologia urbana. Isso porque, há neles um forte traço de análise economicista em suas concepções de cidade. Topalov (1988), por exemplo, justifica suas críticas a esses teóricos, como Castells e Lefebvre, declarando que o marxismo não consegue através de uma teoria baseada em classes explicar todos os outros fenômenos da realidade socioespacial.

Outro aspecto significativo dentro da construção teórica da sociologia urbana é em relação à reflexão latino-americana sobre a cidade. Ao tempo em que se desenvolvia os estudos na Europa sobre a questão urbana, havia na América Latina também uma produção que tentava traduzir os sentidos partilhados sobre a cidade naquela parte do mundo, conhecida como “teoria da urbanização na periferia do capitalismo” (ARANTES, 2009, p. 103). O contexto socioeconômico vivido naqueles países demonstrava como as heterogeneidades estruturais passaram a refletir na construção das cidades:

> As décadas de 60 e 70, dentro das quais se realizam os milagres econômicos em alguns países da América Latina, como Chile, Argentina, Brasil e México, mostraram que as heterogeneidades estruturais, características das sociedades periféricas, não haviam desaparecido, senão se agudizado. O processo acelerado de industrialização substitutiva combinado a regimes autoritários contribuiu para a acentuação da desigualdade entre as classes, das disparidades setoriais e da concentração regional de renda (OLIVEIRA, 2014, p. 169)

Nesse momento Manuel Castells[14] foi novamente importante para a sociologia urbana, só que agora no continente americano, pois foi responsável – dentre outras contribuições - pela organização do livro “Imperialismo e urbanização na América Latina[15]”, publicado na década de 1970, que se tornou uma referência para a nascente crítica marxista sobre a questão urbana do outro lado do Atlântico. Antes da referida obra as iniciativas sobre a interpretação urbana naquele espaço estavam dispersas.

As reflexões propostas na obra levam a avaliação do acelerado crescimento das cidades latino-americanas, o que se chamou de “inchaço urbano”. Notou-se que o desenvolvimento industrial e a urbanização naqueles países vieram seguidas de intensas desigualdades, criando definições claras da estratificação social definidoras de áreas urbanas periféricas (CASTELLS, 1973).

Na dita obra, Castells (1973) escreve um artigo no qual desenvolve o seu conceito de “urbanização dependente”. Para o sociólogo o que se via na América Latina na época era o reflexo de sua condição histórica subordinada desde o colonialismo, e que se evidenciava naquele contexto pelos laços de dependência externa. Ou seja, uma sociedade era tida como dependente quando os vínculos de sua estrutura social (economia, política e ideologia) apresentavam relações assimétricas com outra sociedade hierarquicamente superior na relação de poder estabelecida sobre ambas. Assim, é neste contexto que para Castells (1973) as cidades latino-americanas se tornam objetos empíricos.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano foi outro importante nome do cenário emergente da sociologia urbana latino-americana. Participou também da obra organizada por Castells, publicando na coletânea o texto “*La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina*”. Assim como Castells, Quijano (1978) defende que não é admissível teoricamente tratar da urbanização da América Latina

[14] Castells formara-se no ninho dos debates mais acirrados acerca da herança marxista, em uma Paris dos anos 1960 onde se sobressaíam as elaborações estruturalistas com base na obra de Louis Althusser. Seu orientador, Touraine, esforçava-se para exatamente construir uma contraposição ao que julgava ser demasiado hermético e determinista no estruturalismo marxista, buscando nos movimentos sociais e em sua dimensão histórica um potencial transformador. É nessa perspectiva que se inicia o trabalho de Castells, que conta ainda com a condição da institucionalização da pesquisa urbana na França. Mas acrítica ao hermetismo teórico do estruturalismo encontraria na América Latina seu grande objeto empírico, já que a possibilidade de superação de condições de subdesenvolvimento do continente apresentava-se aos intelectuais marxistas como condição excepcional para aliar a base teórica à ação política.

[15] Cinco pesquisadores brasileiros participaram da obra com contribuições teóricas, são eles: Milton Santos, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Lúcio Kowarick e Cândido Ferreira Camargo (Nota da autora).

sem antes compreender os processos de subordinação gerados pelo colonialismo. Nesse sentido, o sociólogo peruano comenta:

> As sociedades nacionais latino-americanas – com exceção recente de Cuba – pertencem, individualmente e em conjunto, ao sistema de relações de interdependência formado pelos países capitalistas e ocupam, dentro dele, uma situação de dependência. Do ponto de vista das nossas sociedades, trata-se antes de mais nada de um sistema de relações de dependência. [...] Em consequência, não é possível explicar adequadamente o processo conjunto de mudança na América Latina, nem nenhuma das suas dimensões significativas, à margem dessa situação histórica. O processo de urbanização, em particular, só pode ser validamente explicado como parte da problemática mais ampla da sociologia da dependência latino-americana. (QUIJANO, 1978a, p. 12-13)

Uma das categorias sociológicas desenvolvida por Quijano em seus estudos sobre a cidade é a "marginalidade". Para o autor, ao observar o problema da precariedade da habitação nas cidades latino-americanas, se constata que tal situação não era reservada apenas as áreas fisicamente marginais da cidade. Na verdade, o que há são grupos marginais que habitavam a cidade. Assim para o autor, "a primitiva conotação física da marginalidade tornou-se um conceito cada vez, menos claramente delimitado" (QUIJANO, 1978b, p. 19).

Quijano (1978) sustenta desse modo, que a coexistência entre a estruturas arcaicas e modernas, características dos países latino-americano, definem não apenas o subdesenvolvimento destas nações, mas também o próprio fenômeno de urbanização periférica. Assim, o processo de industrialização nesses países não é capaz de levar a economia, e nem mesmo a cidade ao desenvolvimento. Na cidade, os grupos marginalizados tendem a continuar ocupando os espaços segregados. Como comenta Arantes (2009, p. 105): "de certo modo, trata-se de uma teoria de classes específica, distinta da formulação marxista convencional, pois introduz uma estratificação social nova: 'os marginais', migrantes que não encontram trabalho no núcleo hegemônico".

A efervescência das discussões sobre a cidade através das ciências sociais também chegou ao Brasil. Em terras tupiniquins, houve de certo modo a influência teórica da crítica à Escola de Chicago levada pela escola francesa, bem como daquilo que vinha sendo discutido no contexto da América Latina por Manuel Castells, Aníbal Quijano e outros. Porém, dentro da realidade pátria se conseguiu erguer alguns aspectos particulares de uma sociologia urbana brasileira, com enfoque na realidade específica deste país com dimensões continentais e multiplicidade de realidades. A

seguir, se verá alguns pontos sobre aquilo que se construiu como estudos neste ramo da Sociologia.

1.3 As transformações nas cidades brasileiras: considerado as peculiaridades do cenário nacional

O Brasil na segunda metade do século XX, seguindo o contexto da América Latina em que estava inserido, manifestou um acentuado processo de urbanização. Dados mostram que a população urbana na década de 1940 era 31,24% do total da população, e três décadas depois esse número pulou para mais da metade da população total, chegando a 55,98% (BLAY, 1974). Já na virada do século, no ano de 2000, a população que passou a residir nas cidades chegou à percentagem de 81,2% do total de pessoas (MARICATO, 2000). Esses percentuais representam em números absolutos um salto em seis décadas de cerca de 125 milhões de pessoas que passaram a residir nas cidades brasileiras.

Esse movimento populacional do campo para a cidade nesses anos representou para o Brasil um intenso processo de construção urbana exigida para que a população estabelecesse suas moradias e conseguisse satisfazer suas necessidades básicas de habitação, trabalho, saúde, energia, água, transporte, entre outras. Mesmo que a orientação tomada pelo crescimento urbano não tenha respondido a todas as expectativas de direito da população, o território foi paulatinamente ocupado, e bem ou mal, foram sendo construídas as condições para se viver nessas cidades (MARICATO, 2000).

Maricato (2000) lembra que até o início dos anos de 1900 o Brasil era um país eminentemente rural, estabelecendo suas relações sociais, políticas e econômicas através do que o campo fornecia, tanto que as cidades brasileiras – que eram de baixa quantidade em números absolutos – eram ocupadas até então por cerca de 10% da população total.

O importante trabalho de Reis Filho (1968) que analisa a evolução urbana no país entre o descobrimento no século XV e o início do século XVIII aponta o tímido processo urbano nestes anos iniciais de história brasileira. Entre dezesseis estados brasileiros é possível ver a quantidade de cidades e vilas cridas, que não chegaram a um número de cem.

Tabela 02. Vilas e Cidades (Criadas)

ESTADOS	SÉCULO XVI	SÉCULO XVII	SÉCULO XVIII até 1720
Rio Grande do Norte	1	-	-
Paraíba	1	-	-
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	
Bahia	4	5	1
Espírito Santo	2	1	-
Rio de Janeiro (e Guanabara)	1	6	-
São Paulo	6	10	1
Pará	-	4	
Maranhão	-	2	1
Alagoas	-	3	-
Paraná	-	2	-
Santa Catarina	-	1	1
Piauí	-	-	1
Ceará	-	-	1
Minas Gerais	-	-	8

Fonte: REIS FILHO (1968).

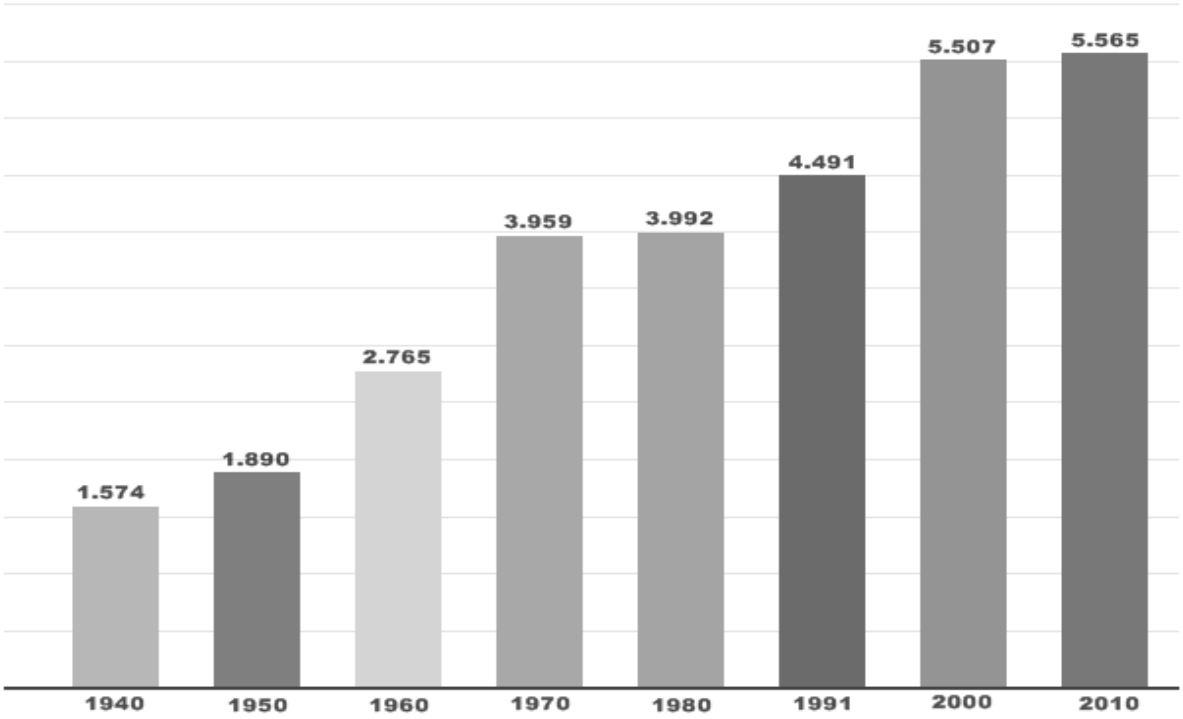
Porém, a realidade que se ergueu na virada para o século XX, aberta especialmente por ocasiões como a libertação da mão de obra escrava, a adoção da estrutura política de Estado Republicano, e o início do desenvolvimento da indústria brasileira permitiram o lançamento das bases do urbanismo brasileiro, com os moldes dos países periféricos (OLIVEN, 2010). Nesse cenário foram feitas

> [...] obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial (MARICATO, 2000, p. 22).

Em outro giro, é possível ver o enorme salto de crescimento urbano na segunda metade do século XX através do trabalho de Silva (2014). O referido autor faz um

levantamento entre os anos de 1940 e 2010, onde o país nesse período passa de 1.574 munícipios para o número de 5.565 municípios. Um salto de quase quatro mil novas cidades criadas nesses setenta anos de história recente, bem mais do que nos três primeiros séculos de história do Brasil. É possível acompanhar o crescimento gradual nesse período conforme a figura a seguir:

Figura 01. Municípios criados entre 1940-2010.



Fonte: SILVA (2014).

A partir de 1930, os anos que se seguiram no Brasil foram responsáveis pelo efetivo desenvolvimento industrial do país, substituindo gradativamente o modelo de economia agrária pelo modelo industrial[16]. Inclusive nessa época o Estado foi o grande responsável pelo investimento em infraestrutura para o desenvolvimento, como aponta Oliven (2010).

[16] Conforme Oliven (2010, p. 63): “O gradual deslocamento da economia brasileira de um eixo agrário para um eixo industrial não ocorreu em oposição aos interesses rurais, sendo ao contrário frequentemente associado a eles. Mas, embora os interesses agrários ainda sejam fortes hoje em dia, o setor industrial se tornou o mais dinâmico e hegemônico. De maneira correspondente, a composição de classes do Brasil também mudou com o crescimento daquelas classes mais tipicamente urbanas, isto é, a burguesia industrial, as classes médias fomentadas pelo crescimento industrial e a expansão do aparelho estatal, o proletariado industrial e a assim chamada população marginal”.

O governo do presidente Getúlio Vargas - entre os anos de 1930 e 1945 – se tornou um marco para o processo de urbanização nacional[17]. Nesse período o Brasil conseguiu se fortalecer economicamente com a geração de um mercado consumidor nacional capaz de promover as condições para que a indústria de base fosse criada no país, causando com isso o chamado desenvolvimento nacional. Além do mais, o reflexo desse progresso foi sentido não só na economia, mas também nas cidades brasileiras (OLIVEN, 2010).

A criação e fortalecimento da indústria nacional veio acompanhada do crescimento da população urbana nos anos seguintes (vide tabela 03 abaixo). Isso porque, o aumento da oferta de trabalho, vinculado à ideia de melhores condições de vida, atraiu uma grande quantidade de pessoas para as cidades, especialmente as capitais dos estados[18].

Tabela 03. Distribuição da população brasileira de 1940 a 1991.

ANOS	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
1940	31,2%	68,8%
1950	36,2%	63,8%
1960	45,4%	54,6%
1970	55,9%	44,1%
1980	67,7%	32,4%
1991	74,8%	24,5%

Fonte: Botega (2007, p. 67).

Em seguida, outro marco importante para esse processo de crescimento urbano é o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). O presidente a partir da segunda metade da década de 1950 busca em suas ações de governo acelerar o desenvolvimento do país[19]. O famoso “Plano de Metas” traçou políticas

[17] É importante destacar que essa fase desenvolvimentista do Brasil no período de governo do presidente Getúlio Vargas foi responsável por permitir um grande avanço urbano na região Centro-Sul do país. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo tiveram ênfase no avanço urbano. Todavia, esse período preparou o resto do país também para a urbanização. (Nota da autora).

[18] Segundo Oliven (2010), a transformação do Brasil em um país cada vez mais urbano, ocorre por um conjunto de fatores, do qual se pode destacar o processo de êxodo rural. Nas palavras do autor, esse processo “é representado pela atração que a cidade exerce sobre as populações rurais, através da expectativa de melhores condições de vida e trabalho, o que é fomentado pela constante difusão de imagens e valores urbanos através do país pelos meios de comunicação de massa (OLIVEN, 2010, p. 66).

[19] Lembre-se do importante bordão do presidente: “cinquenta anos em cinco”. (Nota da autora).

visionárias de alto investimento, principalmente em infraestrutura. A construção de Brasília, por exemplo, expressa uma síntese daquilo em que o governo JK mais apostou, que foi em modernização e infraestrutura urbana, servindo de modelo para as demais cidades brasileiras.

Ademais, como ressalta Ianni (1971) o governo de Juscelino Kubitschek, marca de uma vez por todas no Brasil a hegemonia do urbano sobre o campo, formando uma verdadeira cultura da cidade:

> A própria cultura, em seu sentido amplo, transformou-se de modo notável, pelo desenvolvimento de novas formas de pensar e novas possibilidades de ação. Pouco a pouco, avançava a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural singular, sobre a cultura de tipo agrário. Pode-se mesmo dizer que durante o Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, a cidade conquistou uma segunda vitória sobre o campo, no sentido de que o poder político passou, em maior escala, às mãos da burguesia industrial. De fato, nesses anos, a 'cultura da cidade', enquanto sistema de valores, padrões de comportamento e modos de pensar peculiares às relações de produção geradas com a produção industrial e a expansão do setor terciário, passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do País. A partir dos anos 1956-60, já não era mais possível reviver – a não ser com anacronismo – a ideologia da 'vocação agrária' do Brasil. A indústria, como categoria econômica, política e cultural, passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios (IANNI, 1971, p. 172)

É importante também mencionar que a indústria que se constituiu no país na época passou a produzir bens como eletrônicos e automóveis, que mexeram significativamente no modo de vida de seus consumidores e geraram efeitos nos espaços ocupados por eles. Maricato (2000) destaca que no período de Kubitschek houve um profundo investimento no setor rodoviário, causado pela indústria automobilística que despontava na época. Estradas e rodovias foram construídas, interligando as regiões brasileiras e modificando com isso os padrões de urbanização. Além do mais naquela época foi necessário que as cidades se adaptassem

> [...] à crescente presença de carros. Casas e edifícios têm que levar em conta o "novo membro da família". No início dos anos 1960, são alteradas as leis de edificação, no sentido de proibir a construção de prédios sem garagem. Avenidas são construídas avidamente, passando por cima da velha cidade e celebrando, prática e simbolicamente, a "definitiva chegada do progresso (GONÇALVES; MELO, 2009, p. 255)

Já no ano de 1964, após o golpe que instituiu o Governo Militar no Brasil, houve outras mudanças significativas nas políticas governamentais que transformaram a paisagem urbana das cidades brasileiras. A maior intervenção urbana do novo governo se deu através da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) através da

Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964. O referido agente financeiro foi criado com o objetivo de resolver o problema do déficit habitacional, instigando a construção de habitações para as classes de baixa renda. Sobre esse episódio Botega comenta:

> Em 1964, após o Golpe Militar que derrubou o governo João Goulart, o novo governo que se estabeleceu criou o Sistema Financeiro de Habitação juntamente com o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH) com a missão de *"estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda"*. O BNH teve como aporte inicial um montante de 1 bilhão de cruzeiros antigos, e mais um crescimento garantido pela arrecadação compulsória de 1% da folha de salários sujeitos à Consolidação das Lei Trabalhistas do país, o que demonstra que a habitação popular fora eleita um dos *"problemas fundamentais"* do governo Castelo Branco (BOTEGA, 2007, p. 67)

Além do investimento direto no setor de habitação popular, o BNH também se ocupou de promover algumas transformações urbanas por meio de financiamento de obras de infraestrutura viária, pavimentação, rede elétrica, comunicação e transporte. Outro importante encargo do BNH foi à gerência do Sistema de Financiamento da Habitação (SFH), que ofertou condições as empresas de construção civil a financiarem sua produção habitacional (BOTEGA, 2007).

Durante as décadas de 1960 e final da década de 1970 as cidades brasileiras cresceram devido o bom quadro econômico[20] do país e pelo incentivo estatal. A região sudeste, com grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, experimentou mudanças exponenciais. Porém, o processo urbano não foi exclusivo de lá. O Nordeste, por exemplo, também sofreu os impactos em suas cidades das mudanças ocorridas nesse período. Holanda (2010) traz em números a proporção do crescimento urbano em razão das cinco regiões brasileiras entre 1940 e 2000:

Tabela 04. Proporção da população urbana, segundo as grandes regiões (1940-2000).

REGIÕES	1940	1950	1980	1991	2000
Sudeste	39,42	57,00	82,81	88,02	90,52
Sul	27,73	37,10	62,41	74,20	80,94
Nordeste	23,42	33,89	50,46	60,65	69,07
Centro-Oeste	21,45	34,22	67,79	81,28	86,73
Norte	27,75	37,38	51,65	59,05	69,87

Fonte: Holanda (2010).

[20] O PIB brasileiro nesse período atingiu cifras muito expressivas, crescendo em um percentual superior a 7% ao ano (Nota da autora).

Porém no início da década de 1980 o Brasil começa a sofrer uma intensa crise econômica, e a inflação atinge índices estratosféricos, chegando a 1770% em 1989. A crise, que é sentida em todos os setores da sociedade, leva a queda do poder de compra dos salários e atinge diretamente o setor habitacional. O BNH não resiste a esse contexto e é extinto no governo Sarney em 1986[21] (BOTEGA, 2007). As cidades continuam recebendo pessoas, porém de forma a acentuar as diferenças sociais que se apresentam através da nítida ocupação do território pelos cidadãos nas periferias das grandes cidades.

Diante deste cenário, de restrição econômica e de políticas públicas insuficientes, grande parte dos brasileiros passam a procurar locais cada vez mais distantes dos centros das cidades para terem de algum modo assegurado seu direito de habitação. Desse modo,

> [...] naquele momento começou a cristalizar-se, na urbanidade brasileira, o que convencionalmente veio a ser chamado de periferia, resultado da segregação e da exclusão espaciais da força de trabalho, aglomerados de casas autoconstruídas, localizadas em espaços distantes dos recursos econômicos e das decisões políticas. A força de trabalho ali passou a localizar-se e se distribuir, vendendo-se ao mercado de trabalho urbano e fazendo avançar o capitalismo industrial no Brasil (GUIMARÃES, 2016, p.20)

Na década seguinte, o governo estabelecido por Fernando Collor de Mello segue uma forte orientação neoliberal, e acaba aprofundando um maior quadro de crise habitacional nas cidades brasileiras (BOTEGA, 2007).

Todavia, nesta mesma década há no Brasil uma tendência de urbanização chamada por Santos (2003) de desmetropolização, que significou uma diminuição no crescimento das grandes metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, em favor de cidades de menor porte, onde os custos de produção são bem menores, assim como as condições de vida tendem a ser melhores. Para o referido autor:

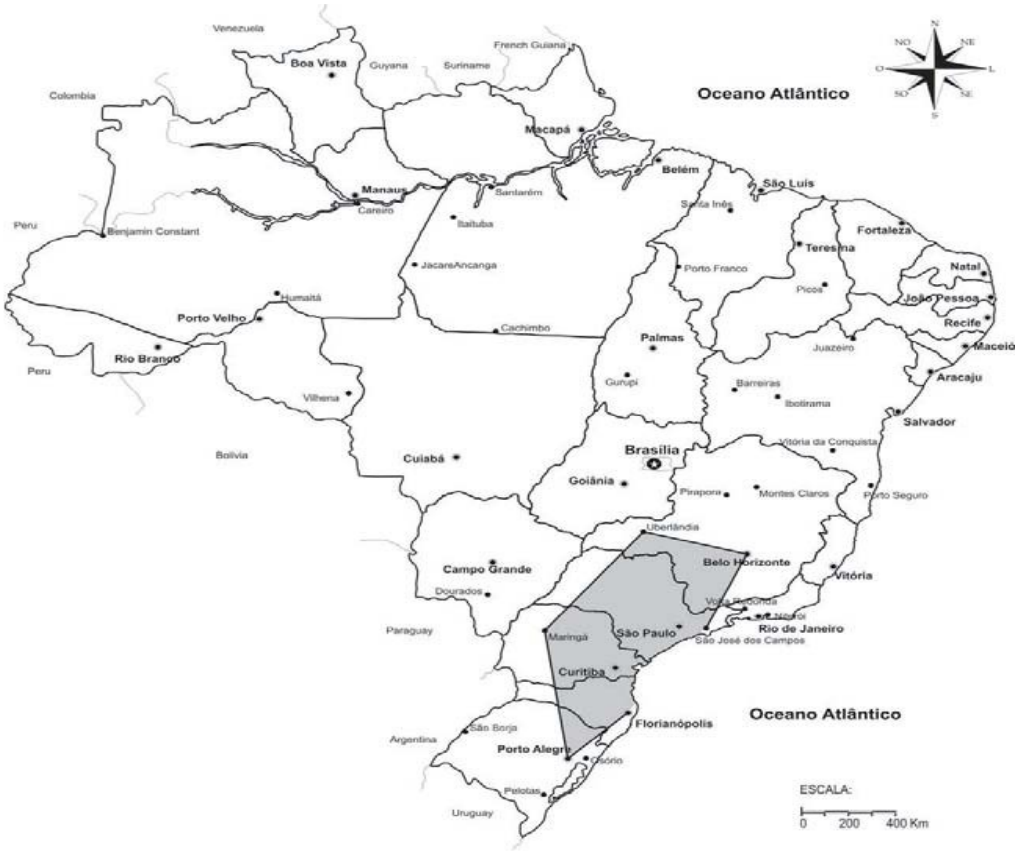
> Os mesmos números que revelam um processo de metropolização prestam-se a outra interpretação desde que demos uma prioridade ao processo de macro urbanização. Levando-se em conta uma desagregação maior da população urbana segundo o tamanho dos aglomerados, pode levar-nos a conclusão de que, paralelamente ao crescimento cumulativo das maiores cidades do país estaria havendo um fenômeno de desmetropolização, definida como a repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes da população urbana. (SANTOS, 1993, p. 92).

[21] O Decreto n. 2.291 de 21 de novembro de 1986 assinado pelo presidente José Sarney decreta o fechamento do BNH, o que leva posteriormente a política habitacional ser incorporada pela Caixa Econômica Federal (BOTEGA, 2007).

Vê-se que no Brasil o crescimento urbano desordenado levou a saturação de grandes cidades do centro-sul do país e a uma série de problemas de âmbito social, ambiental, imobiliário, entre outros. A ausência de planejamento urbano adequado é referida como principal causa que levou as empresas a escolherem cada vez mais localidades geográficas alternativas às metrópoles tradicionais e caóticas do Brasil (SANTOS, 1993). Com isso regiões do norte e nordeste, por exemplo, passaram a entrar no mapa para empresas nacionais e estrangeiras, passando a ter seu processo de urbanização acelerado.

Andrade e Serra (2001) também analisando a chamada “desmetropolização”, entendem que tal fenômeno se compõe de dois estágios principais: o primeiro é tido quando houve uma gradual dispersão da atividade industrial por todo o país; já o segundo estágio, passou a reconcentrar a atividade industrial na região denominada de “polígono industrial”, composto pelas regiões de: Uberlândia (MG), Belo Horizonte (MG), São José dos Campos (SP), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS) e Maringá (PR), conforme ilustração do mapa a seguir:

Figura 02. Polígono industrial brasileiro – 1991.



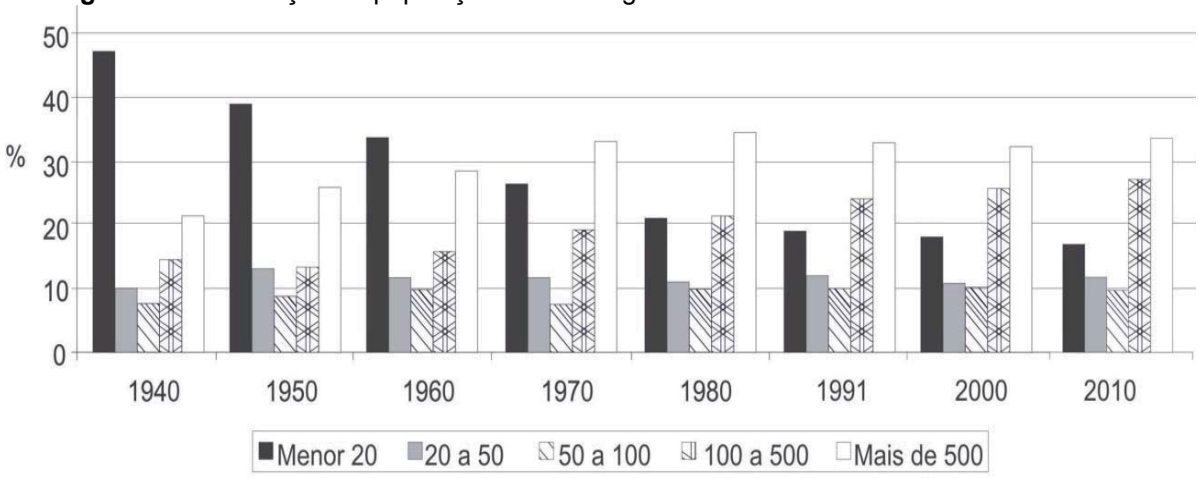
Fonte: Stamm (2005) *apud* Stam *et al.* (2013).

Ainda dentro deste contexto de desconcentração dos grandes centros urbanos na década de 1990 é interessante sublinhar outra dimensão apontada por Cunha (2005), ao falar sobre “migração de retorno”. O referido autor analisa que nas décadas de 80 e principalmente 90, do século XX, houve um fluxo migratório inverso, ou seja, a direção migratória que tinha o centro-sul como destino dos últimos anos (1930 a 1980), sofreu com a volta das pessoas para suas regiões de origem, como no caso de grande parte dos nordestinos[22].

Todo esse cenário social e econômico, somado aos fluxos migratórios, levaram no final do século XX ao espraiamento da urbanização por regiões ainda não tão afetadas. Neste momento, como destaca Stamm *et al*. (2013) é que as cidades pequenas e de médio porte irão aparecer como alternativa para o alastramento econômico no país, e consequentemente sentirão os efeitos categóricos da urbanização que já vinha se estendendo no país desde meados do século XX.

É possível visualizar nos dados a seguir a tendência que despontou no final dos anos de 1990, para o aumento das cidades de médio porte no Brasil (vide figuras 02 e 03). Através desse crescimento urbano, agora sendo levado para outras cidades e regiões, antes não afetadas, há de se notar a continuidade do processo de urbanização no final do século XX e início do século XXI, que agora se deu de forma mais descentralizada no território nacional.

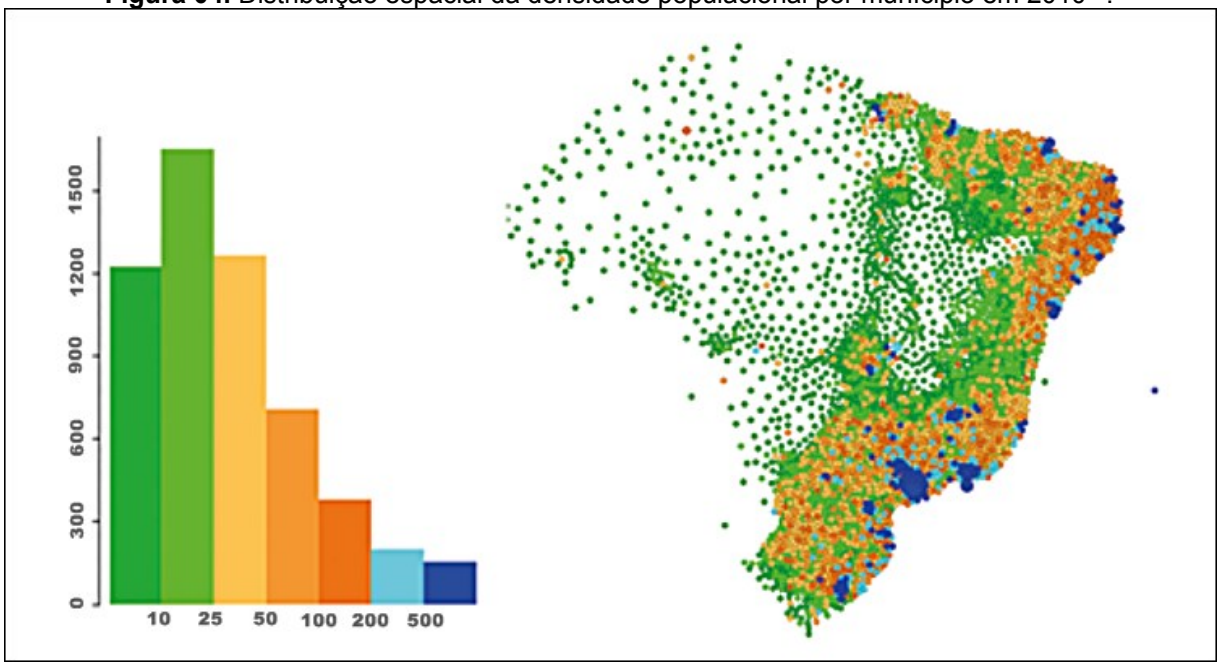
Figura 03. Distribuição da população urbana segundo sua classe de tamanho – 1940 a 2010.



Fonte: Stamm *et al*. (2013, p. 253).

[22] Cunha (2005, p. 8) reflete sobre o fluxo migratório de retorno, mencionando que: “Pode-se pensar que o retorno estaria condicionado a um fator de “sucesso” na região de destino, e que, portanto, não necessariamente todos os que deixaram suas áreas de origem estariam propensos a voltar para lá. Na verdade, nos anos 80, a probabilidade de “sucesso” parece ter-se reduzido ainda mais, na medida em que as transformações produtivas ocorridas no Brasil e, em especial nos Estados receptores, como São Paulo, tornaram a incorporação do migrante no mercado de trabalho muito mais frágil que nas décadas anteriores”

Figura 04. Distribuição espacial da densidade populacional por munícipio em 2010[23].



Fonte: Pereira (2014, p.287)

Através da análise da Figura 03 é possível perceber que atualmente os municípios com uma média e baixa densidade populacional ocupam a maior parte do território nacional, e os municípios de alta densidade, com proporções acima de 200 hab./km², que são as grandes metrópoles brasileiras, abrangem um reduzido espaço, se comparado ao restante do território. Ademais, cruzando esses dados com os constantes nas tabelas em anexo é possível também notar o contraste entre essas regiões de média e alta densidade populacional.

Os dados das tabelas em anexo, Tabela 02 (Municípios e população por densidade populacional) e Tabela 03 (Municípios e população por densidade populacional, em termos relativos), revelam que em 2010, conforme o último censo, 88,5% do território brasileiro era composto por 2.869[24] municípios, nos quais residem uma população de cerca de 36,5 milhões de pessoas, correspondendo a bem menos da metade da população total, cerca de 19,3% do total de habitantes. Já de outro lado, têm-se as cidades de alta densidade populacional (com 200 hab./km² ou mais), como Rio de Janeiro e São Paulo. Tais cidades correspondem a um número total de 350[25], ocupando apenas 0,8% do território brasileiro. Todavia, a concentração populacional

[23] A escala aplicada no mapa é em hab./km². Assim as sete classes de densidade populacional são: 0 hab./km² a 9,99 hab./km²; 10 hab./km² a 24,99 hab./km²; 25 hab./km² a 49,99 hab./km²; 50 hab./km² a 99 hab./km²; 100 hab./km² a 199,99 hab./km²; 200 hab./km² a 499 hab./km² e acima de 500 hab./km².
[24] Esse número corresponde a 51,5% do total de municípios brasileiros (Nota da autora).
[25] Esse número corresponde a apenas 6,3 do total de municípios brasileiros (Nota da autora).

de tais cidades é de 92 milhões de pessoas, correspondendo a 48,5% do total de habitantes, quase que metade da população brasileira.

Já as outras tabelas em anexo que trazem as condições de moradia por densidade populacional nos anos de 1991 (Tabela 04), 2000 (Tabela 05) e 2010 (Tabela 06) revelam um quadro de melhora nas condições urbanas das grandes, pequenas e médias cidades. Houve da virada do século para os anos mais recentes um aumento na melhoria de serviços urbanos básicos da cidade, grande parte das casas atualmente conta com os serviços de esgoto, água encanada, energia e coleta de lixo. Os dados também revelam que as condições das casas da população têm melhorado, com mais construções de casa com paredes adequadas, quem contam com banheiro e que possuem uma menor proporção de pessoas dividindo o mesmo dormitório. As interpretações desses dados levam a crer que a expansão urbana levada a cabo por todo o território nacional tem conseguido, mesmo que não da maneira ideal, alcançar as condições mínimo do desenvolvimento das cidades e permitido o usufruto pela grande maioria dos habitantes dos serviços urbana os básicos.

Ainda que indubitavelmente se veja uma forte participação dos grandes centros urbanos na concentração da população brasileira em termos absolutos, como se percebe pelo peso demográfico das cidades brasileiras (Figura 02) e pela distribuição espacial da densidade populacional (Figura 03), bem como pelos outros dados citados; não se pode negar, todavia, que o século XXI trouxe uma expansão urbana para além do centro-sul, fazendo com que outras regiões pelo país experimentassem o desenvolvimento de suas cidades.

Stamm *et al*. (2013) analisam que a dinâmica da urbanização das cidades brasileiras ganhou novos contornos neste último século, à descentralização do fenômeno urbano, somado a retomada da economia, ao aprimoramento da distribuição de renda e o reforço na distribuição de crédito, implicou dentre outros fatores no aumento do consumo do mercado de bens duráveis, do qual o ramo imobiliário se destacou. Esse crescimento vertiginoso do setor imobiliário também gerou consequências, sentidas na expansão da frota de veículos e consequentemente no arranjo estrutural das cidades (STAAM *et al.,* 2013).

A evolução urbana sentida no país nos últimos 90 anos mostra o quanto o país avançou em sua história recente, mais do que nos que nos quatro séculos anteriores desde seu descobrimento. Conforme indicam Santos e Silveira (2004, p. 273),

recentemente “todas as áreas do país conheceram um revigoramento do seu processo de urbanização, ainda que em níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território”.

Apesar da recente crise econômica no país, ainda pode se ver um crescimento urbano em alta, com índices positivos e futuro promissor (OLIVEIRA; SILVA, 2015). O caso de Teresina mostra muito bem como os diversos fatores políticos, sociais e econômicos influem na tessitura de sua malha urbana. Desse modo se analisara no capítulo a seguir a construção especifica da morfologia da cidade de Teresina, objeto de estudo deste trabalho, observando como os aspetos políticos, econômicos e sociais influíram para que a cidade tivesse os contornos urbanos que tem hoje.

CAPÍTULO 02 – A MORFOLOGIA DE TERESINA: HISTÓRIA DA HABITAÇÃO

Não raramente, a cidade tem sido por bastante tempo pensada apenas como uma representação estática (um mapa informativo de ruas e lugares), ignorando-se por diversas vezes seus significados e práticas sociais que lhe dão forma e conteúdo (CARLOS, 2007). Há nessa perspectiva uma redução do sentido atribuído à urbe, como simples reprodução do capital ou da dominação do Estado, esvaziada de sentidos sociais que levem em conta a dinâmica humana e as relações de poderes dentro da estrutura social. Todavia, uma análise que se busque entender com profundidade e clareza a totalidade do território urbano e as formas pelas quais há sua constituição, passa necessariamente pela concepção de que é inadmissível a separação entre sujeito e espaço (SANTOS, 2000).

Entre as tentativas pioneiras de articular novas concepções sobre o espaço e sua relação com a sociedade, contrariando análises historicistas e economicistas estáveis até o século XX, tem-se a teorização proposta por Henri Lefebvre (2001) para qual as cidades se constituem primordialmente através dos laços sociais entre pessoas, famílias, organizações e demais grupos sociais. Para o autor a composição urbana se daria no concurso de uma ordem próxima (relações estre os grupos sociais) e uma ordem distante (instituições como o Estado, a Justiça e o Capital). Com isso a cidade seria para o autor uma “mediação entre as mediações” produzida historicamente pelo ser humano (LEFEBVRE, 2001).

No Brasil, a reformulação teórica sobre o espaço urbano foi apresentada por Milton Santos (2000) também no século XX. O referido autor, em certas medidas assim como Lefebvre (2001), defendeu a correlação entre o social e o espacial, considerando que as cidades devem ser entendidas como instância social a ser produzida, e que por isso mesmo está em permanente construção.

Assim, seu desenho se dá através da apropriação humana que lhe coloca diversos sentidos, sejam eles econômicos, sociais, culturais, políticos simbólicos, entre outros. O sentido e a finalidade da cidade, enquanto construção social, portanto, diz mais respeito à realização da vida humana, do que a mera ocupação espacial. Assim, tem-se que é o uso do espaço pelo homem, e não o espaço em si que faz dele objeto da análise social (SANTOS, 2000).

Diante disso, há um desafio colocado nesta pesquisa em se desvendar os processos constitutivos do espaço social da cidade de Teresina, buscando compreender a morfologia do tecido urbano da capital piauiense, especialmente em como o centro da cidade passou a ser desabitado de moradias, dando lugar essencialmente a atividades comerciais. Para tanto, neste capítulo se buscará preliminarmente entender o porquê deste arranjo estrutural da cidade, tentando notar como a cidade e os bairros se desenvolveram e como inicialmente se desenvolveu a dinâmica entre os lugares de comércio e lugares de moradia. Assim, a pergunta a ser respondida neste capítulo é: como se deu o desenvolvimento inicial de Teresina?

Na primeira parte deste capítulo se buscou apurar a gênese da capital piauiense na metade do século XIX e seu desenvolvimento inicial no seu centenário, até os idos de 1950 com a ocupação e desenvolvimento da região central da cidade entorno ao centro administrativo. Já no segundo tópico se examinou a forte expansão geográfica da cidade a partir de 1950 ocorrida para outros setores e limites no sentido norte e sul, e a partir de 1970 para a região leste.

Por fim, o último tópico traz um retrato das definições atuais da malha urbana teresinense, considerando o perfil de seus bairros – divididos em quatro regiões administrativas segundo a Lei Municipal 3.559 de 20 de outubro de 2006. Como se verá, o processo de tessitura da cidade é imanente ao processo de reprodução da vida social.

2.1 A gênese da capital teresinense e a ocupação do centro até a década de 1940

Forte expressão da vida humana, a cidade se apresenta ao longo da história como obra de um movimento cumulativo que incorpora em sua existência as relações sociais e sua ligação com o espaço, como já dito. No caso de Teresina, não é diferente, a análise espacial da cidade também revela sua indissociabilidade, entre espaço e sociedade, ao passo que as relações sociais que dão forma a urbe se materializam em um território real e concreto (CARLOS, 2007; SANTOS, 2000).

Desse modo, há que se perceber que o surgimento de Teresina na metade do século XIX se deu através da possibilidade de mudar a capital do Piauí, com vistas a se efetivar uma estratégia de modernização para que os ares do progresso atingissem o Piauí. A capital do estado, até então era Oeiras. Tida como atrasada, pobre e decadente, Oeiras era muito prejudicada por seu isolamento geográfico, que não lhe permitia uma boa comunicação com o resto do estado e o escoamento de riquezas,

razões – entre outras – que puseram em xeque sua eficácia administrativa (TEIXEIRA; CORREIA, 2018).

Conforme Gandara (2011), a primeira capital do estado piauiense levantava desde a época colonial uma grande insatisfação em razão de sua localização que se encravava no sertão, e dificultava com isso o transporte e a comunicação com o resto da província. Havia a crença por parte dos governantes da época, dentre eles o Conselheiro José Antônio Saraiva[26] de que "o futuro da província se encontrava às margens do Rio Parnaíba" (GANDARA, 2011, p. 92).

Dito isto, em que pese o primeiro local escolhido em 1844 para sediar a capital piauiense, denominado como Vila Poti, estivesse em uma localização geográfica privilegiada – no encontro dos rios Parnaíba e Poti –, favorecendo a navegação fluvial e maior possibilidade de articulação com os outros núcleos da região (FAÇANHA, 1998) a lei que fazia da Vila do Poti a nova capital da província logo foi logo revogada, posto que o local estava sujeito a inundações e endemias frequentes, tornando-o insalubre e inadequado a uma capital (CHAVES, 2013).

Assim, o então presidente da província do Piauí, Conselheiro Saraiva, considerando a questão da salubridade, manifestou-se a favor de uma área a poucos quilômetros dali "situada a uma légua da barra do Poti, num recanto agreste da Chapada do Corisco, assim conhecida pela frequência de quedas de faíscas elétricas em circuito" (CHAVES, 1998, p. 31). Conforme sublinha Braz e Silva (2012):

> Entre as vantagens do local escolhido, cita-se: as facilidades de se utilizar o Rio Parnaíba como meio de navegação para concretizar as relações políticas e comerciais ; a topografia do local, favorável à implantação da cidade, pois dispensava grandes custos – era uma chapada coberta de vegetação rasteira, solo em capim e faveiras (MONTEIRO, 1987); a morfologia regular estendia-se por quatro léguas quadradas (FREITAS, 1988), adequando a região ao propósito em quatro léguas quadradas (FREITAS, 1988), adequando a região ao propósito em termos de dimensões; a única irregularidade existente – o declive para o rio – e a distância entre o local escolhido e a Barra do Poti (FREITAS, 1988) protegeriam a região contra inundações; o terreno, em parte pedregoso e em parte argiloso, forneceria matéria-prima apropriada à construção das edificações; e, por fim, não havia embaraços quanto à questão da propriedade do terreno, pois a área em questão pertencia a um único proprietário, o coronel Francisco da Cunha Castello Branco, abastado fazendeiro da cidade de Campo Maior (CHAVES, 1998). A existência de apenas um proprietário era ponto favorável em um processo de desapropriação (BRAZ E SILVA, 2012, p. 219).

[26] José Antônio Saraiva (1823-1895), ou Conselheiro Saraiva como é comumente referenciado na literatura histórica, foi um advogado e político brasileiro nomeado como Presidente da Província do Piauí em 23 de junho de 1850, exercendo este cargo até março de 1853. Ele foi responsável por executar a mudança da então capital da província, Oeiras, para Teresina. (Nota da autora)

Assim, no dia 16 de agosto de 1852, Teresina é fundada a partir da idealização política em se buscar resolver os problemas administrativos e econômicos da província do Piauí[27]. A região organizada para receber o sítio urbano teresinense era de propriedade da sesmaria denominada “Data Covas”, seu traçado geométrico em forma de tabuleiro de xadrez e sua organização às margens do Rio Parnaíba foram pensadas com um nítido objetivo de se criar uma cidade moderna e organizada para o futuro[28] (GONÇALVES, 2019). Os desejos de Saraiva fizeram a cidade de Teresina encarnar como um pedaço deslumbrante de natureza, envolta por dois imensos rios, que como escrito por Cinéas Santos (2002), no hino de Teresina, “abraçam a cidade”.

Com isso, oficializou-se a transferência da capital de Oeiras para o novo local, fazendo com que a segunda metade do Século XIX significasse um período de grandes e verdadeiras mudanças na região. Nos primeiros anos de instalação Teresina dava seus primeiros passos na busca para oferecer os recursos necessários para o funcionamento de uma capital.

O Mestre de Obras João Isidoro da Silva França foi convocado para ser o projetista oficial da província e foi responsável pela concepção do plano da cidade (NUNES, 2007). Em seu plano estavam previstas 18 quadras no sentido Norte-Sul e 12 quadras no sentido Leste-Oeste (FAÇANHA, 1998), com ruas desenhadas para medirem 45 palmos em uma área que deveria medir 1500 braças para sul e 1500 braças para norte, sendo assim capaz de abrigar os prédios públicos, a população da Vila Nova do Poti e a população que presumidamente iria se transferir de Oeiras (SILVA, 2012).

Chaves (1994) descreve que o projeto de João Isidoro da Silva França contava com a separação de seis quarteirões ao redor da praça da matriz para a ocupação de belas moradias pertencentes a pessoas abastadas. Ao revés das antigas cidades provincianas que emergiram espontaneamente, a forma geométrica de Teresina inaugura entre as capitais do país uma regularidade planejada de sua malha urbana[29].

---

[27] A ideia da transferência da capital para a beira do Rio Parnaíba encontra fortes contornos econômicos almejados pelo espírito da modernidade, o que vai influir diretamente na feição da malha urbana, percebida logo nos primeiros anos da capital (SILVEIRA, 2019).

[28] Inicialmente a nova capital da província do Piauí se localizaria mais ao norte na chamada Vila Poti (vide figura 01), porém sua localização que lhe propiciava constantes enchentes se tornou motivo de preocupação dos governos. Desse modo, a nova capital efetivou-se em um local conhecido como Chapada do Corisco, mais alto e seguro, e de importante localização geográfica (GANDARA, 2011).

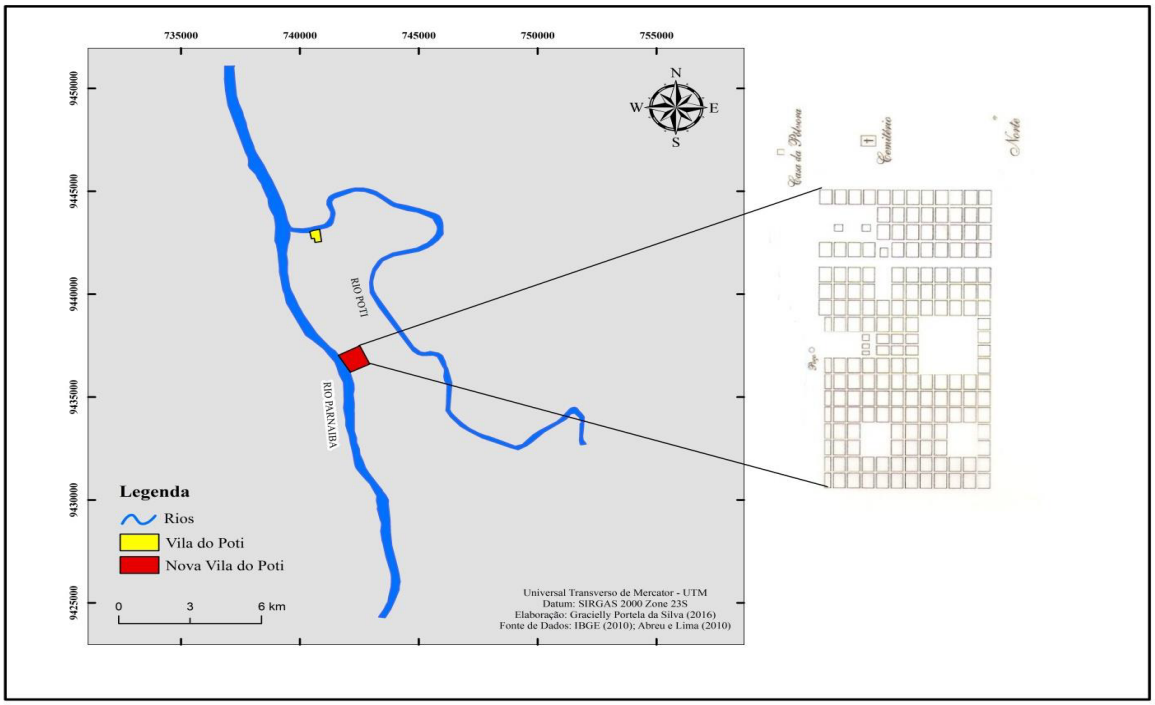
[29] Conforme aponta Castelo Branco (2002 p. 298-299) o modelo espacial geométrico de Teresina, inspirado em moldes renascentistas buscou dar racionalidade a vida urbana do final do século XIX, rompendo com “a lógica urbana dos primeiros séculos de colonização, cujas ruas tortuosas e íngremes, formavam labirintos sem regularidades [...] A nova capital nascia com ruas retas. Entretanto, se existia

Assim, conforme expõe Andrade (2014):

> O projeto urbanístico para a nova capital piauiense seguiu a forma de planejamento urbano barroco, com quarteirões em forma de xadrez, ruas retas e alinhadas, divisões em quarteirões e com áreas de largos que mais tarde se tornaram praças urbanizadas. O modelo de tabuleiro de xadrez, também chamado de tabuleiro de jogo de damas, seguia a legislação de Portugal, também executada em outros lugares da Província. Um modelo de cidade renascentista, que buscava dar racionalidade ao viver urbano (ANDRADE, 2014, p.02).

A configuração da cidade no decorrer da história será fruto das estratégias de diversos agentes sociais (LEFEBVRE, 2001). Nesse primeiro momento Teresina será fundada e pensada por meio das aspirações do Estado e de seus representantes em reorganizar a economia, a administração e a vida social, dando ares de racionalidade típico do pensamento moderno vigente à época de sua gênese. Posteriormente como se verá, com a expansão da malha urbana, haverá a influência de outros agentes sociais, como as empresas imobiliárias apoiadas na força do capital, almejando moldar uma nova cidade.

Figura 05. Localização do Plano Inicial de Teresina.

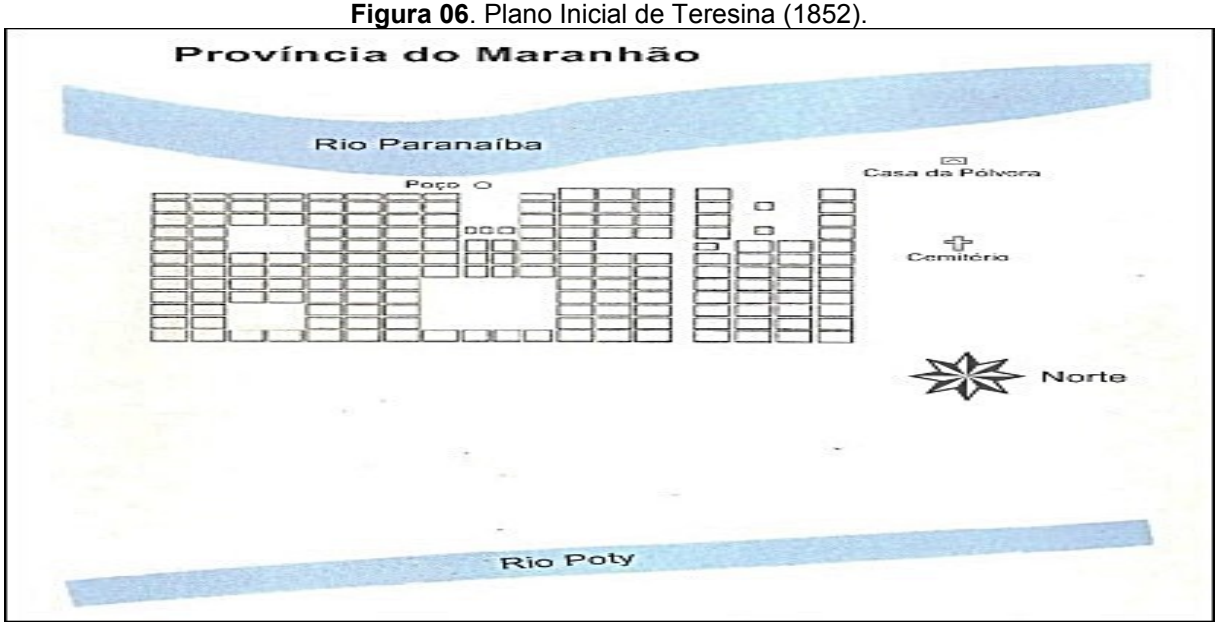


Fonte: Silva (2017, p. 40).

planejamento racional, a materialização ocorria dentro das condições escassas do erário público e dos poucos capitais privados, que puderam ser alocados na empreitada. Teresina reproduzia e refletia, daquele modo, as condições materiais do meio em que estava inserida. A província do Piauí não tinha a economia marcada pela dinâmica do grande fluxo de capitais".

Nesses anos iniciais Teresina estava ocupada em formato de xadrez, com ruas paralelas e perpendiculares, pois foi pensada pelo Conselheiro Saraiva para acompanhar o Rio Parnaíba e envolver uma área inicial de 43 km² - 18 quadras ocupadas de norte ao sul, e 12 quadras ocupadas de leste a oeste - conforme se se vê no Plano Inicial de Teresina (Figuras 01 e 02).

Figura 06. Plano Inicial de Teresina (1852).



Fonte: ABREU; LIMA (2000)

Ademais, as margens do Rio Parnaíba prometiam colocar a nova capital dentro de um projeto capitalista em curso no país, nos trilhos do tão sonhado progresso que a navegação a vapor e o comércio prometiam. Como sublinha Gandara (2009, p. 126), “havia o entendimento de que o Rio Parnaíba deveria ser o eixo da economia piauiense”.

Assim, no Plano Saraiva, as necessidades funcionais da cidade a ser construída eram compatíveis com a extensão territorial da nova capital; haja vista que os quarteirões desenhados eram suficientes para abrigar os edifícios públicos, os habitantes da antiga Vila do Poti e a presumida população a ser transferida de Oeiras. A escolha do sítio é outro elemento que denota o caráter de planejado plano Saraiva. Constituiu-se em uma estratégia política de ocupação, peculiar da urbanística portuguesa. Ela ocorreu em função de sua relação com o território, mas também foi pensada em termos de condições de acessibilidade, de topografia, de clima e de população (SILVA, 2012).

É notório como a configuração da cidade no decorrer da história foi fruto das estratégias de diversos agentes sociais. Nos primeiros anos Teresina pensada por meio das aspirações do Estado e de seus representantes em reorganizar a economia, a administração e a vida social, dando ares de racionalidade típico do pensamento moderno vigente à época de sua gênese. Posteriormente como se discutirá, com a expansão da malha urbana para além do centro fundacional, haverá a influência de outros agentes sociais, como as empresas imobiliárias apoiadas na força do capital, almejando moldar uma nova cidade.

Há, portanto, uma relação umbilical na gênese de Teresina, que coloca a cidade e o comércio em uma conexão de origem e desenvolvimento. Essa relação se deu primordialmente através do Rio Parnaíba que possibilitou a urbanização e o desenvolvimento da cidade. Segundo aponta Rossi (1995) toda a constituição de uma cidade, seja ela espontânea ou planejada, sempre se dá conforme um elemento indutor. Em relação a Teresina esse elemento indutor foi o Rio Parnaíba.

Gandara (2009) também aponta que a maneira de vida urbana nos primeiros anos da capital buscou organizá-la racionalmente. Desse modo, a forma de ocupação do solo se colocou harmônico com a lógica da economia, levando em conta a disposição espacial do Rio Parnaíba para localizar o centro administrativo e comercial da cidade próximo a ele. Como diria Simmel (1973), as cidades são sede de visões econômicas do trabalho, portanto sua organização espacial deve levar em conta condições necessárias para o desenvolvimento das atividades laborais.

Nos primeiros anos do nascedouro da nova capital, como era de se esperar, houve uma estruturação da cidade e de composição do aparato urbano, que permitisse a ela usufruir do status de capital (GANDARA, 2009). Teresina começava a ganhar sua feição urbana; porém, a realidade política e econômica da época não permitiu que a cidade tomasse as proporções inicialmente pensadas pelo presidente da província para abrigar todo o aparato urbano pretendido. Desse modo, o Plano Inicial não foi totalmente efetivado, e Teresina ainda demorou alguns anos para realizar a ocupação urbana tão sonhada pelo presidente da província.

Conforme Lima (2002) ao se comparar o plano de construção inicial (Figura 02) com o mapa atual da cidade, vê-se o pequeno espaço inicialmente ocupado na constituição da capital (Figura 03). Está área inicialmente urbanizada compreendia-se

entre os limites das atuais ruas: Desembargador Freitas (ao norte), Olavo Bilac[30] (ao sul), 24 de Janeiro (ao leste) e João Cabral (ao centro-oeste). Nos limites da área urbanizada do centro fundacional de Teresina, no sentido do Rio Parnaíba havia também vários pequenos sítios onde hoje é Avenida Maranhão.

Figura 07. Espaço urbano ocupado inicialmente por Teresina.



Fonte: Adapto de Lima (2002).

O marco inicial de urbanização da cidade de Teresina, pela própria tradição cristã-católica da sociedade brasileira do final do século XIX foi a construção de uma igreja matriz. Com isso, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo[31] estabeleceu "o ponto inicial de Teresina, escolhido pelo próprio Presidente da Província, Saraiva, juntamente com o então pároco da Vila do Poti, Pe. Mamede Antônio de Lima". (ABREU; LIMA, 2000, p. 15). Além disso, Abreu e Lima (2000) em seus estudos sobre o Marco Zero da cidade defendem que este ponto demarcado pela Igreja de Nossa Senhora do Amparo possui um significado tríplice (religioso, delimitador e urbanístico). Nas palavras dos autores:

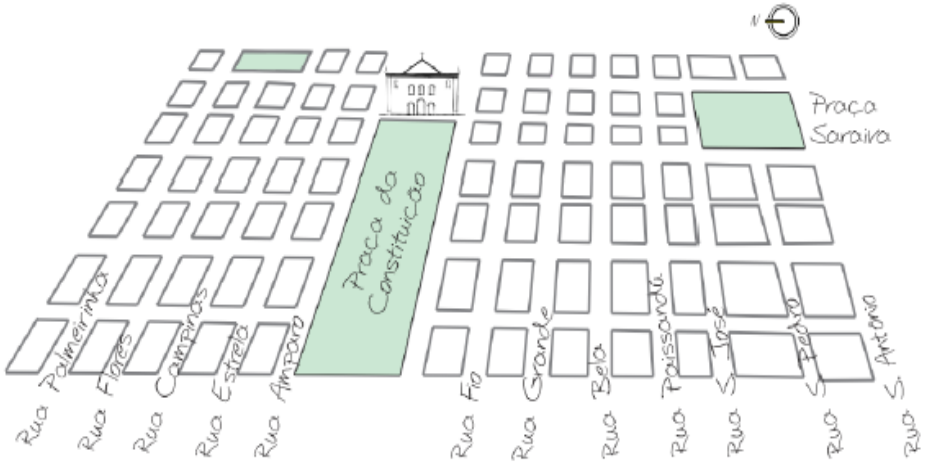
> Este ponto, definido e demarcado como o Marco Zero de Teresina – a Igreja Nossa Senhora do Amparo - apresenta-se para os teresinenses com três significados especiais: o religioso, pois consagrou a nascente povoação à fé cristã-católica; o delimitador, pois a partir daquele ponto definiram-se outros marcos que possibilitaram delimitar o espaço que comportaria a cidade na sua concepção original e posterior ampliação; e o urbanístico, porque a partir do Marco Zero foi traçado o plano original de Teresina – com indicação de ruas, praças, avenidas e alguns equipamentos urbanos – cemitério, poço, casa da pólvora. (ABREU; LIMA, 2000, p. 16)

[30] Juntamente com a Praça Saraiva.

[31] A realidade brasileira do século XIX revelava que a construção e/ou inauguração de uma igreja firmava uma valiosa causa para incitação do povoamento de um lugar. Desse modo, é possível dizer que "como o príncipe imperial, Teresina, nasceu nos braços da Igreja Católica, isto é, na celebração de uma missa, na hora em que se lançava a pedra fundamental de sua matriz, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo" (SILVA FILHO: 2007, p.95).

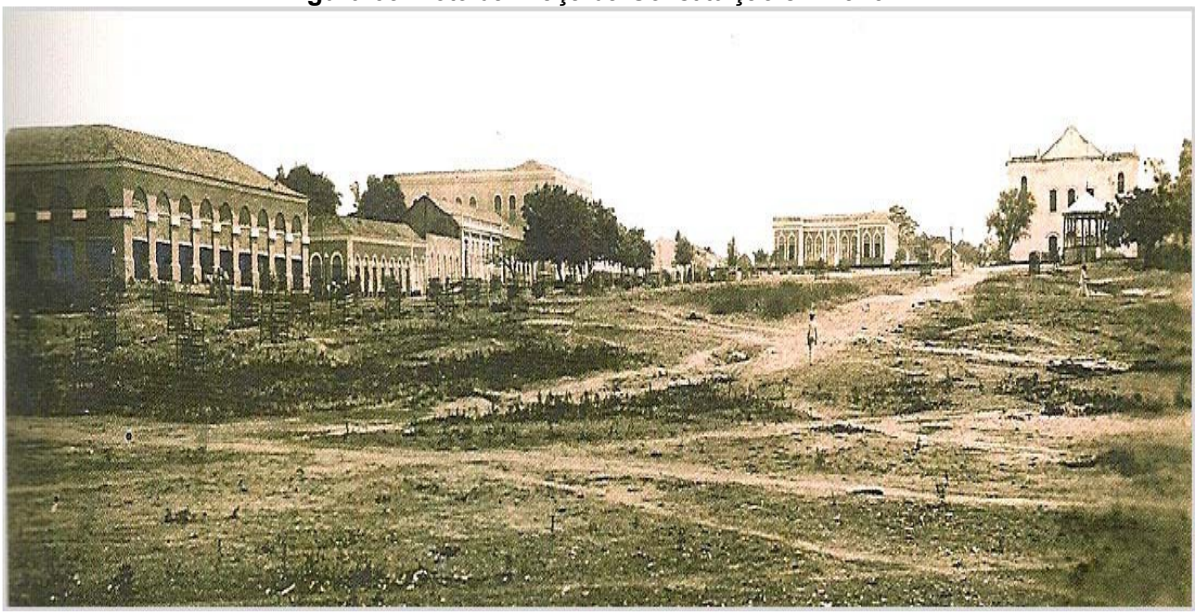
Teresina nasce então em sua constituição urbana abrigando a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, e a partir dela sendo rodeado pela Praça da Constituição (atual Praça da Bandeira), e por prédios públicos, comerciais e residências. Até cerca de 1889, como aponta Moreira (2016) a cidade cresceu no entorno de seu centro administrativo de forma amena seguindo o padrão xadrez (conforme Figuras 04 e 05).

Figura 08. Planta da Praça da Constituição no final do séc. XIX.



Fonte: Moreira (2016, p. 91).

Figura 09. Foto da Praça da Constituição em 1910[32].



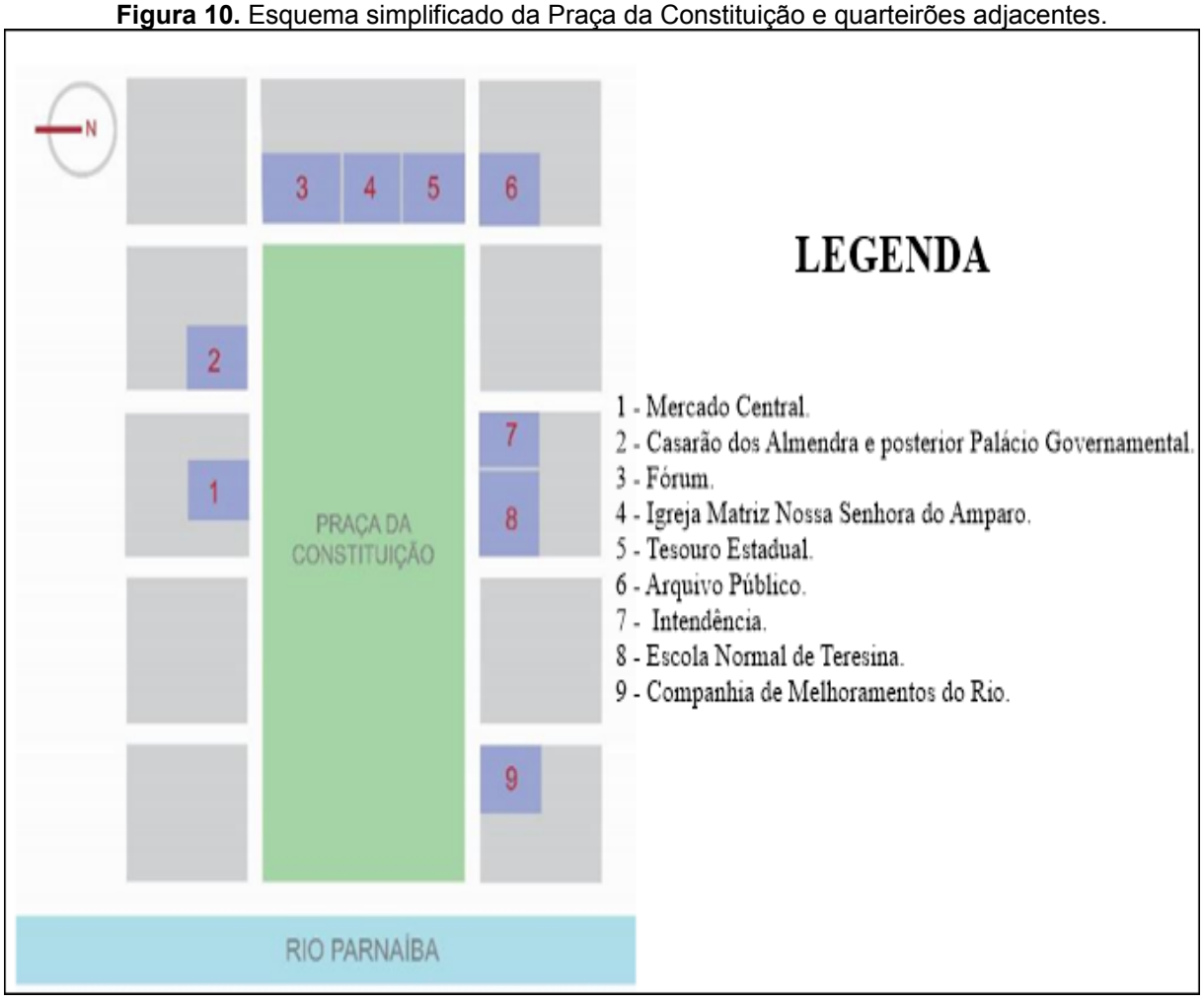
Fonte: Silva Filho (2007, p. 105).

[32] Na foto é possível observar o centro fundacional de Teresina no entorno da Praça da Constituição (atual Praça da Bandeira, também conhecido inicialmente como largo da matriz) e os primeiros edifícios públicos da cidade. Conforme apresenta Gandara (2011, p. 107), é possível ver na imagem "da esquerda para direita, o mercado, casas comerciais, um sobrado residencial cedido para o Palácio do Governo. Na cabeceira da praça, o Fórum e a matriz de Nossa Senhora do Amparo ".

Chaves (1994) ao tratar também sobre o centro fundacional de Teresina pontua que, após a construção da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, os primeiros edifícios públicos construídos na cidade foram: o Quartel de Polícia Militar (1851), o Hospital de Caridade (1854), o Cemitério Velho (1862) e o Mercado Público (1862). É importante mencionar que algumas dessas obras levaram anos para serem totalmente concluídas. Ademais, mesmo que no ano de fundação de Teresina muitos prédios públicos estivessem em construção, as repartições públicas que sediaram atividades administrativas do governo foram todas instaladas em casas alugadas, conforme enfatiza Chaves (1994).

Conforme o esboço de Teixeira (2019) é possível perceber também a organização do centro administrativo de Teresina no século XIX (Figura 10), e um claro valor da Praça da Constituição que abrigou em seu entorno os prédios públicos da época (Figura 11-13), que eram considerados os mais importantes para a vida administrativa teresinense.

Figura 10. Esquema simplificado da Praça da Constituição e quarteirões adjacentes.



Fonte: Teixeira (2019, p. 81).

Figura 11. Sobrado da Família Almendra e posterior Palácio Governamental.



Fonte: Silva Filho (2007).

Figura 12. Fórum da Cidade de Teresina.



Fonte: Silva Filho (2007).

Figura 13. Mercado Central de Teresina.



Fonte: Silva Filho (2007).

Quase uma década depois de sua gênese, em 1860, Teresina já se estendia por mais de um quilômetro no sentido norte-sul, indo do largo do Quartel do Batalhão até o Barracão. Já em sentido Leste-Oeste, sua disseminação urbana se dava de forma mais arrastada. Em direção ao Rio Poti, a cidade nessa época acabava poucos metros após a Praça da Constituição. E em direção ao Rio Parnaíba, nem todas as ruas chegavam ao rio (CHAVES, 1994).

Por outro lado, se a cidade não cresceu em grande monta no que diz respeito ao aparato urbano na primeira década, é possível perceber um expressivo aumento na parcela populacional. Conforme Chaves (1994), na época da fundação da atual capital do Piauí, a cidade contava apenas com 49 habitantes. Já cerca de quase uma década depois, a cidade já possuía 11.820 habitantes. O efeito desse aumento populacional apareceu logo na segunda década com o aumento do número de residências na cidade, cujo total à época era de 963 casas[33] (MOREIRA, 1972).

Já Lima (2002) aponta que o expressivo aumento populacional nos primeiros anos após o nascimento de Teresina se deu por conta do aforamento de terrenos situados nas ruas planejadas próximo ao centro fundacional da cidade. Muitas famílias receberam distribuições com áreas residenciais enormes, com terreno médio de 40 x 40 braças (por volta de 88 x 88m).

Sobre a primeira expansão da malha urbana da cidade, Andrade (2014) pontua em seus estudos que o primeiro prolongamento de Teresina – fora do núcleo central apresentado nas figuras 03 e 04 – ocorrera no ano de 1862 em direção ao norte, logo em seguida a desativação do antigo cemitério da cidade e construção do cemitério São José[34]. Neste momento de expansão, a cidade começou a deixar seu traçado planejado para incorporar espontaneamente sítios e fazendas, que se tornaram em pouco tempo bairros com traçado de ruas irregulares à forma de tabuleiro de xadrez (LIMA, 2002).

Até o final do século XIX Teresina conservou características de um arraial. Localidade pequena, com traços culturais interioranos fortes, expressiva marca religiosa e com rivalidades políticas familiares. A sociedade, de maioria classe média e proletária vivia sem o conforto da eletricidade e de água encanada, com luz de

[33] Conforme Moreira (1972) esse número de residências na segunda década após a fundação de Teresina era composto de 433 casas cobertas de telhas e 530 casas cobertas de palha.

[34] Segundo Lima (2002) sua localização é no cruzamento da Alameda Parnaíba com a atual Rui Barbosa.

candeeiro e lata d'água carregada no lombo de jumento (QUEIROZ, 1998). Outrossim, a cidade manteve também nesse tempo um aspecto de cidade colonial (conforme se percebe pelas Figuras 10 e 11), com ruas estreitas e de feição rural.

Figura 14. Rua Senador Teodoro Pacheco no início do século XX.



Fonte: Resende (2013, p. 80).

Figura 15. Trecho da Rua 07 de Setembro no início do século XX.



Fonte: Monteiro, 1937.

Teresina ainda no século XIX se estendeu também na direção leste de seu centro fundacional. Esse aumento urbano foi impulsionado no ano de 1874, através

da colaboração de Frei Serafim[35] e da construção da Igreja de São Benedito em 1886. Com a edificação da Igreja de São Benedito se tornou necessário a implantação de uma via que ligasse o Alto da Jurubeba – local onde fora edificado a igreja – às margens do Rio Poti. Essa via terrestre foi inicialmente chamada de "Estrada Real", ganhando posteriormente o nome de "Avenida Getúlio Vargas", até ser rebatizada como Avenida Frei Serafim, em homenagem ao missionário Capuchino que construiu a Igreja de São Benedito (MEDEIROS *et al*., 2018).

Nascimento (2002) conta em seus estudos que após o estabelecimento da Avenida Frei Serafim, houve uma progressiva ocupação de sua área por residências. Em um primeiro momento, as casas que se estabeleceram as margens da Avenida eram de palha e taipa, cujos moradores eram provenientes das classes sociais mais pobres. Porém, com a intensa ocupação desta região que fazia parte do centro da cidade o Poder Público passou por um lado a coibir o uso de cobertura de palha em residências na Avenida, e por outro a fomentar a instalação de residências com telha de cerâmica. Houve nesse momento, a defesa de um discurso higienista da cidade que levou a promoção de incêndios criminosos nas residências de palha e contribuiu com isso para alterar mais uma vez o arranjo urbano[36] (NASCIMENTO, 2002).

Nessa época, conforme relatos de Araújo (1995) Teresina buscava manter a ordem urbana da cidade pacata que vinha se construindo desde os primeiros anos de sua fundação, porém uma nova leva de habitantes advindos dos fluxos de migração, especialmente do interior do Piauí, colaborou para aumentar a agitação e os conflitos e disputas de espaço entre as classes sociais da cidade. Os desejos da elite nesse momento, enquanto classe dominante, foram reproduzidos pelo Estado e consubstanciados pelas normas editadas, especialmente quanto a regulação dos espaços através dos Códigos de Postura Urbano de 1905 e 1939.

Nas palavras da autora, esse momento foi de:

---

[35] Frei Serafim de Catânia era um missionário Capuchinho que chegou em Teresina no ano de 1874, e através de doações conseguiu a proeza de construir um templo em homenagem a São Benedito, concluído em 1886. A avenida que se inicia no local de edificação da Igreja de São Benedito, antes chamada de "Estrada Real" e "Avenida Getúlio Vargas", ganhou seu nome como homenagem. (Nota da autora).

[36] Esse momento histórico de incêndios criminosos é narrado na literatura documental de Fontes de Ibiapina (2004) em seu livro "Palha de Arroz", bem como no livro "Cidade sob Fogo" de Francisco Alcides do Nascimento. Ambos os livros narram e exploram as tensões relativas as disputas de espaços pelos habitantes mais pobres da cidade, que conviveram diariamente com a destruição de suas moradias.

> [...] tentativas de ordenação do espaço urbano, quando o seu ar típico de cidade “ordeira” e “pacata”, como registra a memória oficial, se altera com a instalação de novos habitantes migrantes nordestinos e do interior do Piauí, contribuindo para aumentar os conflitos sociais na cidade. Vimos, portanto, o momento em que a cidade se envolve no imaginário progressista da elite, quando se aguçavam as contradições sociais presentes em uma estrutura provinciana. O espaço urbano teresinense tornou-se, então, uma evidência da preocupação de uma elite com a manutenção da ordem, expressa nos relatórios policiais, Mensagens e Relatórios dos governantes, Códigos de Posturas, dentre outros (ARAÚJO, 1995, p. 15).

A tentativa de controle social através do Código de Posturas deixava claro, já naquela época, a intenção de construir um projeto de cidade que atendesse principalmente as demandas de uma minoria elitista, detentora do poder. O Código de Posturas de 1939, por exemplo, estabelecera que as edificações que não se adequassem a um padrão de limpeza e salubridade, evidenciaram perigo para a população, e por isso mesmo deveriam ser realizados melhoramentos das residências, caso contrário elas seriam demolidas, o que na maioria das vezes acabava acontecendo com as residências de taipas da população mais humilde.

Forçados a abandonar a região central onde está localizada a Avenida Frei Serafim, pelas inadequações quanto as normas editadas, muitos cidadãos desfavorecidos de recursos financeiros foram conduzidos a habitar regiões fora do perímetro urbano, periferias em áreas de mata fechada, próxima a linha férrea e as margens do Rio Poti, sem qualquer acesso a tímida infraestrutura citadina de Teresina do século XX (MEDEIROS *et al*., 2018). O crescimento espacial da cidade, forçado pelas desabitações dos mais pobres do centro, fez com que a cidade crescesse sem acompanhar as necessidades básicas da população. Assim, “a política do afastamento da pobreza é uma constante no trato com ordenamento urbano”, conforme “Teresina crescia, expandiam-se os subúrbios para regiões mais distantes” (NASCIMENTO NETO, 2015, p. 160).

Logo após o início do século XX, houve o surgimento de uma nova dinâmica socioeconômica no estado do Piauí que refletiu diretamente no arranjo espacial de Teresina. Com a queda da pecuária, o extrativismo desponta como uma nova fonte de economia para o Estado. Esse fato trouxe transformações significativas para o arranjo espacial do Piauí, que passou a exportar maniçoba, cera de carnaúba, e babaçu, consolidando a região centro-norte e as cidades de Parnaíba, União, Teresina, Amarante e Floriano. Essa época favorável do ponto de vista econômico proporcionou agora que as famílias da elite teresinense mudassem suas residências do antigo centro fundacional para a Avenida Frei Serafim (FAÇANHA, 1998), agora

sem a presença de residências de taipas. Com isso, houve a expansão do centro comercial de Teresina e um significativo aparelhamento urbano com a instalação de calçamentos, galerias, e serviços públicos como água encanada e iluminação pública a querosene[37] (LIMA, 2002).

Figura 16. Avenida Frei Serafim em 1939, já arborizada, porém com poucos edifícios em sua extensão.



Fonte: Monteiro, 1941.

Figura 17. Vista aérea da Avenida Frei Serafim na primeira metade do século XX.



Fonte: Monteiro, 1941.

[37] Ao passo que a infraestrutura e os serviços urbanos chegavam à região central da cidade, as periferias cresciam sem qualquer infraestrutura. (Nota da autora)

Durante o final do século XIX e o início do Século XX, a instalação da Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyenses[38] (Figura 14) foi outro evento que mexeu sobremaneira no tecido urbano de Teresina, que ainda à época era pequeno. A companhia que foi inaugurada em 1893, entre a Baixa da Égua e o Rio Parnaíba auxiliou vigorosamente o povoamento por operários da área ao redor onde estava situada (TEIXEIRA; CORREIA, 2018).

Figura 18. Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyenses (1918).



Fonte: Teixeira e Correia (2018, p. 371).

Teixeira (2019) faz questão de ressaltar a importância da Fábrica que se localizava no núcleo central da cidade, próximo ao Mercado Central, à Praça da bandeira e à Igreja Matriz. Para ele, a fábrica se coloca como símbolo de modernização do capital e integra a paisagem urbana teresinense, lembrando os ideais de progresso tão sonhados para a nova capital.

[38] A Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyenses era uma indústria de fiação e tecelagem que operou entre os anos de 1893 a 1950, fabricando brins, algodãozinho e lona. Considerada como o primeiro grande empreendimento industrial do Piauí, sua atividade econômica ofertou auxílio ao desenvolvimento econômico e urbano de Teresina (TEIXEIRA, 2019).

Todavia, conforme indica Silveira (2019) a Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyenses não forneceu moradias para seus operários[39], como era hábito em outras fábricas têxteis, o que levou ao surgimento de um aglomerado de residências populares em seu entorno. Havia um vazio entre a Rua Desembargador Freitas (antiga Rua da Estrela) e o norte da cidade de Teresina onde fica a Rua João Cabral (antiga Rua das Pedras), local que foi escolhido para a construção dessas casas. Conforme Lima (2002, p. 187):

> A instalação da Companhia de Fiação e Tecidos Piauienses [...] entre a Baixa da Égua e o rio Parnaíba, no final do século XIX, contribuiu para aumentar o povoamento desse trecho da cidade pelos operários, que foram se fixando a partir do muro da fábrica na margem do rio, formando a Rua das Pedras, atual João Cabral com umas casas de estrutura precária que poderiam hoje ser comparadas aos barracos de favela (LIMA, 2002, p.187).

Os limites do muro do prédio da fábrica apontavam a possibilidade de ocupação da área, sinalizando o espaço que viria a se tornar uma rua, e abrindo espaço para que as residências dos operários se direcionassem a leste da fábrica. Ademais, nesse espaço em que se colocaram as residências dos operários o Plano Saraiva para a cidade não foi respeitado, e os quarteirões que eram para ter vinte braças formaram verdadeiros becos (MONTEIRO, 1987).

Se por um lado o Poder Público foi um importante agente de transformação urbana da cidade durante os primeiros anos, temos também de outro lado o setor industrial que também contribuiu para as modificações da malha urbana teresinense. As relações advindas do capital e do trabalho implementaram modificações substanciais durante o século XIX e XX, um exemplo claro disso é a citada Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyenses.

Assim, é possível ver no esboço de Teixeira (2019) que apresenta um trecho da cidade de Teresina de acordo com a época da instalação da Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyenses (Figura 15), como se organizou o núcleo central da cidade a partir desta indústria. Ademais, Teixeira e Correia (2018) lembram que até meados de 1910 a ocupação de Teresina era bastante restrita, sendo ocupado por residências até no limite onde hoje é a Rua Firmino Pires (antiga Travessa dos Correios).

[39] Nascimento (2002) relata que, somente na década de 1930, houve iniciativas de construção de vilas operárias na cidade de Teresina. E essa iniciativa não partiu da Fábrica de Fiação, e recebeu apenas estímulos do poder público municipal.

Figura 19. Trecho da cidade de Teresina com pontos sobre a Fábrica de Fiação.



Fonte: Teixeira (2019, p. 131).

No esboço de Teixeira (2019), além da área ocupada pelas residências dos operários da Companhia de Fiação, também é perceptível o local de domínio das casas comerciais mais importantes da cidade. Elas se situavam próximas à beira do Parnaíba, e entre as ruas Isidoro Pacheco e São Pedro (vide figura 15). Ademais, durante muito tempo essa região concentrou o centro comercial da cidade[40], e era costume os prédios comerciais serem conjugados com as residências de seus proprietários e/ou gerentes (TEIXEIRA, 2019).

Veja que a ocupação residencial da área central da cidade neste momento teve influência direta da localização de uma indústria. Nesse sentido, os operários que trabalhavam na Companhia de Fiação buscaram fixar moradia próximo ao local de trabalho. Em consequência disso também, a organização da cidade quanto ao comércio sofreu impactos. Relação de trabalho, economia, moradia, comércio são fatores que se entrecruzam e modificam constantemente a cidade.

Apesar de outras extensões que a cidade já começava a ter no século XX, como no caso da ampliação urbana para os sentidos norte e sul, as três primeiras décadas daquele século ainda colocavam Teresina concentrada em seu núcleo fundacional – entre a margem do Rio Parnaíba e a Igreja Matriz. Porém, a partir de 1930, conforme pontuam Lima e Santos (2014) houve um progresso considerável da área urbana teresinense:

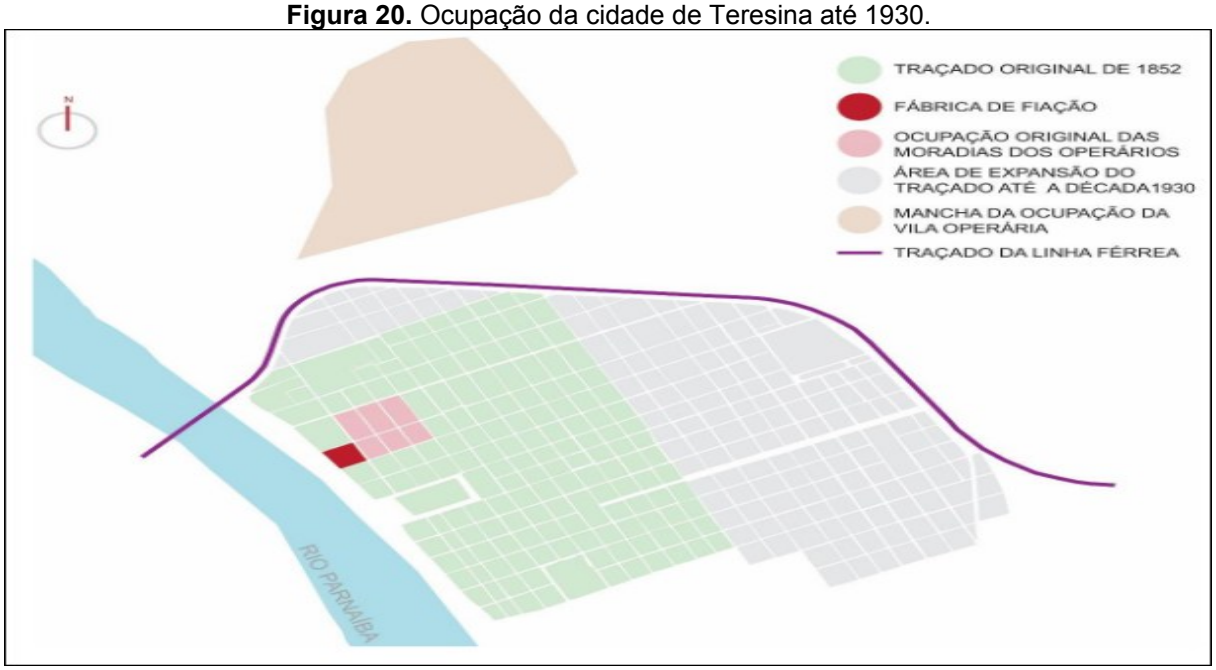
[40] A referida localidade foi durante os primeiros anos de Teresina um forte centro de comércio e local de moradia de ricos comerciantes que ali trabalhavam e moravam. Porém, as enchentes dos anos de 1917 e 1924 fez com que alguns comerciantes saíssem daquele local.

> No entorno do centro, ou seja, em terrenos próximos à região central surgiram bairros como Palha de arroz, Barrinha, Barrocão e Cajueiro; porém, a partir dos anos de 1930, com o avanço do crescimento da cidade e a valorização das áreas centrais, que teve como consequência projetos urbanos que abriram novas ruas e avenidas, a cidade foi crescendo para a periferia. Com isso, os trabalhadores que moravam nessas regiões mais centrais, que passaram a ser objeto de valorização imobiliária motivada pela especulação das novas áreas urbanas, tiveram que migrar cada vez para mais longe do centro, resultando no surgimento de bairros como; Vermelha, São Pedro, Monte Castelo, Ilhotas (na região sul), Vila Operária, Matinha, Por Enquanto, Matadouro, só para citar alguns. Aqui, a outra forma de cidade, centro-periferia, evidencia-se, pois amplos segmentos da população trabalhadora, por conta da valorização dos terrenos, migraram para regiões mais distantes da região central da cidade (LIMA, SANTOS; 2014).

Como exemplo desse novo espaço urbano construído em Teresina na década de 30 do século XX, e que é citado por Lima e Santos (2014), têm-se o Bairro Vila Operária. O espaço ocupado pelos aglomerados de residências populares próximas a Companhia de Fiação foi demolido em razão da abertura das ruas Benjamin Constant e Campo Sales. Em contrapartida, o Poder Público doou em 1928 aos operários, terrenos para que estes pudessem construir suas residências. Criou-se assim, a chamada Vila Operária (*vide* Figuras 20 e 21).

Nascimento (2002) destaca que esse novo bairro, surgiu em decorrência de um claro processo de ordenamento autoritário da cidade por parte do Poder Público que buscou à época embelezar a todo custo o centro da cidade, com a retirada das residências dos trabalhadores pobres. Mais uma vez o Estado aqui utilizava seu poder para alterar as configurações urbanas.

Figura 20. Ocupação da cidade de Teresina até 1930.



Fonte: Teixeira (2019, p. 134).

Figura 21. Vila Operária em 1950.



Fonte: Teixeira (2019, p. 135).

A primeira metade do século XX experimentou um crescimento demográfico considerável, apesar do declínio nas taxas de crescimento até 1940. Esse aumento populacional, de pessoas provenientes principalmente do interior do estado[41], foi responsável também pela transformação do aparato urbano teresinense. Façanha (2002) apresenta importantes dados sobre esse período, indicando que entre os dez últimos anos do século XIX houve um crescimento populacional de Teresina estimado em 4,5% ao ano. Já nas primeiras duas décadas do século XX, tal crescimento foi apenas de 1,3% ao ano, e nas duas décadas seguintes, entre 1920 e 1940, o crescimento populacional foi de 0,8% ao ano.

Medeiros *et al*. (2018) ao realizarem a análise do traçado urbano de Teresina ao longo das décadas, desde sua fundação, observam também no período entre 1872-1940 um aumento populacional que influiu diretamente na ocupação da cidade e consequente expansão de seu perímetro urbano. Ao apontarem dados sobre à época expõem em números a população teresinense:

[41] O Aumento populacional na cidade de Teresina nas primeiras duas décadas do século XX se deu especialmente pela fuga da população interiorana da seca. (Nota da autora).

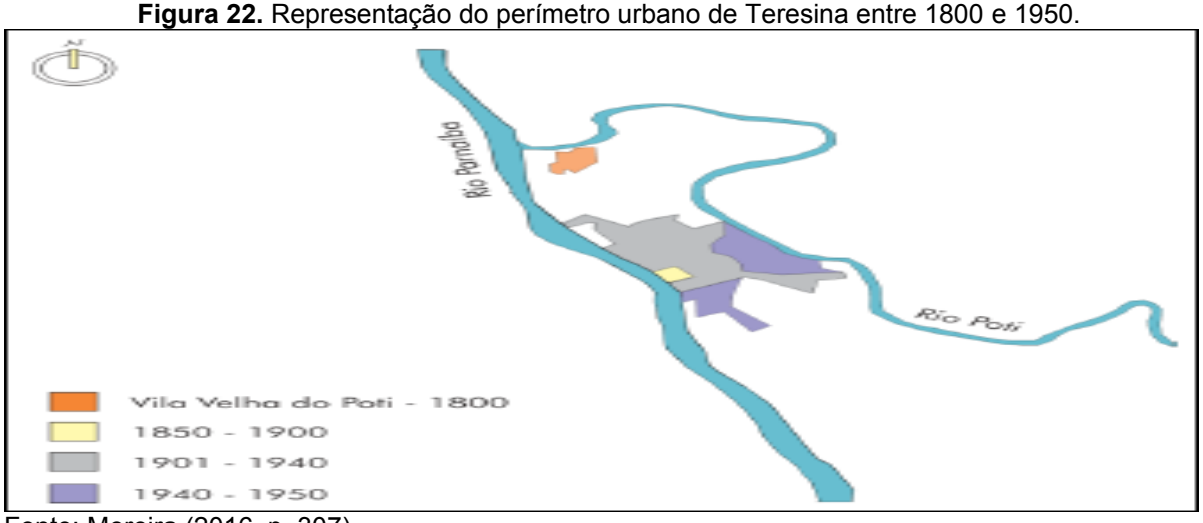
Tabela 05. População residente em Teresina entre 1872-1950

Período (Ano)	População Total (Habitante)	População Urbana		População Rural		Densidade Demográfica (hab./km²)
		Quantidade	%	Quantidade	%	
1872	21.692	-	-	-	-	11,99
1890	31523	-	-	-	-	17,43
1900	45.316	-	-	-	-	25,05
1920	51.500	-	-	-	-	31,79
1940	67.641	34.695	51,30%	32.946	48,70%	31,39
1950	90.723	51.417	56,70%	39.306	43,30%	50,15

Fonte: Medeiros *et al*. (2018)

Esse aumento populacional da capital, motivado por diversos fatores, forçou a cidade para além dos limites iniciais. Entre 1900 e 1950 houve um aumento expressivo do perímetro urbano, especialmente para as direções norte e sul da cidade (vide Figura 22). Até a primeira metade do século XX, Teresina só foi limitada em seu crescimento pela barreira natural do Rio Poti, que até então não tinha sido vencida pela engenharia humana[42] (MEDEIROS et al., 2018).

Figura 22. Representação do perímetro urbano de Teresina entre 1800 e 1950.



Fonte: Moreira (2016, p. 307).

Entre 1940 e 1950, como é possível observar também na Figura 18, Teresina desenvolveu-se nas regiões norte, centro e sul. Conforme Moreira (1972), para o norte o crescimento do tecido urbano acompanhou os bairros Vila Operária, Feira de

[42] Conforme Lima e Bruna (2017, p. 168), "Teresina teve, até metade do século XX, um crescimento para as regiões norte e sul, uma vez que a sua característica geográfica em forma de península impossibilitava o crescimento para as demais áreas. A presença dos rios, neste momento, limitava a expansão urbana".

Amostra, Vila Militar e Matadouro, de modo irregular. Já na área do centro, o autor também pontua que foram incorporados os bairros Cabral e Ilhotas. E ao sul surgiram os bairros Vermelha, São Pedro e Tabuleta, com a ocupação da área do entorno da Avenida Barão de Gurgueia e linha férrea.

Teresina talvez não tenha tido uma grande expansão territorial nos primeiros cem anos de existência, como se esperava. Todavia, a segunda metade do século XX trouxe um processo de urbanização intenso, alavancado pelo desenvolvimento econômico e pelo investimento do governo na infraestrutura da cidade[43]. A capital, no final de 1950, já era a principal cidade do Estado, concentrado a maior parte população em seus limites territoriais. Isso fez com que o Poder Público adotasse medidas para dar a cidade uma possibilidade de melhoramento urbano, fazendo com que ela também pudesse ser expandida para além do Rio Poti, aumentando sua área agora também para o leste, como se verá no próximo tópico.

2.2 Para além do centro: a expansão da cidade entre às décadas de 1950 a 1990.

A década de 1950 modificou profundamente a sociedade e a economia brasileira. O país deixou de possuir um caráter eminentemente agrícola, caminhando para um futuro que levava a industrialização. O chamado milagre econômico levou os centros urbanos e capitais do país a desenvolverem sua infraestrutura, com obras necessárias a atenderem as demandas econômicas e sociais (RIBEIRO; LAGO, 1995). Em Teresina, por sua própria condição em ser a capital e o centro administrativo do estado do Piauí, não foi diferente. Obras de habitação e estrada fomentadas especialmente pelo governo federal possibilitaram ainda mais a expansão territorial da cidade e o desenvolvimento da infraestrutura das regiões existentes (MEDEIROS *et al*., 2018).

Os estudos de Silva (2017) ressaltam que entre os anos de 1951 e 1980, o avolumamento urbano teresinense é o mais significativo, tanto em termos sociais como geográficos. Isso porque, naquele momento Teresina sofria os efeitos da

[43] Segundo expõe Nascimento (2002, p. 19), “a cidade recebeu tratamento urbano, novas áreas de sociabilidades, além de transportes modernos, sendo tudo isso valorizado no discurso oficial. Teresina é transformada em uma cidade moderna. Desse modo alguns símbolos da modernidade foram sendo incorporados ao cotidiano da cidade e de seus habitantes. Mas existia “outra cidade” menos presente no discurso oficial, onde faltava água tratada e canalizada, luz elétrica e suas ruas não eram calçadas; não tinham recebido traçado “oficial”, com animais domésticos criados à solta e os moradores atingidos por maior número de doenças. Nessa “outra cidade” a maioria da população morava em “casas de palha”.

conjuntura nacional que estava em pleno avanço, e o estado do Piauí passou a integrar expressivamente o âmbito nacional e regional de desenvolvimento do país. Sobre esse contexto Abreu (1983, p. 15) comenta:

> Através da política federal inaugurada na década de 1950 [...] Teresina tornou-se fortemente ligada, por conexões rodoviárias à região Nordeste e ao restante do país. Este fato possibilitou que a capital piauiense assumisse o papel de cidade polarizada de vasta área a seu redor (ABREU, 1983, p. 15).

O aparelhamento urbano – especialmente com a construção de rodovias que ligavam à cidade a outras regiões – fez Teresina sofrer um inchaço populacional logo nas primeiras três décadas da segunda metade do século XX. Conforme Silva (2017) houve altas geométricas anuais de crescimento, e de uma população de 90.723 habitantes em 1950, Teresina mais que triplicou esse número em 1980, chegando a 377.774 habitantes, conforme se observa na Tabela 02.

Tabela 06. Dinâmica de crescimento populacional de Teresina entre 1940-2010.

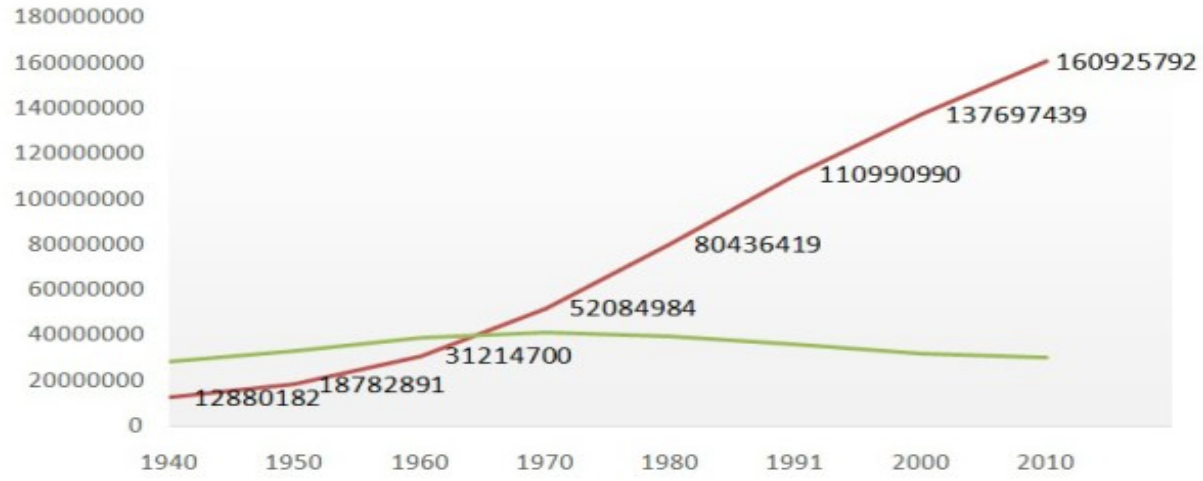
ANO	POPULAÇÃO TOTAL	INCREMENTO POPULACIONAL	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL		TAXA GEOMÉTRICA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)
			Nº	%	Nº	%	
1940	67.641	-	34.695	51,29	32.946	48,71	-
1950	90.723	23.082	51.417	56,67	39.306	43,33	2,98
1960	142.691	51.968	98.329	68,91	44.362	31,09	4,63
1970	220.487	77.796	181.062	82,12	39.425	17,88	4,45
1980	377.774	150.287	339.042	89,75	38.732	10,25	5,53
1991	599.272	221.498	556.911	92,93	42.361	7,07	4,28
2000	715.360	116.088	677.470	94,70	37.890	5,30	1,80
2010	814.230	98.870	767.557	94,30	46.673	5,70	1,21

Fonte: Silva (2017, p. 44).

Havia uma tendência nacional de aumento do fluxo migratório da área rural para a área urbana, especialmente a partir da década de 1960 – quando a população urbana superou a população rural no Brasil (conforme Figura 19). Teresina inclusive,

entre 1950-1980 superou a taxa de crescimento populacional do estado do Piauí e do Brasil (vide números da Tabela 03).

Figura 23. População urbana e rural do Brasil entre 1940-2010.



Fonte: Lima *et al.* (2017, p. 38).

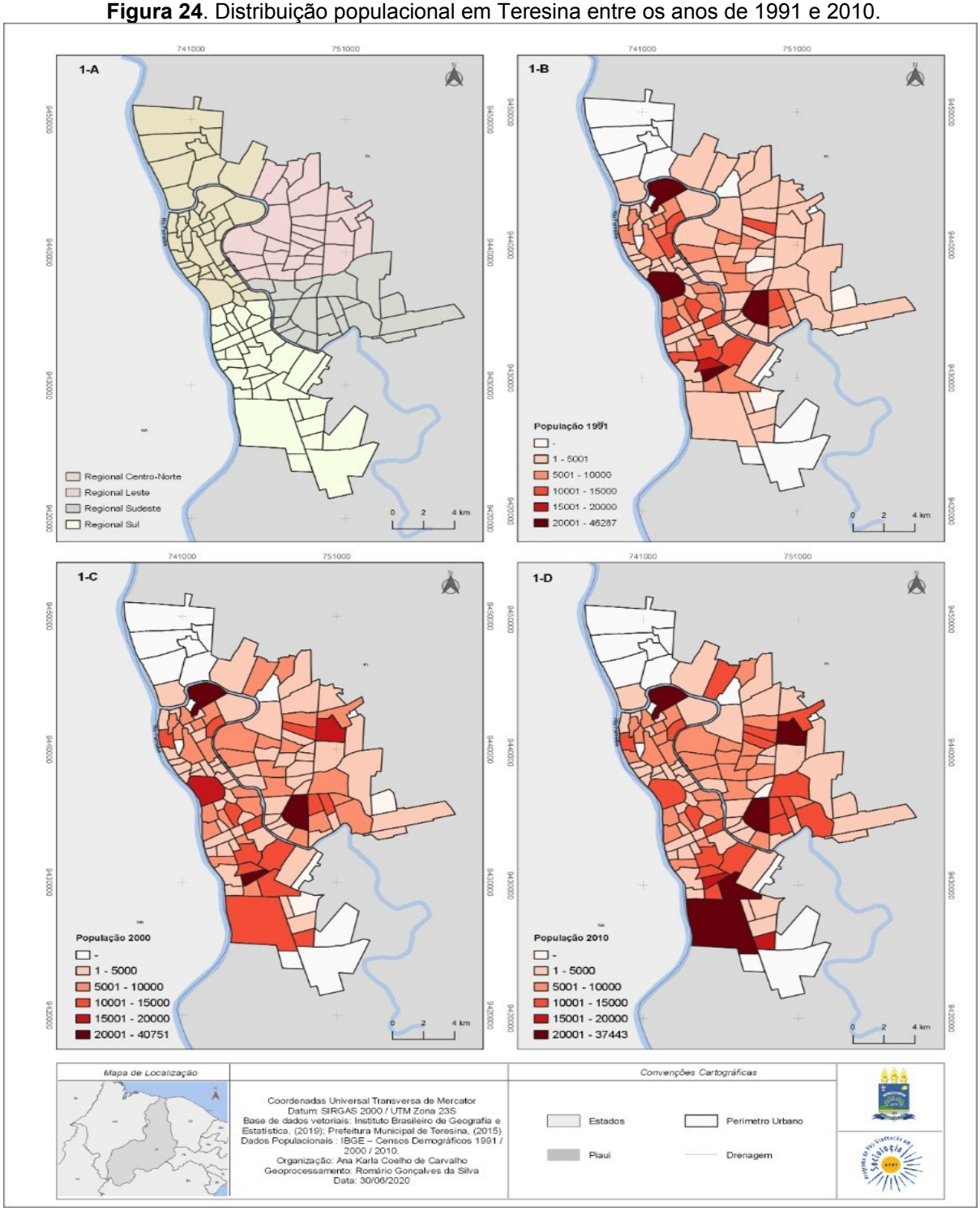
Tabela 07. Taxas de crescimento geométrico populacional entre 1950-1980

	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	TAXA	POPULAÇÃO	TAXA	POPULAÇÃO	TAXA
UNIDADE	1950	1960	50/60	1970	60/70	1980	70/80
TERESINA	90.723	142.691	4,63%	220.487	4,45%	377.174	5,37%
PIAUÍ	1.045.696	1.249.200	1,69%	1.680.573	3,07%	2.139.021	2,44%
BRASIL	51.944.397	70.070.457	2,99%	93.139;037	2,89%	119.002.706	2,48%

Fonte: IBGE, 2011.

Dessa forma, os altos índices de crescimento demográfico observado nesses trinta anos estabeleceram os maiores níveis de expansão urbana visto em Teresina. Moreira (1972) informa que a cidade já estava toda ocupada até 1940 em seu centro, sobrando agora a periferia para a ocupação da parcela populacional mais pobre. Nesse instante a região sul da cidade cresceu intensamente, fazendo surgir novos bairros de setores populares. Por outro lado, a zona leste teresinense foi paulatinamente construída e ocupada para receber a população de condições financeiras mais privilegiadas. O contingente populacional da capital teve que se distribuir para os novos bairros, saindo com o tempo do centro para outros locais mais afastados (conforme se observa na distribuição populacional constante na Figura 24.

Figura 24. Distribuição populacional em Teresina entre os anos de 1991 e 2010.



Fonte: Produzido pela autora.

É importante destacar nesse cenário de desenvolvimento urbano da segunda metade do século XX, a construção da ponte Juscelino Kubistchek (Figura 21), entregue no ano de 1957, e que ligou a Avenida Frei à rodovia BR-343. Tal obra possibilitou que a cidade ultrapasse as barreiras naturais de sua fundação, e que também houvesse o surgimento de novos bairros na da Zona Leste, como o Jóquei Clube, o Bairro de Fátima, o Planalto Ininga, o Horto Florestal e São Cristóvão.

Figura 25. Construção da Ponte Juscelino Kubistchek em 1950.



Fonte: Queiroz (1998).

Além do mais, com a construção da ponte Juscelino Kubitschek[44] houve um fluxo de pessoas de maior renda em mudança para a zona leste da cidade.

Os anos de 1960 iniciaram um processo de forte descentralização espacial (LIMA, 2017) levando a cidade a aumentar sua malha urbana tanto no sentido leste, através do desenvolvimento de uma área residencial de população economicamente privilegiada; como nos demais sentidos, através do surgimento de conjuntos habitacionais destinados a população de baixa renda fomentados pelo governo federal[45].

A criação da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI) no ano de 1965, provida pelo Banco Nacional Habitacional (BNH), promoveu a construção de inúmeros conjuntos habitacionais que alargaram e transformaram o espaço urbano teresinense, marcando o disparo do setor imobiliário popular. Como aponta Façanha (2004) a região sul recebeu os primeiros conjuntos. Nessa década, foram construídos quatro conjuntos habitacionais nessa região, sendo eles: São Raimundo, Tabuleta, Monte

[44] Não só a construção da ponte Juscelino Kubitschek, mas outros empreendimentos levaram ao desenvolvimento e expansão da cidade para a Zona Leste, como é o caso da construção do campus da Universidade Federal do Piauí na década de 1970. Segundo Abreu (1983) a construção do campus além de atrair pessoas para essa região, trouxe também todo um aparato urbano de infraestrutura para os bairros próximos.

[45] Havia a necessidade de uma ação pública no setor de infraestrutura e moradia urbana para atender a demanda proveniente do grande fluxo populacional vindo do interior do estado e de outras cidades. O inchaço populacional teresinense fez surgir projetos em grande escala de serviços urbanos como habitação, água, esgoto, design urbano etc., de modo a dar funcionalismo a cidade (LIMA et al., 2017).

Castelo e Parque Piauí. Este último, construído em 1968, toma destaque em relação aos outros por ter sido o maior, com 2.294 unidades.

Figura 26. Conjunto Habitacional Parque Piauí na década de 1960.



Fonte: Silva *et al*. 2017.

Na década de 1970, a política habitacional promovida pelo governo federal prosseguiu com o espraiamento de residências populares facilitadas pelos novos financiamentos para a aquisição de casas populares. Melo e Bruna (2007) indicam que nessa década foram construídas mais de 7.000 mil residências. Além do mais, há que se sublinhar que nesses locais alcançados pela política habitacional da COHAB, não só residências foram construídas, mas com elas surgiram todo um arsenal de aparelhamento urbano necessário para vida na cidade, como sistema viário, rede de abastecimento de água e luz etc. Assim,

> [...] destaca-se que o crescimento de Teresina ocorreu em grande parte devido à construção destes vários conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, financiados pelo BNH. Estes conjuntos habitacionais surgiram como novos bairros para os quais se levava a infraestrutura básica necessária, inclusive as vias de acesso. São construções que hoje integram enormes bairros já incorporados ao tecido urbano, mas que na ocasião de sua construção estavam totalmente desconectadas da área urbana. Situavam-se em locais ermos e desérticos, formando verdadeiras cidades dormitórios que foram implantadas a partir de terraplanagens excessivas, com graves danos ambientais. (MELO E BRUNA, 2009, p. 3600).

Ao término da década de 1970, a Zona Leste também recebeu a construção de conjuntos habitacionais e se consolidou mais ainda como uma região em pleno desenvolvimento urbano. O conjunto habitacional Dirceu I, por exemplo, construído nesse período, possibilitou a inserção de mais 3.040 casas populares. Assim, essa região da cidade expandiu tanto com investimentos imobiliários de alto padrão, como pela ocupação através de moradias de baixa renda. É importante frisar que nesse momento a atenção do poder público se voltou para a construção de casas nas zonas sul e leste, de modo que as outras zonas como a norte[46] – por sua situação natural e social – foi deixado de lado até a década de 1980 (FAÇANHA, 2004).

Ademais, esse período da década de 1970 marcou o início da divisão da Zona Leste, em Zona Leste e Zona Sudeste. É possível visualizar na figura 27 a seguir, conseguida através de sensoriamento remoto no ano de 1981, como a macha urbana da zona sudeste (circulada no mapa) estava se desenvolvendo.

Figura 27. Indicação do Início da Ocupação da Zona Sudeste de Teresina/PI, 1981.



Fonte: Lima (2011, p. 128)

A zona sudeste nasce de uma visível divisão da zona leste marcada por processos de ocupações socioeconômicos distintos. A força do capital age mais uma vez em Teresina para distinguir as camadas sociais, fazendo com que haja zonas especificas para habitantes de determinadas faixas econômicas.

[46] Nas décadas de 1960-1970 não é que não houve construção de conjuntos habitacionais em outras zonas de Teresina, na verdade se comparado as zonas sul e leste o número de conjuntos habitacionais construído foi significativamente menor. No caso da zona norte, por exemplo, o conjunto Primavera I foi construído em 1968.

A distribuição da cidade vai ficando cada vez mais heterogênea, e essa tendência continua na década de 1980 com a expansão urbana através dos conjuntos habitacionais populares. Todavia, como adverte Façanha (2003), a forma e a localização dos conjuntos habitacionais nessa década se diferenciam das demais até então construídas. Um exemplo dessa nova forma de ocupação espacial citada pelo autor são os conjuntos Tancredo Neves e João Emílio Falcão, construídos na forma de apartamentos (com a ocupação de pouco espaço territorial) e localização fora da área periférica (com distância de cerca de 4 km do centro da cidade).

Figura 28. Conjunto Tancredo Neves.



Fonte: Google Imagens.

Figura 29. Conjunto João Emílio Falcão.



Fonte: Google Imagens.

Outrossim, a década de 1980 possui entre os anos de 1960-1990 o maior número de conjuntos construídos, com um total de 24 conjuntos e aproximadamente 23.179 unidades habitacionais[47] (vide anexo A com a descrição dos conjuntos

[47] As zonas Norte, Sul e Leste apresentam importantes conjuntos, como no caso do Mocambinho, Promorar e Itararé, respectivamente. (Nota da autora).

construídos nesse período). Esse crescimento de habitação popular representou mais que o triplo da quantidade construída na década anterior. Nesse sentido Façanha (2004, p. 92) pontua que tal fenômeno, "demonstrou o grau de importância e de complexidade que adquiriram os conjuntos habitacionais na produção do espaço urbano de Teresina, estimulando a expansão da cidade em todas as direções".

Já Lima (2010) mostra em seus estudos que a construção e desenvolvimento desses conjuntos habitacionais orientaram a expansão da cidade de Teresina para todos os sentidos - Sul (construção de 10.220 unidades habitacionais), Leste (construção de 7.243 unidades habitacionais) e Norte (construção de 6.399 unidades habitacionais), produzindo uma expansão do tecido urbano de modo espraiado. De acordo ainda com o referido autor, em 1988 foi montado o II Plano Estrutural de Teresina (II PET), com o intuito de institucionalizar o espaço urbano teresinense, reconhecendo 108 bairros e dividindo a cidade em cinco regiões: norte, centro, sul, leste e sudeste[48].

A metade da década de 1980 também foi marcada por um processo de favelização, em razão das inundações ocorridas na cidade, especialmente na zona norte. Em decorrência disso apareceram várias ocupações de terras articuladas por grupos apoiados por movimentos sociais urbanos. Sobre isso Façanha (2003, p. 64) comenta:

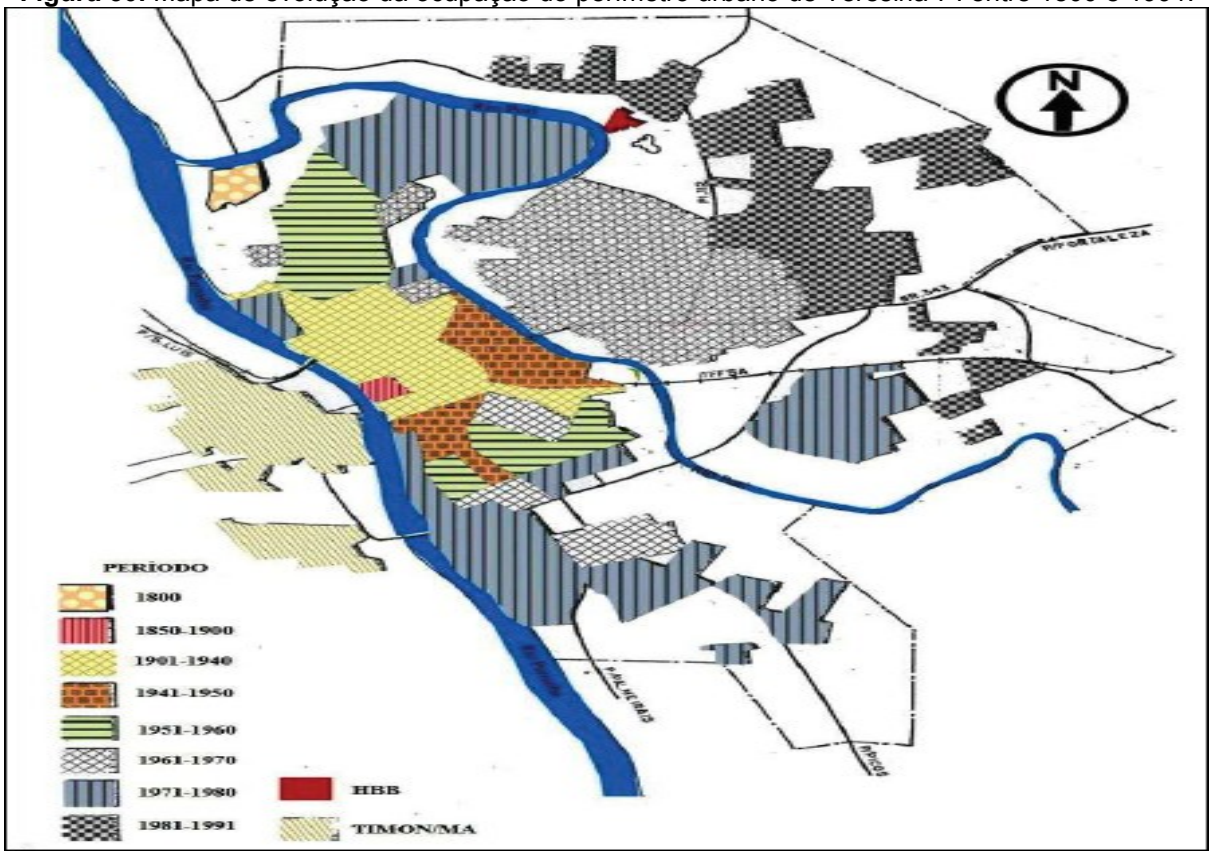
> Nos anos 1980 ganhou expressão na cidade o processo de favelização. A redemocratização do país foi um dos fatores que contribuiu para que os grupos sociais excluídos contribuíssem para uma maior intervenção no tecido urbano. Em meados da década, resultado das inundações ocorridas na cidade, em especial na zona Norte, surgiram as ocupações de terras, realizadas de forma organizada por grupos sociais excluídos, atuando de forma articulada com os movimentos sociais urbanos (Organizações não governamentais, associações de moradores, lideranças políticas etc.), principalmente com a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) e a Federação de Associações de Moradores do Estado do Piauí (FAMEPI). Esse contexto cristalizou os movimentos de luta em defesa da moradia.

No início da década de 1990, Teresina já contava com 598.323 habitantes, dos quais 92,92% residiam na área urbana da cidade (FAÇANHA, 2003) que estava em franco crescimento desde a segunda metade do século. É possível perceber como se deu a progressão do tecido urbano ao longo dos anos – desde sua fundação até o

[48] Até a década de 1980 a região leste despontou em crescimento urbano que foi necessário dividi-la em: zona leste e zona sudoeste. (Nota da autora).

início da década de 1990 – na figura 30, visualizando as áreas ocupadas em cada década conforme descrito até então nesta pesquisa.

Figura 30. Mapa de evolução da ocupação do perímetro urbano de Teresina-PI entre 1800 e 1991.



Fonte: Lopes (2011).

Até o final da década de 1990 ainda houve a construção de conjuntos habitacionais pela COHAB-PI, no total de 22 conjuntos habitacionais (vide anexo A) e mais de 4.086 residências[49]. Já no que concerne aos conjuntos habitacionais construídos nessa década, houve a edificação de 21 (conforme anexo A). Todavia, é necessário sublinhar que a ampliação do número de conjuntos habitacionais não se deu em proporcionalidade ao número de unidades habitacionais construídas nesses espaços. Os conjuntos Dignidade I, foi construído em 1996 apenas com 87 unidades; o conjunto Mocambinho IV, foi construído em 1996 com apenas 78 unidades; o conjunto Lagoa Azul I, foi construído em 1998, apenas com 19 unidades; o conjunto Nova Teresina II, foi construído em 1996 com apenas 74 unidades; o conjunto Saturno

[49] Façanha (1998) observa que na década de 1990, com a diminuição de políticas públicas habitacionais, houve uma crise no setor imobiliário, e esta situação contribuiu diretamente para o aumento do processo de favelização da cidade de Teresina e o agravamento das condições de vida dos citadinos (FAÇANHA, 1998).

II, foi construído em 1997 com apenas 78 unidades; e o conjunto Lagoa Azul II, foi construído em 1998 apenas com 97 unidades. Esses números, em comparação com a quantidade de unidades habitacionais construídas nos outros conjuntos revelam a expressiva diminuição na quantidade de habitação por conjuntos.

Porém, a dinâmica espacial nessa década sofreu transformações com a diminuição da taxa de crescimento populacional (vide tabela 02) e com o processo verticalização da cidade. Nesse sentido:

> Embora seja perceptível o crescimento urbano horizontal de Teresina em função da dinâmica populacional e do processo habitacional, que tanto contribuíram decisoriamente para a expansão da cidade em todas as direções desde sua fundação até a atualidade, a partir da década de 1990, Teresina passou a apresentar atenuados momentos de expansão do seu espaço urbano, um dos motivos que contribuiu categoricamente para tal situação foi a redução evidente do incremento populacional nas décadas seguintes. Os Censos Demográficos revelam nitidamente a diminuição do incremento populacional no espaço urbano de Teresina. É notório que, depois de um longo período de altas taxas médias geométricas anuais de crescimento populacional, a partir da década de 1990 essas taxas apresentaram sinais de declínio, onde se verifica na cidade uma taxa anual de 4,28% em 1991, passando por uma de 1,80% em 2000, para uma de 1,21%, em 2010 (IBGE, 2010). Dessa forma, e de maneira oposta a ampla expansão urbana verificada nas décadas anteriores, a partir de 1990 a expansão do espaço urbano de Teresina foi reduzida e sendo constatada uma maior concentração da população nos bairros, em especial aqueles mais antigos – resultantes da atuação da COHAB-PI na cidade (SILVA, 2017, p.48).

A cidade já havia crescido bastante de modo horizontal, e o último decênio do século XX proporcionou a construção de espaços verticais na cidade, definindo novas formas de morar e produzir espaços na região central e leste da cidade. Tendo em vista isso, o poder público municipal alterou em 1992 a legislação urbana por meio das Leis Municipais n. 2.264 e n. 2.265, estabelecendo regras de ocupação e uso do solo urbano, bem como diretrizes para obras e edificações na cidade. A justificativa para a alteração legislativa do prefeito da época, Wall Ferraz, foi que a cidade estava experimentando por toda a parte um crescimento vertical desordenado (FAÇANHA, 2003).

A zona leste já bastante ocupada em seus espaços é a região que mais sofre o processo de verticalização na cidade de Teresina nesta década. Um dos motivos apontados por inúmeros estudos sobre a urbanização de Teresina é a construção dos dois primeiros *shoppings centers* da cidade – Teresina *Shopping* (figura 27) *Riverside Walk* (figura 26) – construídos nos anos de 1995 e 1996 (FAÇANHA, 2003; MONTE, 2016; SILVA, 2017; LIMA, 2010).

Figura 31. Vista aérea do *Shopping Riverside Walk* em 2012.



Fonte: Monte (2016, p. 8).

Figura 32. Teresina Shopping em 1992.



Fonte: Monte (2016, p. 9).

Desse modo, o que se observou na configuração urbana de Teresina nessa época é que, gradativamente os anos finais do século XX levaram a destruição ou substituição da maioria das antigas residências no centro comercial de Teresina por lojas comerciais; prédios públicos dos âmbitos Federal, Estadual ou Municipal; por escolas e faculdades, por clínicas, hospitais e consultórios, ou por estacionamentos de veículos automotores[50] (LIMA, 2016).

Sobre outro aspecto urbano desse decênio vale também lembrar também a construção da Ponte Mariano Castelo Branco (vide figura 28) – mais conhecida como Ponte do Poti Velho – em 1993. Essa obra marcou a ampliação do sítio urbano nesta

[50] No entanto, o que mais marcou negativamente o patrimônio histórico daquela região foi o processo de transformação do centro comercial da cidade pela destruição dos velhos casarões para a construção de estacionamentos para veículos automotores como carros e motos, uma vez que o espaço do sítio urbano central da cidade, notadamente as vias públicas – ruas e avenidas, não comportavam desde meados dos anos de 1990 a demanda de veículos e pessoas que para lá se dirigem cotidianamente (LIMA, 2016, p. 212).

última década. A referida ponte permitiu o crescimento da cidade para os extremos da zona norte, que era limitada naturalmente pelo Rio Poti. Com ela, foi feita a ligação do Bairro Poti Velho com a região que posteriormente veio a se tornar o bairro Santa Maria do Codipi (figura 33)[51].

Figura 33. Ponte Mariano Castelo Branco, mais conhecida como Ponte do Poti Velho.



Fonte: Lima (2016, p. 176).

Logo em seguida, no ano de 1997 o perímetro urbano da cidade foi ampliado oficialmente pela Lei Municipal n. 2.577, acrescentando o bairro Santa Maria da Codipi a zona norte da cidade. Além dessa Lei Municipal, as Leis n. 2.515 e 2.507, do mesmo ano ampliaram a cidade no sentido sul, criando os bairros: Polo Empresarial Sul, Parque Sul e Portal Sul (FAÇANHA, 2003).

Figura 34. Bairro Santa Maria da Codipi.



Fonte: Mascarenhas (2008, p. 125).

[51] Antes da construção da ponte, a região que hoje é a Santa Maria do Codipi era uma área rural do município de Teresina, caracterizada como espaço de criação de gado leiteiro e de corte. O acesso da área era realizado por intermédio das travessias do rio por barcos, lanchas, canoas ou através do 'Pontão (LIMA, 2016).

Por fim, é importante destacar ainda que a década de 1990 foi marcada também pela expansão do número de vilas e favelas na cidade de Teresina, o que modificou também a ocupação e expansão do solo urbano da cidade (FAÇANHA, 2003; MASCARENHAS, 2008). Conforme os dados da Tabela 04, é possível ver a progressão em relação a esse número, bem como identificar que: nesse período houve a constituição de 496 vilas e favelas; as zonas leste e sul foram as que mais acomodaram esse crescimento e os anos de 1996 e 1999 foram os que mais apresentaram aumento dessas ocupações.

Tabela 08. Evolução do número de Vilas e Favelas em Teresina 1991-1999

ZONA	ANO				
	1991	**1993**	**1996**	**1999**	**TOTAL**
NORTE	15	17	20	22	74
SUL	18	39	48	45	150
LESTE	14	51	28	45	138
SUDESTE	6	28	28	31	93
CENTRO	3	6	5	7	21
TOTAL	56	141	149	150	496

Fonte: Mascarenhas (2008).

Ao citar os dados colhidos da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência, Façanha (2003) aponta que a população de vilas e favelas representava cerca de 13% da população da cidade de Teresina, o que em números indicava mais de 130.000 mil pessoas. Tal ocupação é bastante significativa, e por isso também alterou a dinâmica espacial da cidade nesse período, com o uso dos espaços e aumento dos limites territoriais.

Há que se notar até aqui a grande expansão territorial a partir da segunda metade do século XX. Diversos fatores levaram a cidade a superar os limites naturais, e alargar seu tecido urbano para além do Rio Poti – barreira natural que durante muito tempo limitou a dilatação urbana de Teresina. O mercado imobiliário de alto padrão, o desenvolvimento de políticas habitacionais, a construção de equipamentos de infraestrutura (especialmente pontes que auxiliaram atravessar barreiras naturais),

entre outros, foram algumas das causas que levaram a expansão e consequente modificação do tecido urbano teresinense. A configuração urbana de Teresina deve grande parte de sua expansão, especialmente a partir da década de 1970, as políticas estatais direcionadas pelas exigências do capital, principalmente no que se refere ao setor imobiliário.

A seguir, se observará as definições mais atuais da malha urbana teresinense, levando em conta as modificações e transformações que sofreram a cidade a partir dos anos 2000 até a atualidade, se buscando compreender a atual morfologia da cidade.

2.3 As definições atuais da malha urbana teresinense

Como diria Rossi (1995, p. 57) “a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na forma da cidade”. Tal pensamento não é menos verdade quando se trata de Teresina. Até agora se pode perceber que a capital tão sonhada por Saraiva teve muitos tempos e formas, cada qual levado a acompanhar as modificações experimentadas pela ocupação humana no espaço. Afinal, como bem coloca Santos (2000) o espaço urbano é um domínio a ser produzido constantemente, e sua morfologia segue os diversos desejos humanos, sejam eles econômicos, sociais, culturais etc.

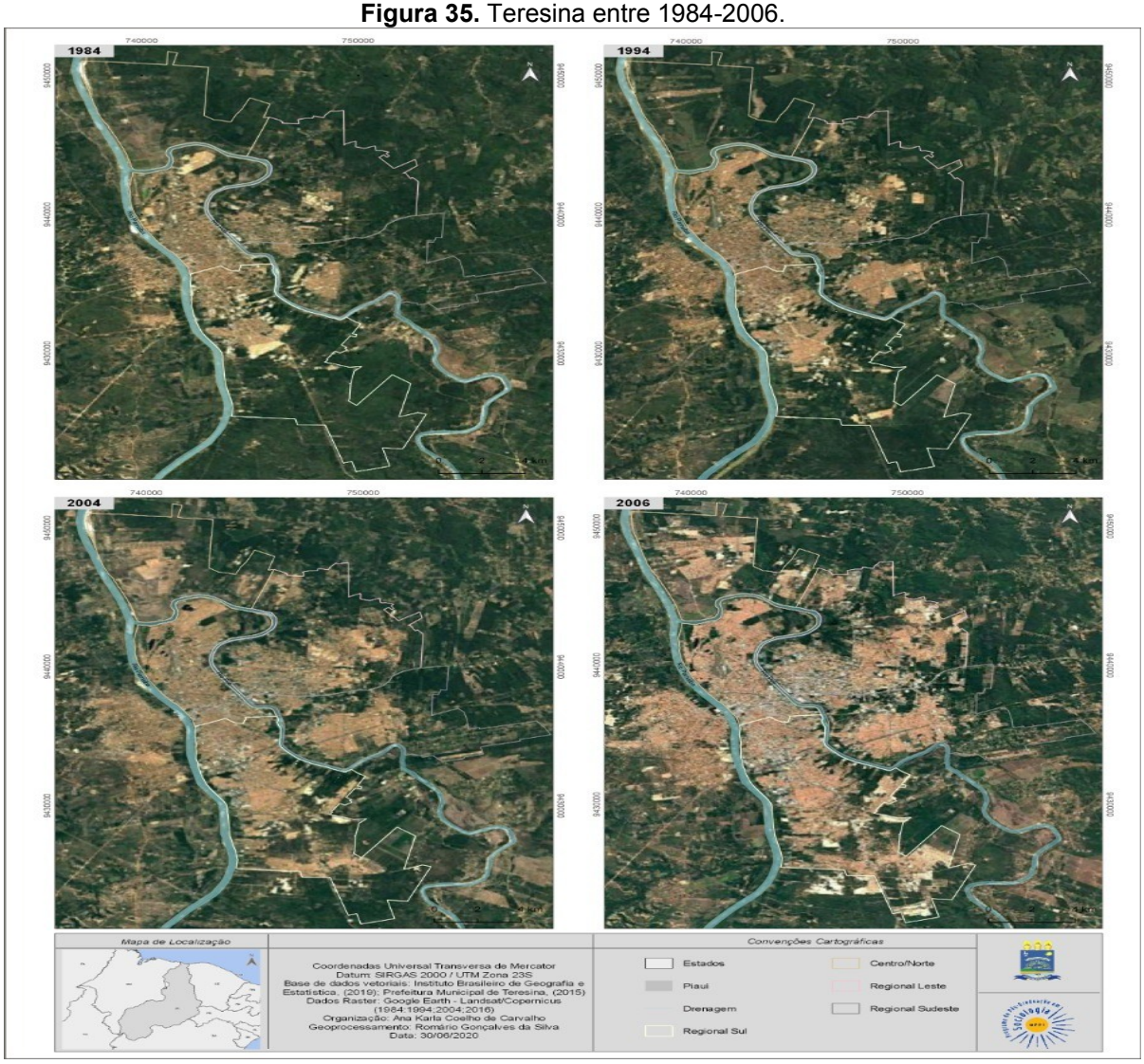
Assim, se percebe que o século XX produziu Teresina em grande parte de forma desordenada através do acolhimento populacional dos anos que se seguiram, especialmente após 1950. A população vinda do interior do estado do Piauí e de outras regiões em busca de melhores condições de vida, ao passo que habitaram a cidade a transformaram também conforme suas necessidades e relações sociais[52].

Ao se olhar para Teresina deve se pensar seu espaço urbano como produto social em constante processo de reprodução e uso, onde espaço e tempo “se sucedem e se justapõe montando um mosaico que lhe dá forma e impõe característica a cada momento” (CARLOS, 2007, p. 56). Da década de 1980 até os anos 2000 é

[52] A atração populacional exercida por Teresina refletiu-se em sua produção espacial urbana, seja em relação ao crescimento do tecido citadino, seja em relação ao uso e ocupação do solo e espacialização dos estratos sociais. A área central, mais dotada de equipamentos e de infraestrutura urbana quando comparada com a periférica, foi o espaço de habitação das classes sociais com maior poder aquisitivo, enquanto os mais pobres foram ocupar as franjas urbanas, uma das evidências que o acesso ao solo urbano e suas benfeitorias ficou condicionado à renda de seus habitantes. Assim, os detentores de maiores aquisições monetárias consumiam os serviços públicos de infraestrutura, enquanto os pobres ficavam à margem dessas melhorias. (BUENO; LIMA, 2015, p. 100).

possível notar o alongamento desenfreado da urbe e as transformações que a cidade sofreu com a ocupação do solo (vide figura 30).

Figura 35. Teresina entre 1984-2006.

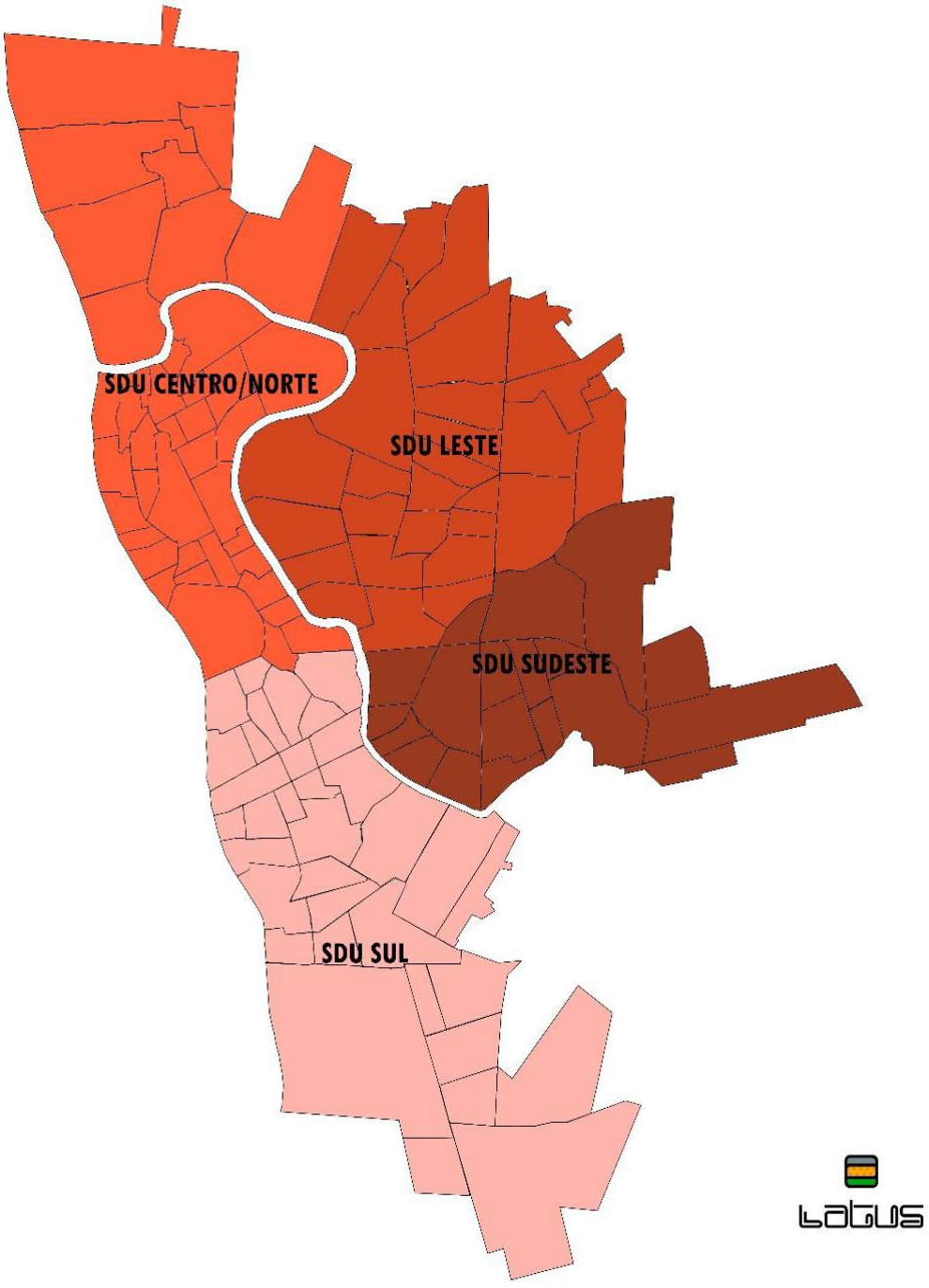


Fonte: Produzido pela autora.

Todavia, a nova dinâmica espacial produzida no século XXI aponta para uma tentativa de organizar a cidade através do planejamento e intervenção do poder público municipal. Isso inclusive é visto logo no primeiro ano do século XXI, quando a Prefeitura Municipal de Teresina criou as Superintendências de Desenvolvimento Urbano (SDUs), através da Lei Municipal n. 2.960, de 26 de dezembro de 2000, descentralizando a administração urbana conforme suas respectivas zonas e criando quatro Superintendências de Desenvolvimento na área urbana[53], quais sejam: Centro-Norte, Sul, Leste e Sudeste.

[53] Há quatro SDU responsável pela área urbana e uma SDU responsável pela área rural, totalizando cinco SDU. (Nota da autora).

Figura 36. Divisão territorial das SDUs urbanas.



Fonte: LOTUS, 2017, p. 9.

O principal objetivo para a criação dessas superintendências foi o de aproximar os serviços públicos da população, que ultrapassa hoje a marca de mais de 800.000 mil habitantes. Com a divisão em regiões é possível diminuir a proporção da população a ser atendida conforme a superintendência.

Tabela 09. Divisão populacional conforme SDUs.

SDU	AREA TERRITORIAL	POPULAÇÃO RESIDENTE	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
Centro-Norte	71,51 km² (29,9%)	228.906 pessoas (29,8%)	3.201 hab./ km²
Sul	68,88 km² (28,7%)	237.059 pessoas (30,9%)	3.442 hab./ km²
Leste	62,87 km² (26,2%)	167.443 pessoas (21,0%)	2.663 hab./ km²
Sudeste	36,69 km² (15,3%)	134.119 pessoas (17,5%)	3.655 hab./ km²

Fonte: LOTUS, 2017.

Contudo, apesar do esforço para controlar o crescimento urbano, a cidade ainda se direciona para ocupar a periferia, avançando em um modelo de expansão horizontal. Silva (2017) analisa que esse fato ainda ocorre devido ao valor econômico mais barato em implantar conjuntos residenciais em locais mais distantes, fazendo com que a população mais pobre resida nessas regiões. Mesmo assim, se comparado aos números de conjuntos habitacionais do século passado, nos últimos vinte anos, o perímetro urbano se expandiu de forma mais controlada.

Lima *et al*. (2019) observam que na legislação municipal a partir de 2006 tentou-se reduzir ou mesmo congelar o espaço territorial da capital. Os autores sublinham que as alterações espaciais que ocorreram nesse período foram em sua maioria resultado do surgimento de novos bairros a partir de desmembramento de antigos, ou ainda a criação de núcleos urbanos isolados, como é o caso do Núcleo Urbano Santana[54] e do condomínio fechado Fazenda Real Residence[55]. Os autores pontuam:

> Os condomínios horizontais e os loteamentos fechados, característicos das cidades contemporâneas, têm se tornado indutores do crescimento horizontal das cidades, na medida em que precisam ocupar grandes áreas para sua implantação. [...] em Teresina, até 2014, foram identificados 68 condomínios horizontais fechados ou loteamentos fechados, "[...] que estão distribuídos em várias partes da cidade, destinados a atender diversos grupos socioeconômicos". Alguns deles estão localizados em áreas periféricas da cidade, como o Aldebaran Ville, com 500 lotes, Terras Alphaville Teresina, com 1.075 lotes, e Fazenda Real Residence, com 800 lotes, todos na região leste, o Alphaville Teresina, com 757 lotes, na região sudeste, e o

[54] Aglomerado urbano fora do perímetro urbano criado pela Lei Municipal nº 3.647/2007. (Nota da autora).
[55] Criado pela Lei Municipal nº 4.281/2012. (Nota da autora).

> Condomínio Bella Codipi, com 176 lotes, na região norte, que podem impulsionar o crescimento da mancha urbana (LIMA et al., 2019, p. 8)

Em 2013, através da Lei Municipal n. 4.423, o Poder Público municipal criou mais nove bairros para a cidade em quatro regiões, passando de 112 para 123 bairros. Na região norte foram criados os bairros: Chapadinha, Jacinta Andrade, Monte Verde, Santa Maria, Parque Brasil e Alegre; na região leste foram criados os bairros Árvores Verdes e Cidade jardim; na região sul foi criado o bairro Flor do Campo; e na região sul foram criados os bairros Portal da Alegria, Angélica e Pedra Miúda.

As últimas modificações oficiais que alteraram o perímetro urbano teresinense ocorreram no ano de 2015 através das Leis Municipais n. 4.831 e 4.851, que incorporaram novas áreas ao tecido urbano em razão do surgimento de novos loteamentos e ocupações, e estabeleceram previsões para expansão urbana em zonas especificas, conforme tabela 06 a seguir.

Tabela 10. Leis que alteraram o perímetro urbano e os limites dos bairros de Teresina entre 2006-2015.

Nº LEI	DATA	ALTERAÇÃO
3.559	2006	Altera o perímetro urbano de Teresina.
3.647	2007	Cria o Núcleo Urbano Santana.
3.789	2008	Altera o perímetro da Zona Urbana de Teresina na região de Árvores Verdes.
3.906	2009	Altera o perímetro da Zona Urbana de Teresina na região de Todos os Santos.
4.281	2012	Cria o Núcleo Urbano Fazenda Real.
4.423	2013	Altera o perímetro de bairros e cria outros.
4.831	2015	Altera o perímetro urbano de Teresina.
4.851	2015	Cria zonas de urbanização específica.

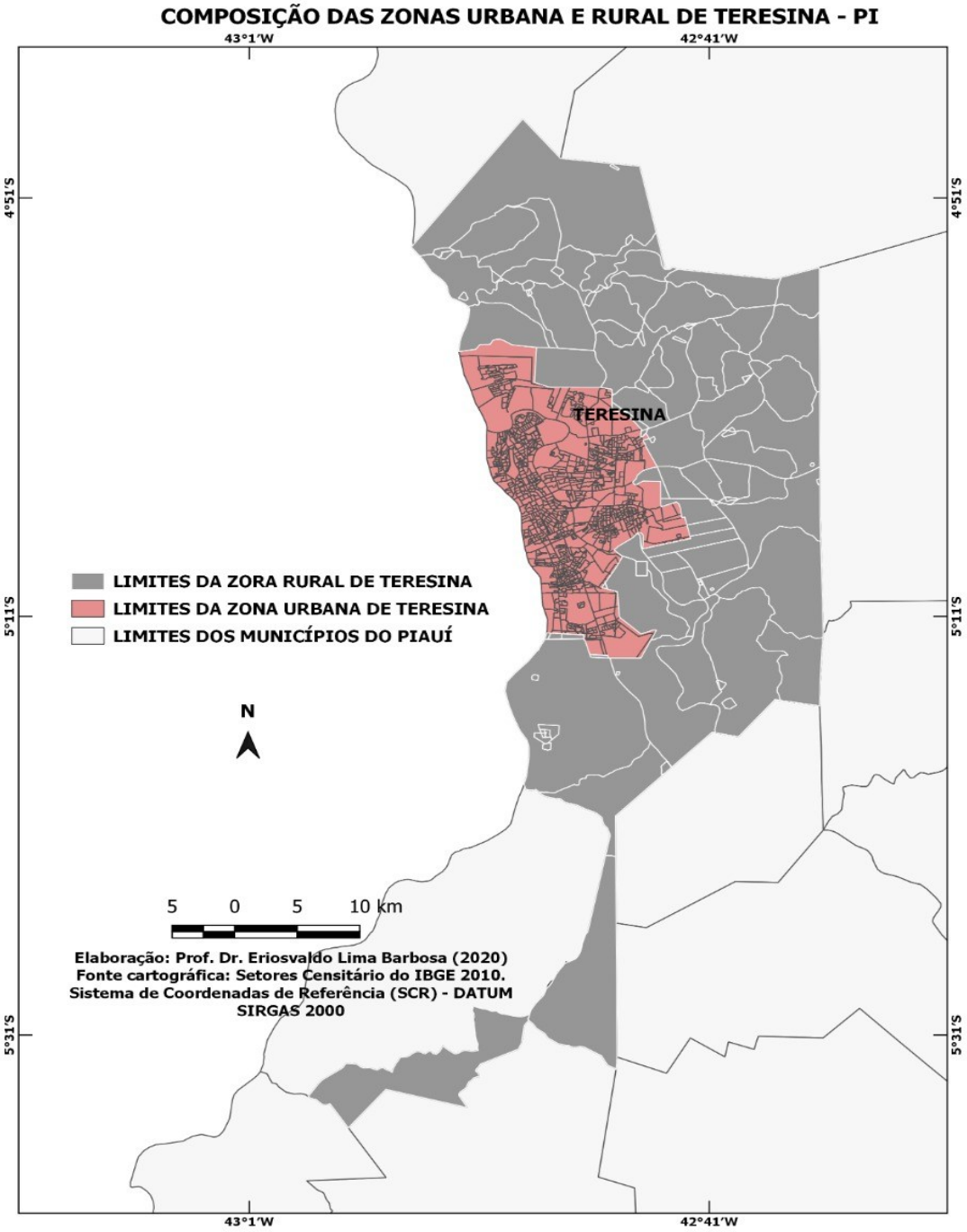
Fonte: Lima et al. (2019, p. 9)

Segundo dados oficiais, a área do município totaliza 1.391,98 Km², sendo 17% da área considerada urbana e 83% rural[56] (conforme se observa pelo mapa da figura

[56] A população rural representa somente 5,7% da população total do município (Nota da autora).

33). O desenho atual do perímetro urbano resulta de sucessivas alterações ao longo dos 168 anos de história da cidade. Grande parte destas mudanças na malha urbana se deram pela demanda de habitação de interesse social, mas também se reconhece um importante movimento de busca de áreas periféricas para a produção de condomínios de luxo.

Figura. 37. Composição das zonas urbanas e rural de Teresina.



Fonte: Produzido pela própria autora.

Desse modo, nota-se que este arranjo da ocupação territorial urbana de Teresina seguiu em grande parte um formato irregular, e que só mais recentemente, as últimas duas décadas houve a busca pela gestão do planejamento urbano. Muito embora a cidade tenha sido planejada no início, seu desenvolvimento urbano – especialmente a partir da segunda metade do século XX – se deu muitas vezes de forma irregular e fragmentada.

CAPÍTULO 03 – A METAMORFOSE DO CENTRO DE TERESINA: DOS TEMPOS DE GLÓRIA AO ESTADO DE ABANDONO

Os capítulos anteriores serviram bem para localizar e entender o contexto histórico/social que inspirou a fundação e as transformações iniciais da nova capital piauiense, como a localização privilegiada próxima ao Rio Parnaíba, o que criava a expectativa de crescimento comercial, em contraponto à antiga capital, Oeiras, em razão de seu isolamento.

Por outro lado, a importância do Centro vai além de sua localização privilegiada na cartografia de uma cidade (PENSAVENTO 2008; MONTE, 2016). No surgimento das cidades, não sendo diferente em Teresina, o centro se coloca como a região inicial do qual se formou o restante do assentamento urbano, por isso possui um registro simbólico e material muito forte, que deve ser desvendado também na análise que a Sociologia faz de seus objetos[57].

Vale ressaltar, ainda, que por volta da segunda metade do XX, a américa-latina vinha passando por um forte movimento de migração do campo para a cidade, sendo, o evento, inclusive, observado no Brasil[58], servindo pano de fundo para o processo exponencial de urbanização que acometeu Teresina na época.

Com a migração de campesinos na busca por melhores condições de vida em Teresina, o capital financeiro passa a se concentrar cada vez mais nesse espaço urbano, moldando as relações de poder na estrutura que constitui a cidade, desenhando seu perímetro urbano, influenciando diretamente na dinâmica de seu cotidiano social.

---

[57] Conforme aponta Pensavento (2008, p.5-6): "O centro é o núcleo original, o ponto de partida nodal e uma aglomeração urbana. O centro é, pois, o marco zero de uma cidade, o local onde tudo começou, o seu núcleo de origem. Assim sendo, o centro é um espaço privilegiado no tempo. [...] Ser o núcleo mais antigo de um assentamento urbano implica poder contar, de forma visível ou não, com a certeza de ser o sítio portador do traçado original da urbe. Como núcleo de origem, os centros urbanos concentram os prédios mais antigos, ditos históricos e potencialmente referenciais para o passado da urbe; neste espaço central teve ainda início o processo de instalação dos primeiros equipamentos urbanos, assim como também tais sítios de origem são, via de regra, centros políticos, culturais, religiosos e, sobretudo, locais de intensa sociabilidade".

[58] Como tratado no capítulo dois desta dissertação, o Brasil – seguindo o contexto da América Latina – a partir da segunda metade do século XX passou a sofrer um acentuado processo de urbanização, causado dentre outros aspectos por influência de políticas estatais e por forte fluxo migratório do campo para as cidades. Esse contexto também foi seguido no Brasil e sentido por Teresina no final do século XX com a desconcentração dos grandes centros urbanos do Sul e do Sudeste. Muitos dos migrantes nortistas no final da década de 1990 retornaram a suas localidades natais nos estados do norte e nordeste do país, incentivando mais ainda o alastramento urbano e econômica de cidades de pequeno e médio porte (Nota da Autora).

Portanto, para entender a morfologia urbana, devemos colocar no mesmo plano a relação entre o que é a cidade em sentido espacial e o que é a cidade em sentido social, considerando que Teresina deve ser compreendida como um território que é socialmente retroalimentado, e que por isso se encontra em permanente construção.

Assim, percebemos que o desenho da capital piauiense foi traçado através dos anos conforme a apropriação humana que lhe deu diversos sentidos, sejam eles econômicos, sociais, culturais, políticos, simbólicos, entre outros (SANTOS, 2000). Mais do que simples ocupação social, a realização da vida humana construiu o sentido e a finalidade de Teresina que conhecemos contemporaneamente.

Diante desta perspectiva, neste último capítulo o esforço teórico se voltará a enfrentar o desafio elementar desta pesquisa que consiste em desvendar como o centro da Capital, antes um espaço de prestígio, passa a ser um lugar marginalizado, com a presença de vários prédios históricos em situação de abandono.

Contudo, uma investigação que se busque entender com profundidade e clareza a forma como a região central se organizou ao longo dos anos, passa necessariamente pela concepção de que é inadmissível separar sujeito e espaço. Ou seja, para compreender a morfologia urbana atual do centro de Teresina é preciso passar necessariamente pela compreensão não só do crescimento geográfico da cidade, mas também das dinâmicas sociais que se deram neste espaço.

Em vista disto, o capítulo seguirá um caminho em três etapas complementares, para responder à questão chave desta dissertação. A primeira etapa se atribuirá de descrever a existência harmônica de moradia e comércio na região central de Teresina, observando os atores sociais desta primeira cidade brasileira planejada como capital. Já a segunda etapa deste capítulo analisará o início da transformação do centro em região de comércio, atentando-se para o espraiamento da malha urbana ao longo do Rio Parnaíba, as relações entre Teresina e Timon, e como o Capital e o próprio Estado forçaram a divisão da cidade entre locais de moradia e locais de trabalho (comércio).

Por fim, a última etapa deste trabalho levará ao final do percurso desta pesquisa ao exame do processo de desabitação do centro teresinense, com o movimento populacional que se deu para outras regiões da cidade, acompanhado do comércio e como essas novas regiões também passaram a constituir os seus próprios centros comerciais, o que Alves (2015) chama de “centralidades secundárias”.

3.1 O desenvolvimento do centro de Teresina e suas relações sociais: a sustentabilidade entre moradia e comércio.

Sem a pretensão de esgotar o tema, o segundo capítulo desta dissertação demonstrou de maneira geral como se deu a constituição e desenvolvimento da cidade de Teresina, dando ênfase no processo de tessitura urbana da cidade ao longo dos seus 170 anos, recém completados no dia 16 de agosto.

Como visto, Teresina nasceu da necessidade de substituição da antiga capital Oeiras, que era encravada no sertão. A proximidade com o Rio Parnaíba, bem como sua localização central em relação ao Estado, proporcionava melhores condições de comunicação e comércio.

Moreira (1972) comenta que Teresina foi construída e se desenvolveu no entorno do centro administrativo, com um forte caráter funcional voltado para a centralização de atividades comerciais e de serviços.

O centro fundacional foi preparado para o comércio, o que colocou a cidade em uma relação umbilical desde sua gênese, com a economia - conexão de origem e desenvolvimento, alinhando-se ao pensamento de Weber que traz no sentido econômico, a cidade como: “localidade de mercado”:

> Somente queremos falar de “cidade” no sentido econômico, tratando-se de um lugar onde a população local satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto principalmente com produtos que a população local dos arredores produziu ou adquiriu para a venda no mercado. Toda cidade no sentido aqui adotado da palavra é “localidade de mercado”, isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado, mercado no qual, em virtude da existente especialização da produção econômica, também a população não-urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis ou de ambos, e, como é natural, também os próprios moradores da cidade trocam entre si os produtos especiais (WEBER, 2009, p. 409)

Entretanto, para que exista essa troca e disponibilidade de mercadorias, faz-se necessária a presença de vias que possibilitem o contato entre comerciantes e consumidores, tendo, o Rio Parnaíba, desempenhado esse importante papel, promovendo a urbanização e desenvolvimento da cidade:

> Vale dizer que a beira foi o elemento definidor na história de constituição dos inúmeros povoados à beira-rio. Ela tem uma função sempre ligada à possibilidade de contato e de circulação. Por isso há uma relação importante entre rios (água) e estradas na constituição das cidades. Ambos são meios de circulação que proporcionam contatos. Proporciona o acesso, a concentração, a condensação, enfim, o crescimento demográfico, o ir e vir (GANDARA, 2013, p. 1).

Com a chegada dos barcos a vapor na nossa capital após a fundação da Companhia de Navegação a Vapor do Parnaíba (CNVP) em 04 de outubro de 1858, que foi um dos primeiros prédios da capital, localizada próximo à Praça da Constituição e Mercado Público Municipal, a cidade passa então a fazer serviço de navegação de forma regular através do Rio Parnaíba, com linhas para Floriano, Parnaíba e Tutóia, no vizinho Estado do Maranhão, onde havia se instalado a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, mostrando a existência de forte dependência da cidade para com o rio, que se tornou nessa época, a via primária de distribuição de mercadorias (GANDARA, 2008).

Figura 38 – Vapor João de Castro da Cia. De Navegação do Rio Parnahyba.



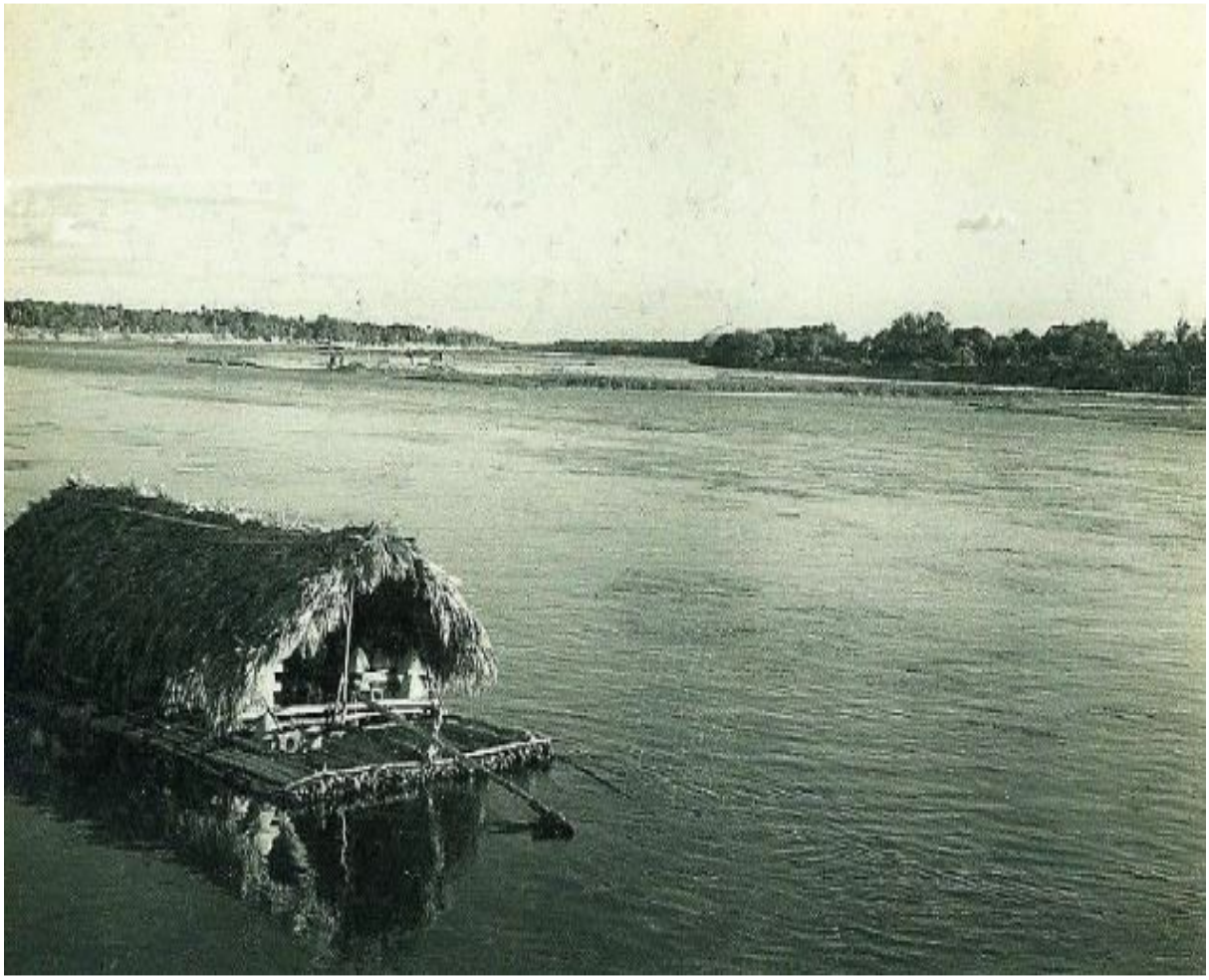
Fonte: Briquet de Lemos, começo do século XX.

A CNVP, passa a ser um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da cidade, passando a receber um grande fluxo de pequenas embarcações (balsas) que transportavam a produção de comunidades ribeirinhas, atraindo ainda pequenos comerciantes, depósitos e estaleiros que se instalaram em suas mediações.

> Devemos admitir que com a inauguração da Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnaíba foi evidente um relativo crescimento do comércio e das finanças o que denotava um ritmo de desenvolvimento. No começo da década de sessenta, assiste-se um desalento ameaçar as energias, mas logo depois se reacendeu. E, o Piauí parecia viver uma fase de euforia. A Companhia de Navegação, apesar dos percalços que já vinha sofrendo, satisfez as condições ajustadas com o governo. (GANDARA, 2008, p. 160/161).

Concluímos então que, a partir da fundação da CNPV, tornando a navegação mais frequente do Rio Parnaíba, houve um incontestável progresso do comércio e da cidade como um todo.

Figura 39 – Balsas do Rio Parnaíba.



Fonte: Totó.

Com o aumento da circulação de pessoas em razão do movimentado comércio local, a cidade, que até então tinha como limite a Rua João Cabral, expandiu no sentido da área de preservação ambiental próxima ao Rio Parnaíba, ocasionando problemas de alagamento como esclarece Silva Filho (2007, p. 102): “[a] sequência de quarteirões margeando a Avenida Maranhão, tinha a intenção de proteção ambiental, notadamente com relação às enchentes".

Nesse sentido, temos que o Mercado Central se encontrava até então diretamente ligado ao rio, posto que não existiam os quarteirões que hoje encerram na Avenida Maranhão, mas com o expandir da cidade que se dava em direção às

margens do Rio Parnaíba, aquela nova área passou a sofrer várias inundações, devido à geografia do terreno.

Figura 40 – Enchente em Teresina em 1926, nas proximidades da Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyense (atual Armazém Paraíba).



Fonte: Photo Claudionor Azevedo (1926).

No sentido norte, Teresina cresce em direção ao Poti Velho e apenas, posteriormente, no sentido sul, conforme traz Nascimento (2015, p. 125): “a cidade expandiu-se mais para a região norte. Depois da desobstrução de afloramentos rochosos localizados entre as ruas da Glória - hoje Rua Lizandro Nogueira - e Riachuelo, a expansão se deu também para a zona sul”.

Já em direção ao leste, a capital passou a crescer sem se preocupar em continuar ocupando apenas as áreas próximas ao Rio Parnaíba, chegando nas imediações onde futuramente seria construída a hoje denominada Praça Pedro II, antiga Praça Aquidaban, que recebeu o primeiro prédio destinado à promoção da cultura e lazer da capital, o Teatro 4 de Setembro.

Figura 41 - Teatro 4 de Setembro



Fonte: Desconhecida

Os serviços públicos de iluminação, água e esgotos surgem na nossa cidade com a construção da Praça Uruguaiana, hoje renomeada de Praça Rio Branco, tornando este espaço o principal ponto de comércio da cidade que recebeu em suas imediações as lojas Paris na América, Londres na América, e tornou-se o ponto de encontro da classe abastada que era atraída pelos espaços de convivência a exemplo de teatros, bares, cafés e restaurantes. A praça detinha ainda um coreto feito de ferro e trazido da cidade de Glasgow, na Escócia, Souza (2017) traz que, em contrapartida a uma cidade até então pequena, nascia uma cidade moderna, apta a configurar-se como a capital do Estado.

Essa nova configuração da cidade, converge com o pensamento de Karl Marx que tem a cidade moderna como produto do capitalismo e berço da burguesia, em outras palavras, a cidade moderna é o local de produção e reprodução do capital.

> A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos [...]. A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. (MARX; ENGELS, 2007 p. 44).

Figura 42– Praça Uruguaiana (Praça Rio Branco), em destaque o coreto.



Fonte: teresinaantiga.com

Com o desenvolvimento da cidade, já na década de 1930, a praça Rio Branco passou por transformações, substituindo-se o estilo *art noveau*[59], pelo estilo *art-decó*[60] Nessa época o país passava pelo regime ditatorial do governo de Getúlio Vargas, que veio a Teresina oficialmente inaugurá-la em 23 de setembro de 1933.

Figura 43 – Presidente Getúlio Vargas na Praça Rio Branco.



Fonte: teresinaantiga.com, pesquisa Eliane Aragão.

[59] O Art Nouveau ou Arte Nova foi um movimento artístico que surgiu no final do século XIX na Bélgica, fora do contexto em que normalmente surgem as vanguardas artísticas. Vigorou entre 1880 e 1920, aproximadamente. Existia na sociedade em geral o desejo de buscar um estilo que refletisse e acompanhasse as inovações da sociedade industrial. [...] A sociedade aceitou novos objetos, móveis, anúncios, tecidos, roupas, joias e acessórios criados a partir de outras fontes: curvas assimétricas, formas botânicas, angulares, além dos motivos florais.

[60] O termo art déco, de origem francesa (abreviação de arts décoratifs), refere-se a um estilo decorativo que se afirma nas artes plásticas, artes aplicadas (design, mobiliário, decoração etc.) e arquitetura no entreguerras europeu. O marco em que o "estilo anos 20" passa a ser pensado e nomeado é a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em Paris em 1925.

Também durante o período getulista, houve em Teresina a implementação da linha ferroviária e a inauguração da ponte metálica João Luís Ferreira, em 02 de dezembro de 1939, ligando Teresina ao Estado do Maranhão. No sentido leste, foi construída uma estação ao lado da Frei Serafim, ainda preservada e tombada pelo patrimônio histórico, recebendo posteriormente em suas mediações o Parque da Cidadania, centro de convivência e lazer muito frequentado nos tempos atuais.

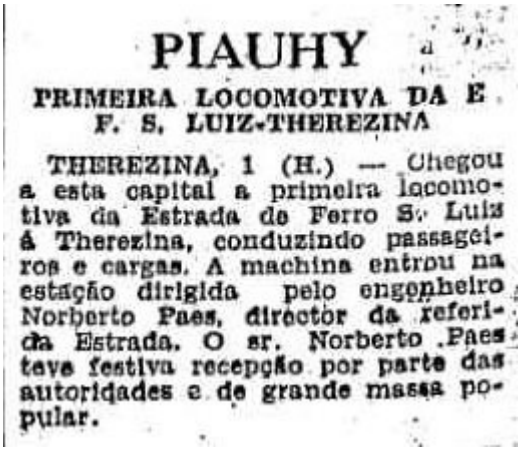
Figura 44 - estação de ferroviária

A estação, provavelmente anos 1940.
Autor desconhecido



Figura 45 – Jornal o Estado de São Paulo

Chegada do 1º trem a Teresina.
(O Estado de S. Paulo, 3/1/1939)



PIAUHY

PRIMEIRA LOCOMOTIVA DA E. F. S. LUIZ-THEREZINA

THEREZINA, 1 (H.) — Chegou a esta capital a primeira locomotiva da Estrada de Ferro S. Luiz á Therezina, conduzindo passageiros e cargas. A machina entrou na estação dirigida pelo engenheiro Norberto Paes, director da referida Estrada. O sr. Norberto Paes teve festiva recepção por parte das autoridades e de grande massa popular.

Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ma-pi/teresina.htm.

Figura 46 -Estação Ferroviária de Teresina



Foto: Acervo da autora

Figura 47 - Parque da Cidadania de Teresina



Foto: Renato Bezerra

A presença da estrutura urbana que ultrapassa a ideologia de espaço e o integra com a cultura, condiz com os dizeres de Castells e Borja (1996):

> Finalmente, a cidade, entendida não somente como território que concentra um importante grupo humano e uma grande diversidade de atividades, mas também como um espaço simbiótico (poder político-sociedade civil) e simbólico (que integra culturalmente, dá identidade coletiva a seus habitantes e tem um valor de marca e de dinâmica com relação ao exterior), converte-se num âmbito de respostas possíveis aos propósitos econômicos, políticos e culturais de nossa época (CASTELLS E BORJA, 1996, p.157).

Outra praça construída na capital que merece destaque foi a Demóstenes Avelino, conhecida nos tempos antigos como “praça do mercado novo”, onde se realizava a comercialização de produtos rurais que eram transportados através das montarias e carroças. Após a desativação do mercado e a instalação do Frigorífico do Piauí S/A, a praça que homenageia o juiz natural de Oeiras e participante da elaboração do projeto de constituição estadual, em 1889, passou a ser conhecida como Praça do FRIPISA por abrigar a tal empresa.

Figura 48 – Frigorífico do Piauí S/A



Foto: Regis Falcão

O local também serviu para abrigar a primeira instituição de ensino superior da cidade, a Faculdade de Direito de Teresina, inaugurada em 1931, que possibilitou aos piauienses o ingresso ao ensino superior, sem precisar de deslocamento a outros estados. No prédio hoje funciona a Biblioteca Pública Estadual Desembargador Cromwell de Carvalho e uma feira popular de livros.

Figura 49 – Antigo prédio da Faculdade de Direito na Praça Demóstenes Avelino.



Fonte: Façanha 2018

Figura 50 – Feira Popular de Livros Praça do FRIPISA



Foto: Acervo da autora

Em 1941, ainda sob a égide do Governo de Getúlio Vargas (1937 – 1941) foi instalado na Avenida Frei Serafim o Hospital Getúlio Vargas, seguindo o objetivo do poder estadonovista que visava a formação do homem sadio e civilizado, proporcionando um maior volume de uso da avenida e desenvolvendo mais sua área comercial, anteriormente concentrada na Praça Rio Branco.

Figura 51 – Hospital Getúlio Vargas
Inauguração (03-05-1941) - Havia somente dois pisos



Fonte: http://www.hgv.pi.gov.br/acervo_historico.php

Figura 52 – Hospital Getúlio Vargas
Fachada do HGV na década de 1970; já com o 3º piso.



Fonte: http://www.hgv.pi.gov.br/acervo_historico.php

A nível nacional, vinha sendo adotado pelo Brasil uma nova política econômica voltada para a industrialização, que exigia como pressuposto a interligação dos espaços e acabou por promover a implantação do programa nacional de construção de estradas. Teresina, por ter uma localização estratégica em relação a essa malha rodoviária, tem seu crescimento impulsionado, inclusive a interligação entre as regiões Norte e Nordeste passava obrigatoriamente por Teresina. Com a construção da malha rodoviária, facilitando a entrada e saída da cidade, houve um grande aumento do fluxo migratório da cidade que agora se encontrava interligada com o restante do País, possibilitando o avanço do comércio em direção às Ruas “Grande” (atual Álvaro Mendes), “Bela” (atual Senador Teodoro Pacheco) e das Ruas Simplício Mendes e Barroso.

A mudança também exigiu que a capital se adequasse, legislando no sentido de regulamentar o fluxo de automóveis e pedestres, estipulando os primeiros parâmetros para a construção de passeios públicos, na tentativa de garantir um tráfego seguro, trabalhando na prevenção de acidentes envolvendo transeuntes e automóveis, como demonstra Silva Filho (2007):

> Por volta do segundo quartel do século XX, 70 anos depois de instalada a nova Capital, a Revolução Industrial cobrava a pouca visão urbanística

> dispensada ao traçado de ruas estreitas do plano original. Ao que tudo indica, à guisa de pouca visibilidade para o automóvel, que no início da década de 1920 dava sinais de sua irreversível chegada [...] (SILVA FILHO, 2007, p.116)

Com o aumento expressivo do uso de automóveis em Teresina, por volta das décadas 1940 a 1970, a cidade desenvolveu-se em maior escala nas direções leste e sul, posto serem as principais rotas de entrada e saída. A rota Sul, partia da Praça Saraiva, tornando-se uma espécie de rodoviária rodeada de pensões, hotéis, restaurantes e outros serviços de suporte, bem como o primeiro posto de gasolina da cidade, dando direção ao interior e aos estados vizinhos da Bahia e Pernambuco. O comércio atacadista, em razão da facilidade de acesso a veículos de grande porte, estabeleceu-se então no denominado Bairro Santa Rosa, localizado ao lado da Praça Saraiva.

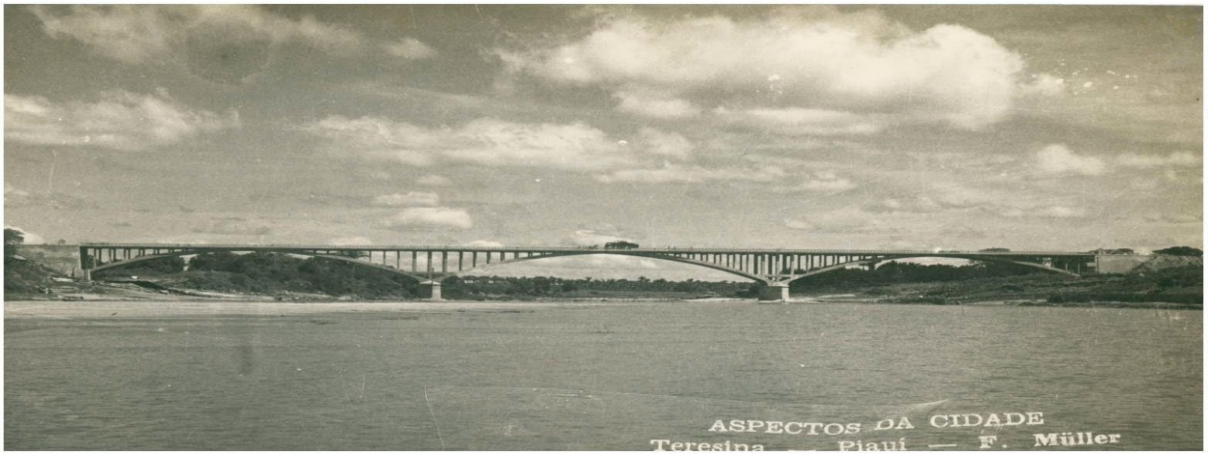
Figura 53 – Foto aérea da Praça Saraiva na década de 1960.



Fonte: teresinaantiga.com, pesquisa Eliane Aragão.

O crescimento da cidade em direção ao leste, ganha ainda mais força quando foi construída a primeira ponte sobre o Rio Poti, inicialmente de madeira, mas que ruiu com a grande enchente ocorrida na capital entre dezembro de 1947 e janeiro de 1948. No ano seguinte iniciou-se a construção da nova ponte, agora feita em concreto armado, que foi inaugurada no dia 14 de janeiro de 1957, no governo de Jacob Manoel Gayoso e Almendra (1955-1959), com a presença do presidente da República Juscelino Kubitschek que deu seu nome à obra.

Figura 54 – Ponte Juscelino Kubitschek



Fonte: F. Muller

A Avenida Frei Serafim passa então a ser local de moradia da classe abastada que construiu grandes sobrados em suas margens, além de ser agora o corredor de acesso principal para se chegar ao centro da cidade, tanto para os moradores da zona leste quanto para os viajantes do norte do Estado e do vizinho estado do Ceará. Nesse momento houve ainda a edificação de grandes prédios públicos e instalação de serviços de comércio como lanchonetes, supermercados, sorveterias.

À medida que a classe mais favorecida se instalava nas margens da Avenida Frei Serafim, em seus casarões de luxo, como os palacetes residenciais em estilo eclético e moderno de famílias nobres da cidade (Matos, 2011), a parcela pobre da cidade ocupava áreas marginais, casebres sem qualquer infraestrutura, fenômeno conhecido como segregação sócio espacial.

Figura 55 – Casarões da Frei Serafim





Fonte:https://analisandocultura.wordpress.com/2013/09/09/patrimonio-historico-arquitetonico-de-teresina-cultura-e-historia-que-precisam-de-cuidados/

Figura 56 – Avenida Frei Serafim com destaque para a sede do DER-Piauí.



Fonte: Foto Guilherme Müller, acervo Paulo Gutemberg.

A criação das cidades modernas sob a égide do capitalismo, nos leva a pensar que a ocupação territorial e a organização populacional deveriam se agrupar de tal forma a proporcionar e facilitar os mecanismos de extração de valor e crescimento econômico.

Quijano (1973), ao promover um debate sociológico no âmbito latino-americano envolve o conceito de marginalidade e de urbanização dependente, propondo a existência de subordinação gerada pelo colonialismo e pelo eurocentrismo que nos remete à concepção que os grupos marginalizados tendem a ocupar os espaços segregados.

> Essa nova estratificação no corpo social obrigava tais grupos a se concentrarem em zonas determinadas, em decorrência de um déficit habitacional estrutural, levando ao surgimento de territórios demarcados pela urgência da sobrevivência, onde se davam relações de sociabilidade específicas. Era, então, necessário compreender essas formas de agrupamento, nas suas relações econômicas e so- ciais, nas suas relações com os setores hegemônicos e nos processos de organização dos interesses em jogo (QUIJANO, 1973, p. 142-143).

Chegamos ao fim do século XX, com a cidade tomando outros rumos não só em direção ao Rio Parnaíba, como inicialmente, mas em todos os sentidos. O centro da capital se firmou então como área comercial, bem como houve a elaboração do primeiro plano urbano da cidade - Plano Diretor Local Integrado – PDLI -, que se deu

em 1969. Embora Teresina tenha “nascido” de forma planejada para se adequar como nova capital do Estado do Piauí, tinha também como objetivo a construção de um “centro urbano comercial”, para que as cidades do Estado não dependessem mais do comércio de Caxias, no vizinho Estado do Maranhão:

> Teresina é exemplo de urbanismo de fundação de cidade capital. Foi criada com o sentido de capitalidade da Província. Significa dizer que, sob o ponto de vista do planejamento, também foi pensada como um território estratégico. Afinal, o terreno escolhido para implantar a nova cidade tem centralidade adequada à gestão do território e à dinâmica social entre cidades e vilas piauienses. O objetivo de se construir um centro urbano no Piauí que tirasse a hegemonia comercial de Caxias (MA), em relação às cidades piauienses, comprova o desejo de fortalecer uma rede urbana na província e significa que a cidade de Teresina foi concebida para ser o principal ponto na escala de uma rede regional (BRAZ E SILVA, 2011, p. 81).

As obras previstas no PDLI acima citado, foram postas em prática no governo de Alberto Silva (1971-1974) com o destaque para a implantação de um sistema viário onde o centro da capital foi ligado através das Avenidas Miguel Rosa, Joaquim Ribeiro e Maranhão à um anel central, permitindo aos veículos que já circulavam pela capital um acesso mais rápido ao centro, impulsionando mais ainda o comércio daquela área.

Figura 57 – Anel viário central no cruzamento das avenidas Maranhão e José Santos e Silva. Implantação da Praça Da Costa e Silva, início da década de 1980.



Fonte: Foto Guilherme Müller, acervo Paulo Gutemberg.

Um pouco depois, no ano 1977, o centro da cidade já se encontrava em destaque como polo comercial e de serviços, o que levou à administração do município a restringir o uso daquele espaço como residencial, como descrito no Plano Estrutural de Teresina (PET): “[...] processo de expansão através da substituição dos usos residencial pelo uso comercial e de serviços nas suas áreas periféricas. [...]” (TERESINA, 1977, p.176).

Melo (2002, p.36) cita “[...] o centro foi expandindo-se e caracterizando-se cada vez mais por uma tendência comercial, tendo sido, posteriormente, proibido, durante vários anos, o uso habitacional em novas edificações projetadas”, mostrando que o capital determinava os espaços públicos e de moradia.

> [...] Já a situação habitacional é fácil de entender. Qualquer observador desprevenido percebe que, quanto maior a centralização dos meios de produção, tanto maior o amontoamento correspondente de trabalhadores no mesmo espaço e, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis as habitações dos trabalhadores. Os ‘melhoramentos’ urbanos que acompanham o progresso da riqueza, a demolição de quarteirões mal construídos, a construção de palácios para bancos, lojas, etc., o alargamento de ruas para o tráfego comercial e para as carruagens de luxo, o estabelecimento de linhas para bondes, etc., - desalojam evidentemente os pobres, expulsando-os para refúgios cada vez piores e mais abarrotados de gente. (MARX: 1988, livro 1, vol. II, p. 764)

Conforme as moradias foram se afastando do centro da cidade, foram também se estabelecendo outros polos comerciais em bairros como Mafuá, Vermelha, Vila Operária e Piçarra, demonstrando que o capital se deslocava e expandia para seguir a população que já não ocupava mais o centro da cidade, conceito de centralidade secundária, que será melhor explicitado mais adiante.

Um grande polo de serviços de saúde surge junto ao Hospital Getúlio Vargas, que passa a atrair em seu entorno: clínicas, laboratórios, consultórios e serviços de hospedagem para receber uma grande parcela de pacientes oriundos tanto do interior, como de outros estados. Dessa forma, a Avenida Frei Serafim passa a se firmar como grande corredor de comércio e serviço na direção da zona leste.

3.2 A reestruturação do Centro de Teresina – o domínio do comércio

Além do claro propósito de substituir Oeiras como capital, Teresina foi estrategicamente pensada para assumir desde sempre a condição de uma área dominantemente prestadora de comércio e serviços, suprindo a demanda comercial da província piauiense e de seus vizinhos, antes abastecida pelo forte comércio de Caxias. Por tais motivos, logo nos primeiros anos, a área central de Teresina se

expandiu e passou a receber maiores investimentos em equipamentos e infraestrutura se comparada com as regiões periféricas, passando a sediar, além de toda a administração pública, grandes empresas varejistas e atacadistas, nos mais diversos ramos, que contribuíram de maneira relevante para o crescimento econômico da capital.

Assim, com o centro agora prementemente comercial, houve um encolhimento populacional da região, que foi impulsionado pelos planos e projetos residenciais implantados pela administração pública e destinados à ocupação das novas áreas da capital.

Com a cidade em expansão e, em busca de emprego e melhores condições de vida, houve então a vinda de grande contingente de imigrantes da zona rural, o que veio a impactar na demanda por serviços públicos e empregos formais. Outro problema enfrentado por quem se aventurava na capital em busca de oportunidade, se dava em razão da forte especulação imobiliária em decorrência do aumento da demanda por imóveis destinados ao uso comercial, nos moldes do que Marx (1988, p. 766) já mencionava a respeito de Londres:

> É difícil encontrar uma casa em Londres que não esteja cercada por um sem-número de corretores. O preço da terra em Londres é sempre mais elevado em relação à renda anual, pois todo comprador especula com a possibilidade de se desfazer da propriedade mais cedo ou mais tarde por um preço de expropriação fixado por um júri ou de ganhar uma valorização extraordinária com a proximidade de qualquer grande empreendimento. Em conseqüência disso, há um comércio regular de compra de contratos de locação prestes a expirar. (MARX: 1988, livro 1, vol. II, p. 766)

De fato, o *"status"* de capital moderna contribuía para os interesses do capital imobiliário, que valorizava na medida em que os imóveis eram ocupados por estabelecimentos comerciais, principalmente os de grande porte, restando aos que não possuíam condições de arcar com os valores praticados, a opção de buscar locais mais afastados da zona central para morar.

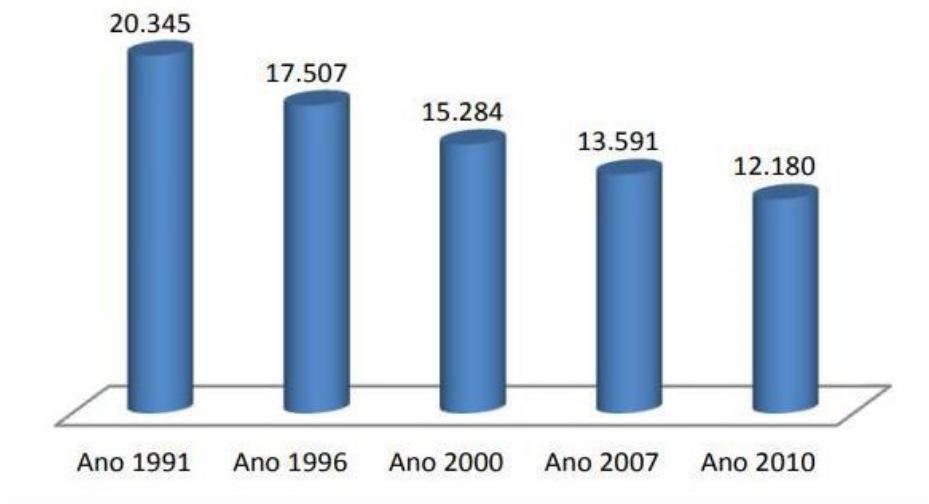
Por sua vez, esse conceito de segregação de classe, onde quem detém maior poder aquisitivo frequenta os espaços de maior infraestrutura e os mais pobres ocupam as "franjas urbanas" não é algo novo. Engels (1985, p. 38) já trazia a renda como pré-requisito de acesso às benfeitorias da *urbe,* e Teresina não foi exceção.

> Todas as grandes cidades possuem um ou vários 'bairros de má reputação' – onde se concentra a classe operária. É certo que é freqüente a pobreza morar em vielas escondidas [...] Estes 'bairros de má reputação' são

> organizados, em toda a Inglaterra, mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade (ENGELS: 1985, p. 38).

O comércio na zona central de Teresina então chega em seu ápice, com o declínio evidente das moradias no local:

Gráfico 1 - População residente - 1991 a 2010



Fonte: IBG. In: SEMPLAN (TERESINA, 2018).

As ruas do centro da cidade se encontram agora completamente voltadas para lojas e serviços, popularmente conhecidas por “calçadões” (Figuras 58), modelo espelhado no sucesso do comércio de Curitiba que recebia este mesmo nome, implantado durante o mandato do prefeito Jaime Lermmer.

Figura 58 – Calçadão da Rua Simplício Mendes no final da década de 30.



Fonte: https://teresinaantiga.com/wp-content/uploads/2020/09/lugares_simplicio.jpg

Figura 59 – Calçadão da Rua Simplício Mendes no final da década de 70.



Fonte: https://www.facebook.com/teresinaantiga/photos/a.1378459032477661/1970990719891153/

Figura 60 – Calçadão da Rua Simplício Mendes no final da década de 80.



Fonte: Façanha, 1988.

A implementação na Capital, foi encabeçada por grandes lojas de departamento nacionais, como: Lojas Brasileiras – LOBRÁS, Lojas Pernambucanas,

assim como fortes marcas locais, como: Lojas Dragão, Sapataria Iracema, responsáveis por atrair o público e difundir o comércio varejista da região.

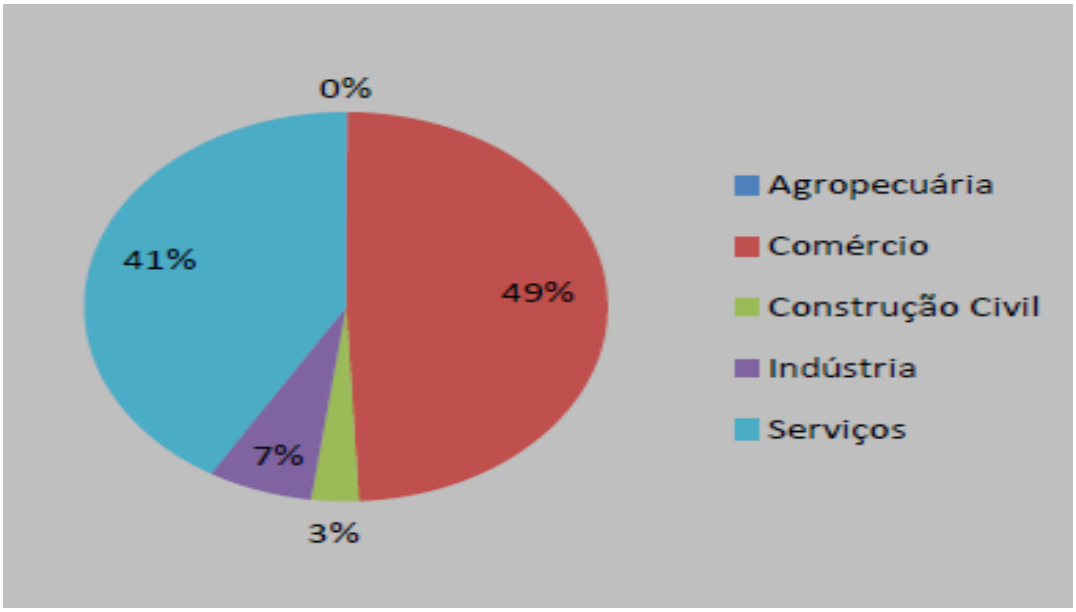
O setor de comércios e serviços passa a ser preponderante na área, com o número de empresas formais no ano de 2015:

Gráfico 2 - Número de empresas formais no ano de 2015



Fonte: SEMPLAN (TERESINA, 2018).

Gráfico 3 - Percentuais de empresas formais por setor em 2015.



Fonte: SEMPLAN (TERESINA, 2018).

Por sua vez, a prosperidade do “calçadão” passou a atrair outros grandes comerciantes que buscavam se instalar nas proximidades, esgotando os imóveis disponíveis, inflacionando o metro quadrado da região. De outro lado, não se pode ignorar a presença de inúmeros comerciantes de pequeno porte que, sem condições de arcar com os elevados custos dos imóveis locais, e sem possibilidade de ingressar no mercado formal de trabalho, acabaram por instalarem-se em frente as lojas, oferecendo os mais diversificados produtos.

Esses comerciantes utilizavam-se de diversos meios e equipamentos para expor suas mercadorias, dentre as quais se destacavam: barracas fixas e removíveis, tabuleiros, e, por muitas vezes apenas um pedaço de plástico estendido no chão. Dispunham seus guarda-sóis colados praticamente uns aos outros, na tentativa de se protegerem do calor que por vezes atinge os 40º e faziam gambiarras elétricas em suas “barracas”.

Figura 61 – Camelôs no centro de Teresina



Fonte: Diário do Povo

Vendiam produtos de diversas origens, adquiridos geralmente de grandes ou pequenos atacadistas, de fabricantes formais e informais, algumas vezes advinham de fabricação própria ou artesanato e de lojistas legalmente estabelecidos. Nesse

cenário, em que dividiam o espaço com pequenas e grandes lojas localizadas no centro de Teresina, os baixos preços e a possibilidade de “pechinchar” atraíam diversos clientes, entretanto, enfrentavam uma série de incômodos e vários contratempos, pois não dispunham de qualquer tipo de estrutura ou saneamento básico a exemplo de banheiros, água potável canalizada, energia, alimentação, proteção contra as acidentes e, principalmente, não possuíam estabilidade ou segurança no local de trabalho.

Figura 62 – Camelôs no Centro de Teresina



Fonte: https://www.teresinafm.com.br/politica/2021/06/17/prefeitura-remove-vendedores-ambulantes-do-centro-da-teresina/

Nesse contexto, o processo de auto emprego (trabalho por conta própria) ganha dimensões jamais vistas, sobretudo, nos grandes centros e capitais do país. Em Teresina não foi diferente. Os “trabalhadores do comércio de rua”, denominados, pelo senso comum de camelôs ou vendedores ambulantes, constituem parcela significativa da sociedade que passa a ser afetada diretamente pela crise e seus

desdobramentos econômicos, políticos e sociais, pois não foram abarcados pelo mercado formal.

Figura 63 – Camelôs no Calçadão da Simplício Mendes



Fonte: https://agecomestacio.files.wordpress.com/2008/11/98daf-jac.jpg

Estes indivíduos compõem a estatística daqueles que buscaram apoio em trabalho por conta própria para garantir o sustento da família. A mudança da condição de trabalhador assalariado ou empregado para a de desempregado ou trabalhador por conta própria traz, em seu íntimo, profundas exigências de adaptação por parte desses trabalhadores. Adaptar-se significa que os sujeitos terão de aprender ou lançar mão de “novos recursos” (GUIDDENS, 2009) com o objetivo de se encaixarem às dinâmicas do capital, independentemente de seu custo.

Lazarte nos direciona a pensarmos nos estudos sobre o “setor informal” com viés sociológico e antropológico, como instrumento de conhecimento das heterogeneidades existentes em seu interior, sendo necessário que se promova a diferenciação entre os variados tipos de trabalhadores por conta própria. Cita:

> Segundo este autor essa dificuldade se encontra na inexistência de uma política social, e mais especificamente de uma política de emprego e seguridade social. Obrigando a uma parte cada vez maior da força de trabalho, que não encontra ocupação no setor capitalista tipicamente formal, a criar para si mesma uma atividade que lhe proporcione uma fonte de renda capaz de sustentar o trabalhador e ao seu núcleo familiar. Por isso, a expansão das atividades por conta própria, o autônomo, seria uma saída forçada para boa parte dos trabalhadores que desejariam, provavelmente, um emprego no setor formal. Desta maneira, o setor informal se expandiria e se

> diversificaria muito mais além da dinâmica de seu próprio setor (LAZARTE, 2000 *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 25).

Bourdieu (2009) nos chama a atenção para esse mesmo aspecto, à medida que expõe a complexidade da ressignificação do *habitus* por parte dos sujeitos diante de processos de mudanças. O auto emprego, portanto, não deve ser visto como tarefa fácil, nem tampouco como sendo uma liberdade conquistada pelo individuo ao se transformar em empreendedor, como apregoam as aves agoureiras do neoliberalismo.

O que ocorre na verdade é que o capital, para proteger-se, está constantemente impondo transformações em suas instituições, cabendo aos que não detém os meios de produção, os maiores esforços para garantir a sobrevivência, como ocorreu, por exemplo, entre os trabalhadores de comércio de rua de Teresina.

Cacciamali (2000) sobre o tema, nos remete a conclusão de que devem ser consideradas como atividades informais, aquelas que são desenvolvidas fora da esfera regulatória do Estado, fenômeno ao qual atribuiu-se o termo de **economia submersa** ou **subterrânea**.

Figuras – 64 e 65 - Comércio informal na Praça Rio Branco



Fonte: Ribeiro (2019).



Fonte: Ribeiro (2019).

É válido ressaltar que o comércio informal exercido no centro da cidade de Teresina ganhou proporções tão grandes que acabou por modificar a paisagem do local, retirando assim, a simbologia dos espaços, juntamente com a sua finalidade inicial que era de proporcionar passeios e lazer para a população.

Ante aos grandes transtornos que foram se apresentando nas principais ruas do centro de Teresina, quem envolviam dentre outros, problemas de mobilidade urbana e segurança, os gestores municipais realizaram então um evento denominado

Fórum de Revitalização do Centro de Teresina, realizado entre os dias 03, 04 e 05 de março de 1997, com o objetivo de revitalização do centro da capital. Tal projeto

> englobava uma análise e propostas de intervenções nas mais diversas áreas, como na segurança, no trânsito, na recuperação de ruas e avenidas do Centro ou que dão acesso a ele, recuperação de praças e logradouros públicos com o intuito de preservar o patrimônio histórico-cultural, na questão polêmica dos espaços destinados aos estacionamentos, na realocação do comércio ambulante, além dos problemas de infraestruturas de modo geral, como abastecimento de água, iluminação, coleta de lixo, etc. De modo que o projeto visava atingir todos os aspectos urbanísticos que seriam avaliados com a finalidade de melhorar o comércio para consumidores e lojistas, estes formais ou informais (MONTE, 2019 p. 09).

Um dos grandes desafios para a suposta revitalização do centro da nossa capital era o desafio de realocar os vendedores ambulantes que lá se estabeleceram. A Prefeitura apresentou então uma proposta de criação de um espaço próprio para a transferência dos camelôs do centro da cidade como forma de liberação das ruas ocupadas por esses vendedores e suas mercadorias.

> A proposta era a construção de uma ampla área comercial e de serviços distribuídas em três pavimentos, com capacidade para abrigar 1300 lojas. O local escolhido foi o Terminal Rodoviário Rural, ao lado da Praça Marechal Deodoro da Fonseca – Praça da Bandeira, no marco zero de Teresina, portanto no coração da cidade. Mas a proposta não foi recebida pela população de forma homogênea, pelo contrário, gerou inúmeras discussões. Mesmo diante das polêmicas, o projeto de uma nova área para sediar o comércio ambulante de Teresina seguiu em frente. A área escolhida ficou determinada que seria mesmo o local do, até então, Terminal Rodoviário Rural, situado entre a Praça Marechal Deodoro da Fonseca, conhecida popularmente de Praça da Bandeira, e a tradicional Avenida Maranhão, conhecida pelo comércio intenso ali realizado, por estar às margens do Rio Parnaíba, onde também se encontra a Ponte Rodoferroviária Metálica, um importante entreposto comercial da cidade. Tendo o Mercado Central, conhecida praça comercial de produtos artesanais, com a venda de frutas, verduras e carnes, além das famosas bancas com venda de comidas típicas da região, do lado direito do shopping e o Troca-troca, feira tradicional da cidade, onde se comercializa produtos usados, como eletrodomésticos, móveis, ferramentas e utensílios diversos, do lado esquerdo (MONTE, 2019 p. 11).

O novo local destinado para os “trabalhadores de comércio de rua” ganha o nome de “Shopping da Cidade”, e é para lá que essa parcela de trabalhadores é deslocada a partir de 2009[61].

[61] O “Shopping da Cidade” foi então planejado, construído e por fim inaugurado em 29 de junho de 2009, constando na época com três pavimentos, quatro escadas rolantes, um elevador e três escadas de emergência. Inicialmente projetado para alojar cerca de 1.800 boxes, possui também postos da Caixa Econômica Federal, Correios, Banco 24h, Concessionárias de água e luz, supermercado, praça de alimentação e auditório. Disponível em: http://www.180graus.com. Acessado em: dez de 2017.

Figura 66 – Shopping da Cidade



Fonte: Acervo pessoal da Autora

Assim, nos últimos anos do século XX, observou uma substituição constante das residências da área central da capital por estabelecimentos comerciais e prédios públicos municipais, estaduais e federais que, ao longo dos anos, vêm migrando aos poucos para a zona leste de Teresina, a exemplo do Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal de Justiça, Ministério Público Federal e Estadual, etc.; assim como entidades ligadas ao ramo empresarial, a título do SENAC; estabelecimentos de ensino, cartórios e outros.

3.3 A desabitação do Centro de Teresina

As primeiras concentrações urbanas que levam a formação das cidades ocorrem pelo centro (Villaça, 1998), bem como o desenvolvimento do comércio e serviços (Castells, 2000). De forma geral, as cidades enquanto centros urbanos, passam com o tempo a sofrer mudanças que acabam por promover a valorização de determinadas áreas em detrimento da desvalorização e degradação de outras, fenômeno que ocorre quase sempre nas áreas centrais (RIBEIRO FILHO, 2004)

Embora ainda jovem e em pleno desenvolvimento, nossa capital seguiu a tendência de desvalorização de seu centro urbano primário, promovida dentre outras

causas pelo desgaste natural, mau uso e as mudanças na sua estrutura. Não houve em Teresina, ao longo do tempo, uma política de preservação patrimonial, permitindo que áreas que deveriam ser preservadas, sofressem descaracterização e adaptações, o que levou a um processo de desvalorização econômica e patrimonial.

Para além da descaracterização dos prédios públicos e da estrutura central, havia vários fatores que contribuíram para que o centro da cidade entrasse em um processo de decadência. Inicialmente, como já citado, a população aumentou rapidamente, dobrando de número a cada década, obrigando assim a expansão e espacialização urbana para abrigá-la. Ocorre que esse crescimento experimentado por nossa cidade se deu de forma desordenada, sem qualquer estrutura ou planejamento, ocupando territórios por vezes inadequados para moradia e/ou considerados como áreas de riscos.

A ocorrência de um processo de urbanização sem planejamento e fora da realidade espacial da cidade, acarreta uma série de desequilíbrios a níveis naturais, sociais e ambientais. Sendo assim:

> A urbanização gera enormes problemas, deteriora o ambiente urbano, provoca a desorganização social, com carência de habitação, desemprego, problemas de higiene e de saneamento básico. Modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana. A solução desses problemas obtém-se pela intervenção do poder público, que procura transformar o meio ambiente e criar novas formas urbanas. Dá-se então a urbanificação, processo deliberado de correção da urbanização, ou na criação artificial de núcleos urbanos [...] (SILVA, 1997, p.21)

Nesse sentido, embora tenhamos visto um crescimento espacial da cidade para abrigar a explosão populacional, não houve no mesmo sentido um crescimento econômico que estivesse apto a absorver a população recém-chegada, o que ocasionou problemas de desemprego e de desigualdades sociais.

Uma boa parte do contingente populacional que deixou de ser absorvido pelo mercado formal de trabalho, elegeu então como forma de subsistência a atividade informal, conforme já estudado no tópico anterior, o que proporcionou uma explosão de trabalhadores ambulantes nas ruas da capital e, causando uma série de problemas econômicos e sociais para o centro da cidade.

Trata-se do fenômeno que o sociólogo Manuel Castells (2000), em uma pesquisa de abordagem marxista acerca dos processos de urbanização da América Latina, denomina de “inchaço urbano”. Em síntese, o estudioso afirma que as bases produtivas seriam incapazes de acompanhar o crescimento acelerado das cidades e

haveria excesso de mão-de-obra proletária disponível; assim, surgiria um terceiro setor, os “marginais”, com atividades que inflam o setor terciário, a exemplo do comércio informal ora em estudo.

Essa nova classe ensejaria a criação de uma nova cultura, a ela inerente, e menos submissa à burguesa do que a proletária, com o surgimento de riscos à estrutura social – e sua manifestação física – previamente construída.

Não havendo mais como se expandir, até os espaços ocupados pelas praças públicas passaram a ser utilizados para as atividades econômicas dos trabalhadores informais, perdendo seus canteiros ou parte de sua ambientação para dar passagem ao tráfego de pessoas e veículos. Nesse contexto, intensificaram-se os conflitos entre lojistas e ambulantes que disputavam o mesmo espaço.

No caso em análise, a população que morava e frequentava o centro da cidade, passou a conviver com graves problemas de locomoção, sendo as pessoas com algum tipo de deficiência as principais vítimas da aglomeração descontrolada dos citados “camelôs”, que estavam por toda parte: desde as paradas de ônibus, em frente aos hospitais, nas calçadas das vias públicas e por vezes até ocupando a lateral das ruas e avenidas por onde trafegavam os veículos automotores.

> O comércio ambulante no centro da cidade chegou a ocupar cerca de trinta quarteirões, ou seja, aproximadamente três quilômetros de comércio irregular, interrompendo em alguns casos, o tráfego em ruas importantes como a Simplício Mendes e a Álvaro Mendes, transformadas em calçadões destinadas apenas para a circulação de pedestres. É quase impossível a livre circulação nessas ruas tanto para pessoas, como veículos especiais como o Corpo de Bombeiros e ambulâncias, principalmente na rua Simplício Mendes, onde concentram-se maior parte dos ambulantes ficava prejudicada. As reclamações recaiam pelo fato dessas vias públicas encontrarem-se totalmente obstruídas pelo comércio ambulante. Prejudicando não só a circulação de veículos de atendimento de urgência e de veículos da polícia, como também prejudicando o acesso de veículos para o abastecimento do comércio formal, além de impossibilitar a passagem de veículos de manutenção como o da coleta de lixo (MONTE, 2019 p. 07).

Em decorrência das questões expostas, e em função de interesses advindos do próprio capital, os comerciantes informais que ocupavam o centro passaram a ser remanejados para um local que o Poder Público julgava ser melhor e mais adequado, tanto para esses trabalhares, quanto para a própria população, de forma geral.

Cabe mencionarmos, nesse momento que a administração pública se utiliza do exposto na Teoria da Dominação trazida por Max Weber (1999). Segundo o autor, o conceito correspondente seria “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas”, e os tipos seriam

três: a dominação legal, a tradicional e carismática. Importante notar que essa divisão serve a uma melhor compreensão do tema, porém não se vê a existência desses tipos puros na realidade.

Para Weber (1999), seria a dominação legal aquela burocrática, estabelecida pela lei e pela administração, que fundamenta o Estado e é por ele criada. Por sua vez, a tradicional é a que se perpetua no tempo e por hábitos de conservação e estruturas de poder enraizadas, como o patriarcado. Por fim, a carismática decorre de atributos pessoais do detentor do domínio, como crenças, ideologias e poder financeiro.

No caso específico dos camelôs, é patente que empresas privadas e grupos com poder econômico fizeram valer de seu poder, primordialmente carismático, para criar reverberações legais, o que ensejou que o próprio aparato público retirasse dali aquele público. Isso a despeito da maior autonomia da classe marginal conforme proposta por Castells (2000): de fato, o próprio fato de ela ser independente e autônoma em face da classe dominante, e o de não gerar a utilidade e a mais-valia características da mão-de-obra proletária, era o cerne do inconveniente e do medo nutrido contra os camelôs.

Assim, a administração pública trouxe uma imagem da zona central de Teresina como um lugar desorganizado, cheio de comércios irregulares e distribuídos de forma aleatória, destacando que seria necessário como “critério de habitabilidade do centro, calçadas, mobiliário urbano e calçadões, resolver, dentre outros, o problema dos empreendedores informais que amontoavam a região central” (SILVA, 2016, p. 121).

A autora nos remete ao posicionamento de que:

> Com o objetivo de compreender o surgimento do Shopping da Cidade em Teresina é preciso reconhecer uma demanda governamental interna de se fazer pensar o centro da cidade, urbanisticamente falando, na década de 1990, por ser ele tido como uma região de intensos conflitos e que beirava o colapso, necessitando de um “pacote” de medidas que deveriam ser oferecidas à população da região do centro comercial. Tal o foi que em março de 1997, a Prefeitura Municipal realizou o “Fórum de Revitalização do Centro de Teresina”, buscando consubstanciar suas medidas de intervenção nessa área (SEMPLAN, 2009).
> [...]
> Era chegada a hora de superar a improvisação e buscar uma convivência pacífica entre frequentadores do centro x comerciante informal x comerciante formal. Daí porque foi gestada, após esse Fórum de Revitalização, a Lei Municipal nº 2.514, de 17 de abril de 1997, dispondo sobre a constituição do Conselho Municipal de Revitalização do Centro Comercial de Teresina e a criação de um Fundo Municipal a ele vinculado, tudo isso inserido dentro dessa perspectiva governamental de requalificação do centro histórico comercial de Teresina, em continuidade a um outro Fórum local que havia

> sido realizado em 1989, e pensado primeiras impressões sobre o centro da Capital (SILVA, 2016, p. 121-122)

Por trás da suposta alegação de higienização e “revitalização” do centro da cidade, depreendia-se, do remanejamento dos comerciantes informais para o espaço próprio construído, a busca do Poder Público por exercer um maior domínio sobre a atividade que se desenvolvia às margens da fiscalização estatal.

Podemos dizer que, assim como o esquadrinhamento relatado por Foucault (1987), o Shopping da Cidade se tornou uma ferramenta de controle daquilo que era considerado um problema social para a administração pública. Para o autor, cada espaço é incansavelmente quadriculado e tudo tem seu lugar e ordem, para que assim se torne mais fácil a identificação e resolução dos problemas, quando estes surgirem. Afinal, dentro do espaço próprio é mais fácil localizar os problemas para que sejam solucionados o quanto antes, motivo pelo qual se tornaria eficaz a realocação enquanto tomada como medida que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos:

> As disciplinas, organizando as ‘celas’, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias. A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas. (FOUCAULT, 1987, p. 174)

O inchaço populacional do centro de Teresina, também trouxe, sob outra ótica, um grande incômodo para a população abastada, de classe média e alta, que, com os já mencionados posicionamentos higienistas, passa a disputar o mesmo espaço de moradia e convivência com a parcela da população mais pobre.

Nesse sentido, temos que o território do centro de Teresina passa a ser disputado por classes sociais distintas (MARX, ENGELS, 2005), gerando nos moradores de alto poder aquisitivo um mal-estar. Havia uma relação de poder que ia muito além de apenas uma delimitação geográfica, ou seja, aquele espaço também possuía uma conotação simbólica do território enquanto algo já incorporado, conquistado e controlado.

A ideia de espaço social, contida em Bourdieu (1989), também salta aos nossos olhos, eis que no sistema capitalista em que estamos inseridos, os indivíduos e os

grupos são definidos por sua posição relativa no espaço social, no qual a hierarquia entre os grupos se dá pela distribuição desequilibrada de capitais. São as condições materiais de existência que definem a posição de cada indivíduo, grupo ou classe no espaço social. Desse modo, o poder e o prestígio surgem e se constituem a partir da posição que o indivíduo ocupa na estrutura social:

> Não se trata, portanto, de uma hierarquia piramidal, mas de um espaço social multidimensional, hierarquizados por uma pluralidade de capitais. O espaço social é construído de modo que os agentes ou os grupos são distribuídos segundo dois princípios de diferenciação simbólica, que são o capital econômico e o capital cultural. Quanto mais próximos os agentes estiverem entre essas duas posições mais gostos, formas de pensar e qualidades em comum eles devem ter (DIAS, 2017, p.1).

Frente a isso, o Centro não é mais um local bem visto para moradia aos olhos da classe dominante e de alto poder aquisitivo, havendo rumores também de que a chegada dos automóveis favoreceu a esse processo, uma vez que, agora, se poderia ter acesso à área comercial sem precisar morar nela. Monte (2019) nos traz informações do surgimento da Zona Leste da capital, uma área considerada nobre, para onde a população abastada mudou sua moradia, perdendo progressivamente o centro da cidade sua área residencial e passando a ser eminentemente comercial:

> Teresina também passa por todas essas configurações espaciais. Mesmo sendo uma cidade moderna, com um pouco mais de 160 anos de história, projetada para ser a capital do Piauí ainda no império, não consegue preservar seu patrimônio histórico como muitas outras no Brasil. O Centro passou por constantes modificações, desde deixar de ser área residencial de alto poder aquisitivo, até mesmo entrar em um processo de desvalorização comercial. Desse modo, o Centro passou a ser cada vez mais um local vazio à noite, perigoso, degradado. Espaços antes reservados às principais atividades da cidade, polo administrativo, com comércio efervescente, espaços de sociabilidades e de lazer, como praças, cinemas e clubes, sedem espaço para ruínas onde habitam seus fantasmas (MONTE, 2016, p.02)

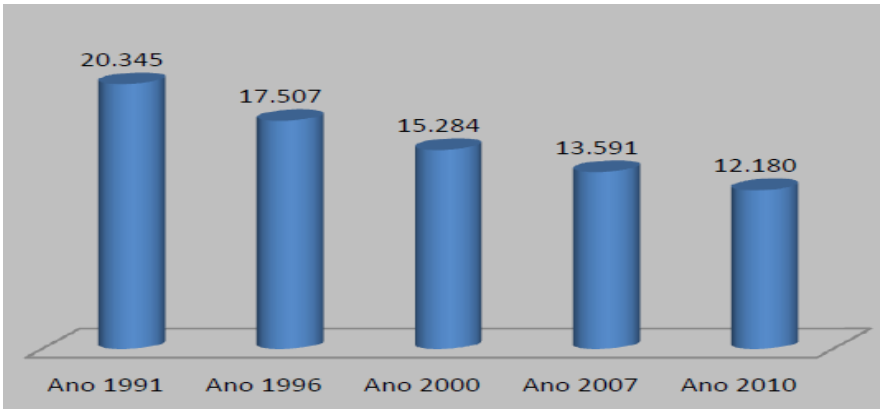
Por muitos anos, ouvi relatos dos meus pais e tios que frequentavam, como lazer aos fins de semana, “bailes” ou “tertúlias”, no centro da cidade, no conhecido clube dos diários e os passeios para “paqueras” se davam na Praça Pedro II, e no Teatro 4 de Setembro, onde os jovens se reuniam para conversar e socializar, situação que deixou de existir à medida em que o centro da cidade passou a não ser mais local de moradia.

Vê-se que, com as variadas modificações que houveram no centro da cidade, iniciou-se também um processo de modificação e deterioração dos espaços de sociabilidade existentes na área. O local antes polo de lazer e cultura, passa

então a ficar cada vez menos movimentado e perigoso, principalmente no período noturno e nos finais de semana. Também passou a ser estigmatizado como área de comércio da população pobre.

Veja-se que em 2010 a população do bairro Centro representava 1,6% da cidade de Teresina e ocupava a 15ª posição. Na última década a população reduziu 20,3%.

Gráfico 4 - População residente – 1991 a 2010.



Fonte: SEMPLAN, 2018.

Quadro 1 – Número de Domicílios (2000 – 2010)

ANO 2000		**ANO 2010**	
Número de domicílios	Média de moradores	Número de domicílios	Média de moradores
3.785	3,9	3.456	3,5

Fonte: SEMPLAN, 2018.

Em sua pesquisa sobre o processo de surgimento e desenvolvimento da Zona Leste de Teresina, Abreu (1983) traz importante descrição sobre os motivos que levaram aquela área ao desenvolvimento urbano, especialmente com a ocupação forte da elite da cidade. Em suas palavras a autora comenta:

> A Zona Leste de Teresina 'foi escolhida' para ser aquela que abrigaria a população de mais alto status, migrantes das áreas residenciais do centro antigo, por uma série de requisitos: amenidades, e principalmente por ser uma área cujos proprietários – grandes latifundiários urbanos – lotearam a terra, transferindo suas residências definitivamente para ali, o que permitiu às famílias residentes desfrutarem de amplos espaços; este fato atraiu vizinhança semelhante pois, os primeiros habitantes trouxeram consigo

> parentes e amigos de igual status sócio econômico [...] Considera também a importância dos corretores de imóveis, que cumprindo seu papel como agentes na organização/reorganização do espaço, apregoam através de agressiva propaganda transmitida pelos meios de comunicação, as qualidades da área. Com isto reforçam o aspecto ideológico do novo espaço urbano, tornando-o cada vez mais valorizado e, na medida de sua intensa procura, cada vez mais escassos e cotados com altos valores (ABREU, 1983, p.99-100).

Com a expansão emergente da Zona Leste e a migração de população de classe média/alta para lá, as formas de lazer acabaram também por se deslocar para a nova região. Ora, é natural e ciclíco, no sistema capitalista, que as classes dominantes, dotadas tanto do poder simbólico quanto o domínio sobre as demais, busque monopolizar o lazer para si, permitindo no máximo "migalhas" àqueles que vê como seus subordinados, ideia já idealizada por Marx e Engels (2005), onde a cidade é vista como: *"berço da burguesia e de sua ascensão revolucionária, a cidade é também o espaço onde se evidencia a exploração dos trabalhadores..."*

Houve na área agora considera como "nobre", a criação de toda uma estrutura mais refinada de lazer e entretenimento, a exemplo de restaurantes e *pubs,* clubes e etc. Portanto, a vida social e cultural dessa classe também se transfere do centro para zona leste, modificando para sempre o uso de espaços de sociabilidade do nosso centro.

O capital também se desenvolve e acompanha essa mudança sócio espacial, promovendo naquela nova área um estilo de comércio mais refinado e elitizado, apto a atender a exigêcia dos moradores da região, instalando-se naquela área lojas de grifes, joalherias, boutiques, brinquedos importados, concessionárias, supermercados, conveniências dentre outros, situadas principalmente nas Avenidas Nossa Senhora de Fátima, Homero Castelo Branco e João XXIII.

O processo de desvalorização do centro da cidade ganha novo gás quando, seguindo-se uma tendência mundial, surgem, no final dos anos 1990, dois Shopping Centers: Teresina Shopping Center e Riverside Walk, aumentando sobremaneira o impacto na atividade comercial do centro da capital. Posteriormente, já nos anos 2000, um terceiro shopping, Shopping Rio Poty, também se consolida, minando, ainda mais, as atividades comerciais do centro.

Figura 67 - Vista Aérea do Shopping Rio Poty



Fonte: João Brito Jr

Com a implantação dos *shoppings centers*, a região leste se transformou de vez em foco de atenção da população, consolidando-se agora não só como núcleo residencial, como comercial (ambos elitizados) da cidade, passando também a atrair empreendimentos imobiliários de alto *status* social. Lima (2016), relata que os espaços de concentração de edifícios residenciais e comerciais também se deslocam do centro para a Zona Leste e também agora para os bairros localizados nas imediações dos *shoppings centers.* Nesse sentido,

> [...] o centro comercial de Teresina no último quartel do século XX sofreu com o fenômeno do abandono enquanto área de moradia e habitação, principalmente pela elite que passou a preferir morar em bairros elitizados ou em áreas de alto *status* à exemplo das mansões, dos condomínios horizontais ou em edificação de condomínios verticais. Outros grupos de antigos moradores do centro, na tentativa de preservar o hábito de morarem espaçosos casarões, passaram a morar em grandes mansões na zona leste ou em sítios e chácaras na zona rural próxima da cidade de Teresina a exemplo das moradias estabelecidas no bairro Jóquei Clube, Fátima, São João, São Cristóvão ou nas estradas da “Cacimba Velha”, da “Usina Santana”, na Rodovia BR 343 na estrada Teresina a Altos e BR 316 na estrada Teresina a Demerval Lobão e nas rodovias estaduais, costumeiramente chamadas de PI’s, Teresina a União, Teresina a Jose de Freitas e Teresina a Nazária. (LIMA, 2016, p. 212).

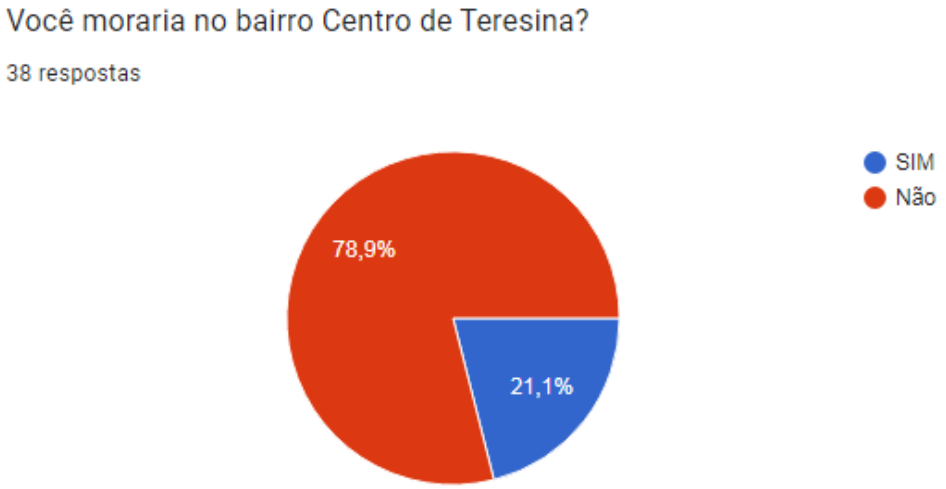
De tudo que se desenhou aos nossos olhos, podemos concluir que, além de não residirem mais no centro da cidade, a maior parte dos habitantes de classe média

ou classe média alta praticamente não circula mais no local, preferindo utilizar como local de compras os shoppings da cidade, ou polos comerciais constantes em seus próprios bairros. Segundo Façanha (1998) a segregação dos espaços da população de alto status da cidade acontece na zona leste:

> [...] a concentração da população de alto poder aquisitivo ocorreu na zona leste, mas especificamente na área próxima ao rio Poti. Atualmente é ali onde se dispõe a infraestrutura urbana de melhor qualidade, inclusive quanto à presença de equipamentos públicos, quando comparada ao restante do sistema. Os valores do solo urbano também são os mais elevados (FAÇANHA, 1998, p.04)

A análise dos nossos estudos propõe que o Centro de Teresina já foi um bom bairro para moradia no passado, entretanto, a pesquisa que desenvolvemos via Formulário Google demonstrou que atualmente 78,9% dos entrevistados não morariam no Centro de Teresina, a teor de 21,1% que responderam afirmativamente quanto a essa possibilidade, vejamos:

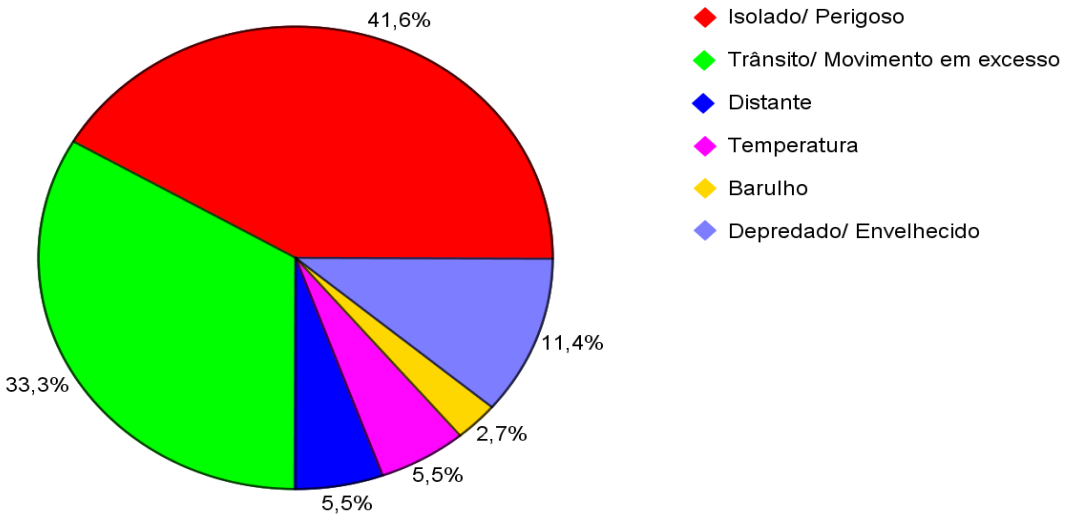
Gráfico 5 – Porcentagem de pessoas que morariam no Centro



Fonte: Autoria Própria (2022)

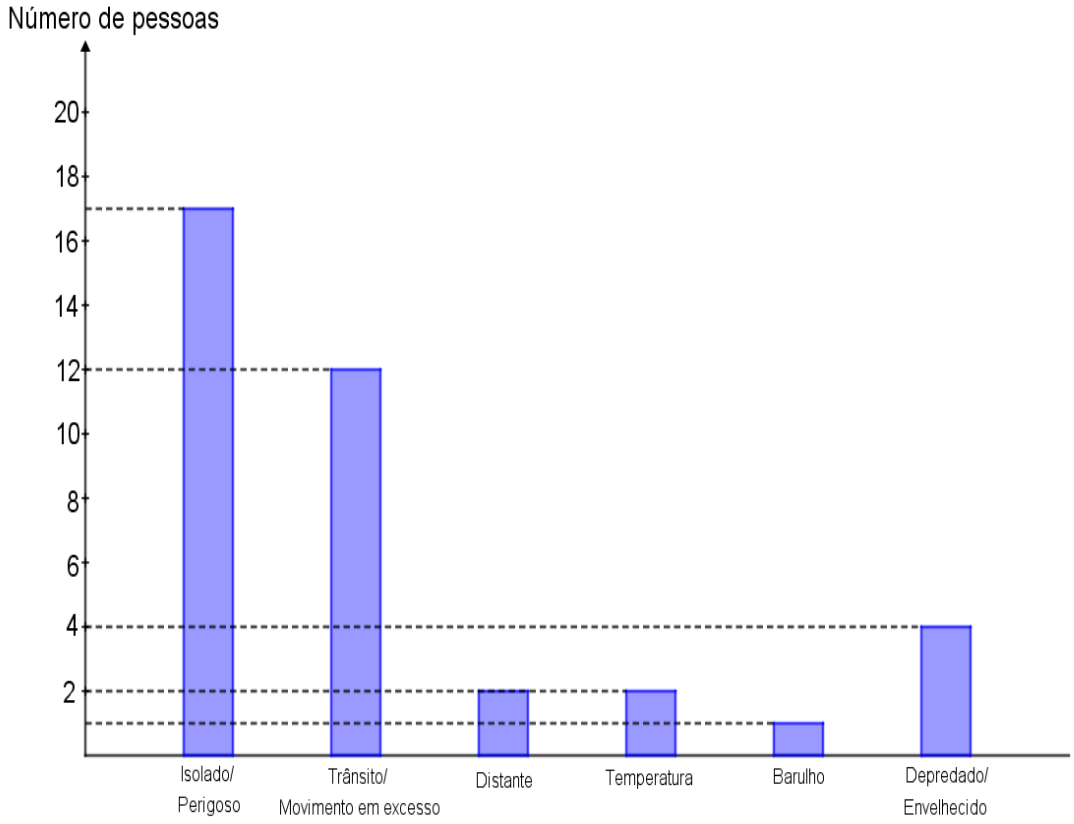
Quando questionado aos pesquisados os motivos de não desejarem morar no centro da cidade, as respostas variaram sobresaindo-se ser considerado o espaço deserto, perigoso, isolado e também pelo trânsito ruim e altas temperaturas, conforme verificamos no gráfico:

Gráfico 6 – Motivos aduzidos para não morar no Centro em porcentagem



Fonte: produzido pela Autora

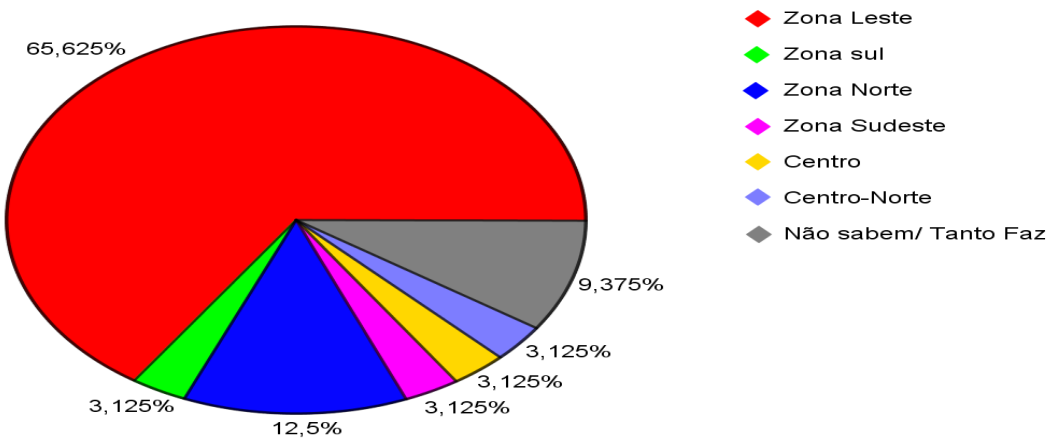
Gráfico 7 – Motivos aduzidos para não morar no Centro em nº de respostas



Fonte: Autoria Própria (2022)

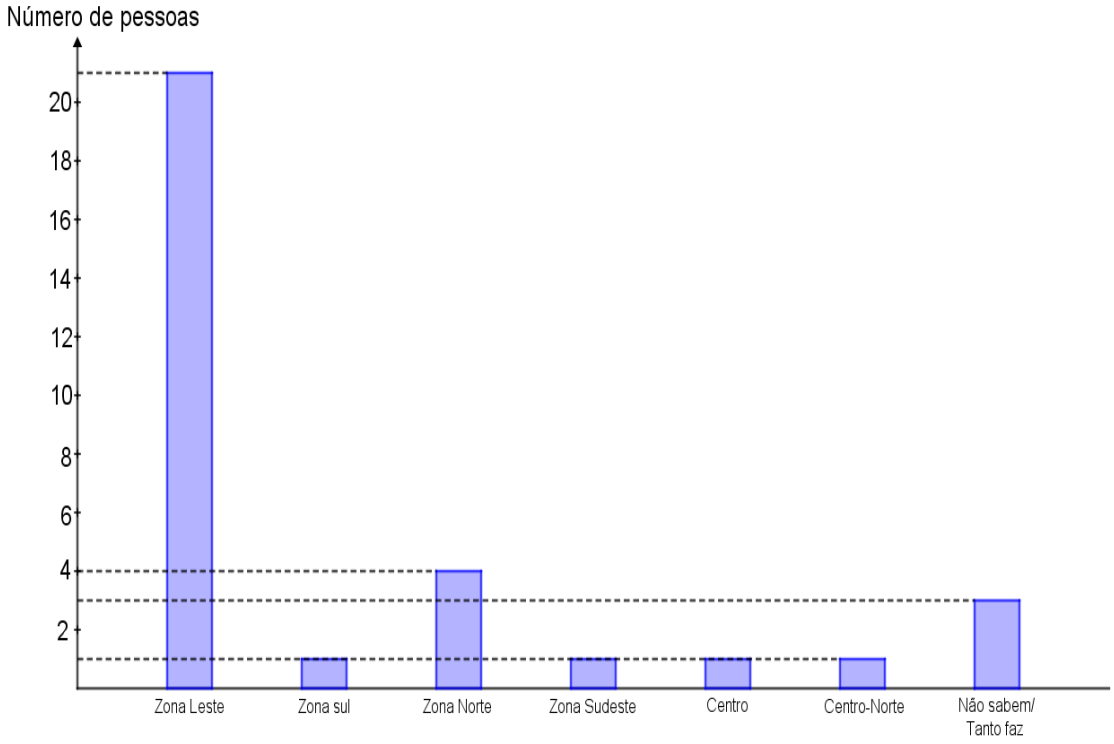
A Zona Leste foi o local mais citado, caso o pesquisado pudesse escolher outro bairro da cidade para morar, confirmando o que se mostrou ao longo de toda essa pesquisa, que com o crescimento e desenvolvimento espacial, social ou comercial, esta área destacou-se como “nobre” e desejada pela população, vejamos:

Gráfico 8 – Pessoas que gostariam de morar na Zona Leste em porcentagem



Fonte: Autoria Própria (2022)

Gráfico 9 – Pessoas que gostariam de morar na Zona Leste em nº de respostas



Fonte: Autoria Própria (2022)

Ao contrário da Zona Leste, que nasceu para ser Zona “Nobre” da capital, a zona sudeste nasce de uma visível divisão da zona leste marcada por processos de ocupações socioeconômicos distintos: A Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI), provida pelo Banco Nacional Habitacional (BNH), foi a principal responsável por promover a construção de vários conjuntos habitacionais periféricos que alargaram e transformaram o espaço urbano teresinense, bem como projetos comarcando o disparo do setor imobiliário popular, como o “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal. A força do capital age mais uma vez em Teresina para distinguir as camadas sociais, fazendo com que haja zonas especificas para habitantes de determinadas faixas econômicas.

> De fato, a ocupação da Região Sudeste de Teresina começa com a construção, em 1977 do Conjunto Habitacional Itararé I, com 3040 unidades habitacionais, durante o governo Dirceu Mendes Arcoverde. Posteriormente, em 1980 foi construído o Conjunto Habitacional Itararé II, com 4254 unidades habitacionais. Após a morte do ex-governador Dirceu Arcoverde, em sua homenagem, estes dois conjuntos foram designados, respectivamente de Dirceu Arcoverde I e II. Cabe destacar que, originariamente, esses dois conjuntos habitacionais tiveram como propósito abrigar funcionários públicos de baixa renda, moradores de áreas de riscos e de debaixo das pontes. Percebe-se, com isso, que o conteúdo social desta área, naquela época, caracterizava-se por estratos sociais de baixo poder econômico. Além disso, representava, também, um lugar distante do resto do tecido urbano, configurando uma dispersão urbana. Dessa maneira, estas características sociais refletem sobre a espacial, na forma de uma área desprovida de total infraestrutura naquela época (LIMA, 2011, p. 24).

Com a expansão do tecido urbano e o encarecimento das passagens de ônibus, cada vez mais, um grande contingente da população começa a realizar suas atividades de comércio em polos de seus próprios bairros, em especial os instalados na Zona Sudeste, que passaram a se organizar e se configurar como uma nova área de centralidade urbana (LIMA, 2011) desenvolvendo um forte comércio que passa a atender suas exigências e seu perfil de consumo, mas sem deixar de mencionar os centros comerciais dos bairros Parque Piauí, Mocambinho, Parque Wall Ferraz, Vila Bandeirante, Parque Uruguai, Planalto Uruguai e outros (Figura 45).

É cada vez mais evidente que o comércio tende a seguir a moradia e se instalar próximo as áreas residenciais, havendo o que já fora diagnosticado por Façanha: processo de descentralização das atividades comerciais, de serviço e industriais e formação dos núcleos secundários (1998, P. 3 e 4).

Nesse sentido, o aumento da cidade e a saturação da região central, fizeram também com que a cidade dispersasse seu núcleo comercial do Bairro Centro, em

sub centros ou núcleos secundários de comércios e serviços espalhados por esses novos bairros criados nas diversas zonas da cidade[62]. Áreas como a Avenida Centenária e Duque de Caxias, na região norte; João XXIII e Nossa Senhora de Fátima, na região leste; e Miguel Rosa e Barão de Gurgueia na região sul, passaram a atender as demandas comerciais de suas respectivas zonas (FAÇANHA, 2004).

Comprovação disso é que, recentemente, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojista publicou em seu site uma pesquisa denominada “Impactos da Mobilidade Urbana no Varejo” realizada com o número de 800 pessoas no período de 25 de fevereiro a 18 de março de 2022, demonstrando que as pessoas ainda preferem não se deslocar a outros bairros para realizar suas compras, dando preferência ao comércio próximo de suas casas. Em tempos de explosão das compras on-line, realizadas de forma totalmente virtual, a citada pesquisa concluiu que 77% (setenta e sete por cento) das pessoas entrevistadas ainda preferem comprar próximo de casa (CNDL, 2022).

Conjugando-se as duas pesquisas, concluímos que as pessoas (principalmente as de classe média/alta), já não se interessam mais por residir na zona central da nossa capital e, quanto a fazer compras, preferencialmente, de maneira presencial, embora ainda seja a opção majoritária, coube ao comércio secundário que se instalou acompanhado os moradores em seus bairros ou zonas, e tornou-se amplamente capaz de suprir aos anseios dos consumidores.

Somados a todos esses fatores ainda enfrentamos nos últimos três anos (desde o final de 2019), uma situação de grave crise sanitária e humanitária gerada pela pandemia de COVID – 19, provocada pelo vírus denominado SARS-CoV-2, sendo declarada pela OMS a pandemia da doença, em 11 de março de 2020. Tal pandemia afetou sobremaneira não só a saúde de toda a população mundial, causando um elevado número de mortes, como também trouxe graves prejuízos à economia, afetadas de diferentes formas a depender da configuração de sua estrutura produtiva.

---

[62] Ademais, como apontam Oliveira e Costa (2016, p. 68) outros subcentros se constituíram em Teresina, haja vista que “[...] as atividades comerciais concentradas no centro da cidade exigem que a população realize um deslocamento até essa região central para poder adquirir mercadorias para consumo direto, tendo assim que lidar com as limitações dos sistemas de transporte público, das vias de circulação e sua capacidade de tráfego cada vez mais comprometida, tornando tais deslocamentos cada dia mais problemáticos. A deficiência no sistema de transporte coletivo, na maior parte das regiões da cidade, apresenta-se como um dos complicadores para a manutenção da concentração de atividades comerciais no centro tradicional, uma vez que boa parte da cidade sofre com a reduzida quantidade e qualidade da oferta de serviços de transporte”.

Sabemos que em razão do avanço da COVID-19 no nosso Estado, todas as atividades comerciais não essenciais foram suspensas por um prazo razoável, afim de evitar a propagação do vírus na população o que contribuiu sobremaneira para o agravamento ainda maior da crise no comércio do centro de Teresina. O Shopping da Cidade, a título de exemplo, permaneceu fechado de Março (com a edição do decreto estadual nº 18.884 de 16/03/20) que determinou o isolamento social na capital) a 11 de agosto de 2020, data marcada para o retorno de suas atividades, ainda que de forma gradual e em sistema de rodízios.

Figura 68 – Casarão na Avenida Antonino Freire



Fonte: Acervo da Autora (2022)

Figura 69- - Casarão na Avenida Antonino Freire



Fonte: Acervo da Autora (2022)

Ainda que o ritmo das atividades comerciais tenham voltado aos horários anteriormente praticados (pré-pandemia), verificamos que não houve “fôlego”, ou mesmo condições de segurança para que os comerciantes que lá se encontram estabelecidos voltarem a praticar suas vendas como anteriormente.

Nesse sentido foi o depoimento de comerciante instalada em banca de revista na Avenida Antonino Freire: “abro agora somente o período da manhã e encerro o trabalho agora as 15hrs, porque depois desse horário a situação do centro é de abandono”. Houve ainda comerciante instalado no Centro de Artesanato Mestre Dezinho, localizado na Praça Pedro II que relatou: “temos aqui agora lojas que não abrem todo os dias ou não abrem a tarde”

Com base em tudo que fora exposto e coletado ao longo de toda nossa pesquisa, passaremos agora à nossa conclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa possuiu não só um viés analisado sob a pespectiva social ou histórica, assumindo por vezes, interpretações de processos ocorridos a nível econômico, político e geográfico que foram de extrema relevância no processo de constituição inicial e desenvolvimento do espaço urbano de Teresina, o que nos permitiu tecer algumas considerações finais e reflexões esclarecedoras, embora conscientes da impossibilidade de esgotar a temática.

Diante do necessário redesenho do objeto de pesquisa em função da COVID-19 como citado ao longo de nossa pesquisa, passei a buscar entender de que forma o capital influenciou na tessitura, no desenvolvimento, no apogeu e no declínio do Centro de Teresina. Em que pese não ter sido a escolha inicial dessa pesquisadora, passei então a investigar pistas que esclarecessem as razões pelo qual famílias inteiras predominantemente de classe média/alta da sociedade teresinense migrou para o outro lado do Rio Poti, a chamada Zona Leste, e na contramão, os motivos que levaram ao então esvaziamento do Centro da cidade, antes local de prestígio, moradia e poder.

Para se chegar às respostas destes questionamentos, inicialmente esta pesquisadora buscou compreender sociologicamente como nasce e se desenvolve uma cidade, e no caso específico de Teresina, quais elementos determinaram sua origem (de forma planejada) que se deu a partir do Centro, buscando entender como era composta a sociedade que viria a habitar o espaço físico estudado. Era necessário conhecer como se davam os processos e interações sociais que influenciavam aquela aglomeração de pessoas, além de uma pesquisa pelos caminhos que o capital e seus meios de produção influenciaram ou diga-se, interferiram substancialmente no desenvolvimento urbano da cidade.

Partindo-se inicialmente de uma abordagem sociológica, descobrimos que renomados autores clássicos foram de extrema importância para a compreensão do tema, agora estudado. Durkheim, Weber e Marx nos mergulharam (cada um à sua maneira) na compreensão de como nascem e se desenvolvem as cidades. O primeiro capítulo buscou então entender o conceito de “cidade” relacionando-a com a Sociologia, de modo a perceber como a disciplina passou a estudar este objeto, que por muito tempo foi categoria quase exclusiva da Geografia.

Posteriormente, o capítulo nos remeteu à contribuição importantíssima que a Escola de Chicago deu para a denominada Sociologia Urbana, na qual encontra-se baseado a nossa pesquisa. Sua vigorosa contribuição, sem dúvidas, como sublinha Park (1967) foi apresentar a cidade como uma entidade social. Além de tudo isso, a Escola de Chicago ainda "ressaltou a necessidade de aproximação do objeto, com a introdução das variações do espaço urbano em toda sua capacidade explicativa das relações sociais" (FRANÇA, 2019, p. 8).

Em que pese sua valiosíssima contribuição para contribuição sociológica das cidades, a Escola de Chicago sofreu duras críticas, principalmente vindas dos autores da corrente Marxista. Para Sant'Anna (2003) na visão dos sociólogos franceses que encabeçaram as críticas à primeira geração da sociologia urbana, a categoria cidade deveria ser percebida enquanto espaço socialmente produzido, apropriando-se de diferentes configurações conforme os diferentes modos de organização socioeconômica e de controle político. Com isso, dá-se ênfase à influência entre as relações de produção, consumo, troca e poder.

Dos estudos significativos para a construção teórica da sociologia urbana, a denominada "teoria da urbanização na periferia do capitalismo" (ARANTES, 2009, p. 103), que estudava o contexto urbano da América Latina foi de primordial importância para entendermos o contexto socioeconômico vivido naqueles países, nos demonstrando que as heterogeneidades estruturais passaram a refletir na construção das cidades. Não menos importante foi a contribuição nos estudos das cidades latino-americanas de Manuel Castells, que dentre outras reflexões propostas, nos inseriu na concepção do acelerado crescimento das cidades latino-americanas, o que se chamou de "inchaço urbano". Notou-se que o desenvolvimento industrial e a urbanização naqueles países vieram seguidas de intensas desigualdades, criando definições claras da estratificação social definidoras de áreas urbanas periféricas (CASTELLS, 1973).

Concluímos no primeiro capítulo que o Brasil seguiu o contexto da América Latina e manifestou um acentuado crescimento urbano na segunda metade do século XX, promovido principalmente pelo movimento de migração do campo para a cidade. O crescimento urbano desordenado levou a saturação de grandes cidades do centro-sul do país e a uma série de problemas de âmbito social, ambiental, imobiliário, entre outros. No caso de Teresina percebemos como os diversos fatores políticos, sociais e econômicos influenciaram na tessitura de sua malha urbana e, da mesma forma das

cidades do centro-sul, o inchaço urbano acabou por promover problemas estruturais e sociais.

Já o Capítulo 2 da nossa pesquisa trouxe conclusões de como ocorreram os processos constitutivos do espaço social de Teresina, buscando compreender a morfologia do tecido urbano da capital piauiense, direcionado sempre em razão dos interesses do capital. O objetivo do capítulo era desvendar a gênese da capital na metade do século XIX desde seu desenvolvimento inicial, passando pelo seu centenário e por sua expansão para outros setores e limites nos sentidos Norte e Sul, e a partir de 1970, para a região Leste. Essa análise nos revelou o porquê deste arranjo estrutural da cidade, mostrando como os bairros se desenvolveram, bem como a dinâmica entre os lugares de comércio e moradia, mostrando que o processo de tessitura da cidade é imanente ao processo de reprodução da vida social.

Ora, descobrimos que embora as cidades já tenham sido pensadas apenas como uma representação estática (um mapa informativo de ruas e lugares), ignorando-se seus significados e práticas sociais que lhe dão forma e conteúdo (CARLOS, 2007), há nessa perspectiva uma redução do sentido atribuído à urbe, como simples reprodução do capital ou da dominação do Estado, esvaziada de sentidos sociais que levem em conta a dinâmica humana e as relações de poderes dentro da estrutura social. Todavia, uma análise que se busque entender com profundidade e clareza a totalidade do território urbano e as formas pelas quais há sua constituição, passa necessariamente pela concepção de que é inadmissível a separação entre sujeito e espaço (SANTOS, 2000).

Há, portanto, uma relação umbilical na gênese de Teresina, que coloca a cidade e o comércio em uma conexão de origem e desenvolvimento. Essa relação se deu primordialmente através do Rio Parnaíba que possibilitou a urbanização e o desenvolvimento da cidade. Segundo aponta Rossi (1995) toda a constituição de uma cidade, seja ela espontânea ou planejada, sempre se dá conforme um elemento indutor. Em relação a Teresina esse elemento indutor foi o Rio Parnaíba.

Teresina, cuja fundação ocorreu em 1852, a exemplo do que naturalmente ocorre no surgimento das cidades, tem seu início pelo Centro, que passa a possuir não só uma localização privilegiada como também um aspecto simbólico e social de grande importância. A Sociologia Urbana nos remete que a importância do Centro, vai muito além de sua localização privilegiada na cartografia de uma cidade.

Quanto à morfologia da cidade, enquanto inserida em um contexto capitalista, percebemos profundas transformações com a chegada das fábricas em Teresina, sobretudo entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. O surgimento dessas indústrias causaram mudanças no formato da cidade a exemplo da criação de novos bairros que serviriam para abrigar seus operários, como o Núcleo Urbano Santana e o Bairro Vila Operária. Concluímos que não só o Poder Público fora um agente de transformação urbana da cidade nos seus primeiros anos como também houveram significativas modificações da malha urbana teresinense promovidas pelo setor industrial.

Outra transformação significativa ocorrida na malha urbana de Teresina se deu com a expansão da cidade para o Leste, buscando alcançar o Rio Poti, impulsionada pela implantação da Estrada Real devido aos feitos de Frei Serafim (Lima, 2002). Com o início da construção da Igreja São Benedito em 1874, foi necessária a construção também de uma via que ligasse o Auto da Jurubeba as margens do Rio Poti, para as extração dos recursos necessários. De início fez-se uma estrada carroçável para o transporte dos materiais de construção da Igreja denominada Estrada Real, posteriormente denominada Avenida Getúlio Vargas e depois a nossa conhecida Avenida Frei Serafim (Matos, 2011).

Após a apresentação de alguma mudanças na morfologia da cidade ao longo dos anos, o Capítulo 2 da nossa pesquisa, nos permitiu concluir que o desenho atual do perímetro urbano resulta de sucessivas alterações ao longo dos 170 anos de história da cidade. Grande parte destas mudanças na malha urbana se deram pela demanda de habitação de interesse social, mas também se reconhece um importante movimento de busca de áreas periféricas para a produção de condomínios de luxo. Embora o nascimento da cidade tenha se dado de forma planejada, o que se demonstrou foi que seu desenvolvimento, principalmente a partir da metade do século XX, se deu de forma fragmentada e irregular.

O Capítulo 3 nos permitiu observar que a importância do Centro vai bem além de sua localização privilegiada na cartografia da cidade, sendo este o bairro por onde se iniciou a cidade de Teresina, e por onde, a exemplo de outros lugares, ocorreu a formação do restante do assentamento urbano. Ocorre que, com a explosão do contigente populacional promovida pelo êxodo migratório no sentido campo-cidade em busca de melhores condições de trabalho e vida, o capital financeiro passa a se concentrar cada vez mais nesse espaço urbano, moldando as relações de poder na

estrutura que constitui a cidade, desenhando seu perímetro e influenciando diretamente na dinâmica de seu cotidiano social.

No último capítulo o esforço dessa pesquisadora se voltou a enfrentar o desafio elementar da pesquisa que consistia em desvendar o porquê o Centro de Teresina, que outrora representou um espaço de prestígio e poder, passa a ser local desabitado, considerado impróprio para moradia por grande parcela da população e marginalizado. Para tanto, no intuito de entender a dinâmica em que se deu o auge e declínio do bairro Centro da capital ao longo dos anos passamos necessariamente pela compreensão não só do crescimento geográfico da cidade, como também das dinâmicas sociais que ali existiram.

A análise deste capítulo se deu em três etapas que consistiram em inicialmente mostrar a existência harmônica de moradia e comércio na região central de Teresina, observando os atores sociais desta primeira cidade brasileira planejada como capital. Já na segunda etapa, percebemos que houve o início da transformação do Centro em região apenas de comércio, atentando-se para o espraiamento da malha urbana ao longo do Rio Parnaíba, as relações entre Teresina e Timon, e como o capital e o próprio Estado forçaram a divisão da cidade entre locais de moradia e locais de trabalho. A última etapa nos demonstrou o processo de desabitação do Centro teresinense, com o movimento populacional que se deu para outras regiões da cidade, e como essas novas regiões também passaram a constituir os seus próprios centros comerciais, o que Alves (2015) chama de “centralidades secundárias”.

O planejamento urbano de Teresina, nos interesses e sobre a influência do capital, acabou por ser traçado no sentido de direcionamento e segregação das classes sociais. Nesse sentido, as camadas consideradas como de “baixa renda” foram levadas a ocupar a Zona Sul da cidade, com a criação de grandes conjuntos populares e no sentido reverso, as classes de alto poder aquisitivo, em direção à Zona Leste. Seguindo o contigente populacional que se afastou do Centro da cidade e evidenciando ainda mais a divisão de classes, na área ocupada pela população abastada se desenvolveu um comércio elitizado, apto a atender os interesses capitalistas que não aceitavam mais dividir seu local de moradia com as classes menos favorecidas, como buscavam não atravessar mais o Rio Poti para suprir suas necessidades de compras.

Os subcentros (Villaça, 1998), passam então a atender a parcela da população dos grandes bairros da cidade, com aglomerações diversificadas de comércio e

serviços, onde destacamos o pólo que originou-se na Zona Sudeste, (desmembrada da Zona Leste) e que desenvolveu ao longo dos anos um comércio diversificado, contendo quase a totalidade de serviços e filiais das principais lojas de varejo presentes na capital.

Nossa pesquisa demonstrou que o Centro de Teresina foi o ponto de nascimento da cidade, passou pelo seu apogeu e declínio, e embora nos tempos remotos tenha sendo considerado um bom bairro para moradia, hodiernamente não é mais visto com bons olhos por grande parcela da população.

Nossa entrevista realizada via Formulário Google nos possibilitou chegar em tais conclusões posto que, atualmente 78,9% dos entrevistados não morariam no Centro de Teresina, a teor de 21,1% que responderam afirmativamente quanto a essa possibilidade. Nesse sentido o Centro de Teresina, espaço antes considerado de prestígio e poder, local de moradia, lazer e comércio, hoje tornou-se um espaço deserto, perigoso, isolado, com trânsito ruim e altas temperaturas.

Com base ainda nas argumentações e análises expostas ao longo da nossa pesquisa, concluímos que o capital foi um agente tranformador de toda a malha urbana de Teresina, desde o seu nascimento até os dias atuais. Isso porque em conjunto com as demais condições geográficas, sociais, políticas e históricas, a cidade foi se moldando de acordo com os seus interesses, promovendo a olhos vistos uma segregação das diferentes classes que compõe a sociedade teresinense.

A segregação promovida pelo capital (Villaça, 2012) é aquela facilmente identificada ao se observar que em determinado espaço urbano, as diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar em diferentes regiões, ou em bairros distintos.

No caso de Teresina, o Centro tornou-se durante a fase inicial de urbanização da cidade, uma área densamente povoada e a primeira a constar com alguma infraestrutura e serviços, o que lhe promoveu à condição de área nobre da cidade, com uma supervalorização imobiliária. Assim, àquela época, apenas a classe média/alta detinha condições de habitar e/ou frequentar aquele espaço, enquanto as pessoas de classe média/baixa eram obrigadas a morar nas zonas periféricas, longe das melhores condições de moradia e infraestrura.

Podemos então concluir que o capital possui dispositivos que o permitem se reinventar, se retroalimentado e assim garantindo sua sobrevivência frente às

mudanças que a configuração morfológica da cidade de Teresina assumiu ao longo do desenvolvimento de sua malha urbana.

Por fim, proclamamos como resultado dos nossos estudos que o capital, para se manter vivo e atendendo aos seus próprios interesses vai reforçando as desigualdades e segregando cada vez mais as classes sociais, criando uma configuração socioespacial na qual as pessoas menos favorecidas economicamente são empurradas para a periferia da cidade e, na contramão, aquela parcela da população que possui os meios de produção, sendo as mais abastadas, são também as que detém mais acesso às melhores moradias, aos melhores serviços e até mesmo às melhores políticas pública.

REFERÊNCIAS

ABREU, Irlane Gonçalves de. **O Crescimento da Zona Leste de Teresina**: um caso de segregação? (Dissertação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.

ABREU, Irlane Gonçalves de. LIMA, Iracilde Maria de Mura Fé. **Igreja do Amparo**: O marco zero de Teresina. Cadernos de Teresina, ano XII, n. 32, p.15-25, out. 2000.

ALVES, Glória. **Transformações e resistências nos centros urbanos.** In: CARLOS, Ana Fani Alessan. (org.). *Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.

ANDRADE, Andreia Rodrigues. **A estruturação urbana de Teresina e seus primeiros prédios públicos**. In: Anais do XII Encontro nacional de História Oral. Associação brasileira de História Oral. Universidade Federal do Piauí, 2014.

ARANTES, Pedro Fiori. Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. N**ovos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 83, p. 103-127, Mar. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 set. 2020.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno**. Cotidiano e Pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce; CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Urbanização, marginalidade e dependência: Manuel Castells e Aníbal Quijano entre Europa e América Latina (1950-1970). In: XIII Congresso Internacional do Conselho Europeu de Pesquisas Sociais em América Latina (CEISAL) - Salamanca-Espanha, 2016. **Anais**... Salamanca-Espanha, 2016.

BLAY, Eva Alterman. Tendências Atuais da Sociologia Urbana no Brasil. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, n. 15, p. 61-77, 1974. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69849/72508. Acesso em 20 ago. 2020.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **De Vargas a Collor**: urbanização e política habitacional no Brasil. Espaço Plural, ano VIII, n. 17, p.66-72, 2007.

BRAZ E SILVA, Ângela Martins Napoleão. **Entre rios:** a modernização e o crescimento da cidade de Teresina (1889- 1940). 2011. 403 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BUENO, Pedro Henrique de Carvalho; LIMA, Antônia Jesuíta de. (Re)estruturação urbana de Teresina (PI): uma análise de suas dinâmicas recentes. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Vol. 16 N. 109, jul./dez. 2015.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **Imperialismo y urbanización em América Latina**. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

CASTELLS, Manuel BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**. CEBRAP N.º 45, julho 1996. (pp.152-166)

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAVES, M. Obra Completa. **Teresina:** Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. Como nasceu Teresina. **Cadernos Históricos**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

CHAVES, Monsenhor. **Obras Completas.** Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves. Teresina, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES LOJISTAS – CNDL. **Impactos da Mobilidade Urbana no Varejo**. CDLs: Brasília. 2022. Disponível em: https://cdls.org.br/8-em-cada-10-brasileiros-fazem-a-maior-parte-das-compras-perto-de-casa-aponta-cndl-spc-brasil/. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

CUNHA, João Marcos Pinto da. Migração e Urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 3-20, ou. /dez., 2005.

DIAS, Michel Aires de Souza. **Pierre Bourdieu:** espaço social e a construção da nossa visão de mundo. 2017. Disponível em: https://filosofonet.wordpress.com/2017/04/10/pierre-bourdieu-espaco-social-e-a-construcao-da-nossa-visao-de-mundo/. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

DIÁRIO OFICIAL. **A autenticidade dos pontos de referência que não existem mais** http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario/201308/DIARIO19_827912c406.pdf. Acesso em 18.nov.22

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Tradução de. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

EUFRÁSIO, Mario A. A formação da Escola Sociológica de Chicago. **Plural**. São Paulo, USP, v. 2, n.1, p. 37-60, 1995.

FAÇANHA, Antônio Cardoso**. A Evolução Urbana de Teresina: Agentes, Processos e Formas Espaciais da Cidade.** Recife, 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... **CEPRO**, Teresina, v. 22, n. 1, p.59-69, jan./jun., 2003.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **Desmitificando a geografia**: espaço, tempo e imagens. Teresina: EDUFPI, 2004.

FRANÇA, Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França. **Da teoria urbana ao regime urbano:** contribuições como teoria e como método para interpretar as relações de poder interativas na cidade. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2019.

GANDARA, Gercinair Silvério. Conhecimento histórico e diálogo social *in* **XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**. Natal: ANPUA BRASIL, p. 1. 22 a 26 de jul. de 2013.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba — Cidades-Beira**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: Acessado em: 28 de jul. de 2022.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Teresina**: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. História (São Paulo) v.30, n.1, p.90-113, jan./jun. 2011.

GONÇALVES, Cleber Augusto; MELO, Victor Andrade de. Lazer e urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970). **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 249-271, 2009.

GUIMARÃES, Leandro da Silva. O modelo de urbanização brasileiro: notas gerais. **GeoTextos**, v. 12, n. 1, p. 13-35, jul. 2016.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de. Urbanização Brasileira: Um Olhar Pelos Interstícios Das Configurações Espaciais Seletivas. In: FREITAS, Nilson Almino *et al*. **Múltiplos Olhares Sobre A Cidade e o Urbano:** Sobral E Região Em Foco. 1ed. Sobral: Ed. UECE, p. 253-272, 2010.

IMBROISI, Margaret; MARTINS, Simone. Art Nouveau**. História das Artes,** 2022. Disponível em: <https://www.historiadasartes.com/nomundo/arte-seculo-20/art-noveau/>. Acesso em 17 Nov. 2022.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. 4 ed. Teresina: Oficina da Palavra, 2004.

KOZEN, Lucas Pizzolatto. A mudança de paradigma em sociologia urbana: do paradigma ecológico ao socioespacial. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 45, n. 1, p. 79-99, abr. 2011.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro Editora, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEMOS, Tiago Castro. A propósito da produção do território: Sociologia urbana e relações de poder na estruturação. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXIII, p. 51-70, 2012.

LIMA, Antonia Jesuíta de. **Favela Cohebe**: Uma História de Luta por Habitação Popular, Teresina: EDUFPI, Recife: Bagaço, 2010.

LIMA, Iracilde M de Moura Fé. Teresina: Urbanização e Meio Ambiente. **Scientia et Spesl**, Revista do Instituto Camilo Filho, Teresina: v.1, n.2, (2002), Cap. 09, p.181-206, 2002.

LIMA, Jurandir Gonçalves de. **Memórias afetivas de Teresina**: tensões entre tradição e modernidade no processo de modernização da cidade (1970-2000) 358f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2016.

LIMA, Paulo Henrique Gomes de**. A ocorrência de Policentralidade em Teresina-PI:** a formação do subcentro na região sudeste. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2011.

LIMA, Maísa Veloso Rio; BRUNA, Gilda Colet. Teresina, Piauí: Da paisagem verde aos dias de hoje. **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 160-181, nov./dez. 2017.

LIMA, Silvia Maria Santana Andrade; LOPES, Wilza Gomes Reis; FAÇANHA, Antônio Cardoso. Urbanização e crescimento populacional: reflexões sobre a cidade de Teresina, Piauí. **Gaia Scientia**, v. 11, n. 1, p.31-51, 2017.

LIMA, Silvia Maria Santana Andrade; LOPES, Wilza Gomes Reis; FACANHA, Antônio Cardoso. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 11, e20180037, 2019 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692019000100253&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 jul. 2020.

LIMA, Solimar Oliveira; SANTOS, José Maurício M. dos. Classe Trabalhadora e Espaço Urbano: o surgimento do bairro Vila Operária em Teresina–Piauí (1928-1950). **Informe Econômico.** Ano 16, n.33, 2014. Teresina: UFPI, p. 23-27.

LOPES, W. G. R. et al. A Paisagem Urbana e o Sistema de Espaços Livres da Cidade de Teresina, Piauí. Anais. **VI Colóquio da Pesquisa QUAPA-SEL**. São Paulo, v.1, p.1-15, 2011.

LOTUS. **Revisão e atualização do Plano Diretor do município de Teresina-PI**: leitura técnica. Teresina 2017.

MATOS, M. Avenida Frei Serafim: lembranças de um tempo que não acaba, Alínea, Teresina, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Volume 1, livros I e II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo Perspec**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, Oct. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 set. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl**. Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: o processo de produção do capital. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MEDEIROS, Sandra Batista; MATOS, Karenina Cardoso; LOPES, Wilza Gomes Reis. Análise dos traçados do perímetro urbano de Teresina, Piauí, Brasil. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 8, n.18, p.190-210, 2018.

MELO, Alcília A. de A. **A revitalização do centro de Teresina.** Scientia et Spes, Instituto Camilo Filho, Teresina, ano 1, n. 2, p. 35-48, 2002.

MELO, Constance de Carvalho Correia Jacob; BRUNA, Gilda Collet. **Desenvolvimento urbano e regional de Teresina, Piauí, Brasil e sua importância no atual quadro de influência na rede urbana regional no Brasil.** In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE, 1, CONGRESSO LUSÓFONO DE CIÊNCIA REGIONAL, 2, 2009, Cidade da Praia, Cabo Verde. Cidade da Praia: UniPiaget, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Parque da Cidadania é inaugurado em Teresina.** Disponível: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/parque-da-cidadania-e-inaugurado-em-teresina ACESSO EM 18/11/2022. Acesso em: 20.ago.2022.

MONTEIRO, Lindolfo do Rêgo. **Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro referente ao exercício de 1939**. Teresina: Tipografia Popular, 1941.

MONTE, Regianny Lima. "Teresina: Cidade do Futuro: novas espacialidades e sociabilidades com a inserção dos shoppings center e condomínios fechados (1990-2010). **Equador** – revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí, v. 05, n. 3, edição especial 02, p. 03-24, 2016.

MONTE, Regianny Lima**. (Res)significando a cidade: o projeto de revitalização do centro de Teresina (1990-2010**). VIII Simpósio nacional de História Cultural. Universidade Federal do Tocantins, 2016.

MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)**. 369f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação

em Arquitetura e Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2016.

MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. A Cidade de Teresina. In: **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, ano 31, n.230, p.3-185, setembro/outubro, 1972.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo***:* modernização e violência policial em Teresina – (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015.

NASCIMENTO NETO, José Ribeiro do. Teresina (Piauí - Brasil) sob contexto de um bairro: expansão, modernização e origem do bairro Macaúba (1939-1957). **Rev. His. UEG – Anápolis**, v. 4, n. 1, p. 148-171, jan./jun., 2015.

NEVES, J.L. **Pesquisa Qualitativa:** características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração, v.1, n.3., 1996.

NUNES, Brasilmar Ferreira. As ciências sociais e a cidade. **Soc. e Cult**., Goiânia, v. 15, n. 2 p. 443-446, jul./dez., 2012.

OLIVEIRA, Milena Fernandes. A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina: uma primeira aproximação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n 2, p. 167-184, nov. 2014.

OLIVEIRA, Poliana Santos Ferraz de; COSTA, Carlos Rerisson Rocha da. A atividade comercial e a constituição do Mocambinho como nova centralidade urbana em Teresina-PI. **Revista Geografia e Interdisciplinaridade**. Grajaú/MA, v.2, n.7, p.61-79, set./dez., 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Antunes Dantas de; SILVA, Érica Tavares da. Dinâmica demografia e urbanização no Brasil: expressões atuais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, **Caderno de Geografia**, v. 25, n. 44, p. 27-48, 2015.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 25-66, 1967.

PEREIMA, João Basílio. **XXI**: o século das cidades no Brasil. Biblioteca Digital: BNDES, 2014.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Um breve comentário sobre a Sociologia urbana da Max Weber. **Sociabilidades Urbanas** – Revista de Antropologia e Sociologia, v.2, n.5, p. 39-54, julho de 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidades urbanas. **Revista Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.

QUEIROZ, Teresinha. **História, literatura, sociabilidade**. Teresina: FCMC/HALLEY 1998.

QUIJANO, Aníbal. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In: ALMEIDA, Fernando Lopes (org**.). A questão urbana na América Latina**. Rio de Janeiro: Forense, 1978a, p. 9-60.

QUIJANO, A. La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. In: CASTELLS, M. (Org.). **Imperialismo y urbanización en América Latina. Barcelona:** Gustavo Gili, (1971) 1973, p. 141-166.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, Luiz. **Populações "marginais"**. São Paulo: Duas Cidades, 1978b. p. 11-72.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, p. 144. 1993.

RAMOS, Edivaldo Fernandes. A cidade pensada teoricamente. **Caderno de Geografia**, v. 25, n. 44, p. 301-311, 2015.

REIS FILHO, Gourlat. **Evolução urbana do Brasil** (1500-1720). São Paulo: Pioneira, 1968.

RESENDE, Samuel Carvalho. **Os planos de urbanização de Teresina e a Agenda 2015**. 218f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2013.

RIBEIRO, L. C. de Q.; LAGO, L. C. do. Dinâmica metropolitana e os novos padrões de desigualdade social. **São Paulo em Perspectiva**, n.9, 1995.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. **Revista Rio de Janeiro**, n. 9, p.91-99, jan./abr.2003.

SANTOS, Cinéas. Hino de Teresina. **Teresina.** PMT. 2002. Disponível em: http://www.teresina.pi.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço***.* São Paulo: Edusp, 2000.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In:* SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura**. Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, p. 15-20, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Adélia Aparecida. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6º ed. Rio de Janeiro: Editora: Record, 2004.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 2ª ed. Rev. At. 2ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores, 1997, 421p.

SILVA, Edson Jacinto da. **Loteamento Urbano**. Leme: Mizuno, 2014.

SILVA, Gracielly Portela da. **Expansão do espaço urbano recente de Teresina (PI):** uma análise do setor habitacional. 115f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, Pedra e Barro na capitania de São José do Piauhy**. Belo Horizonte: Ed do Autor, 2007.

SILVEIRA, Thiago Coelho. **Nos rastros de Gil Martins**: comércio, política e industrialização na Primeira República brasileira (1889-1930). 341 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo, 2019.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida urbana. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOUSA, António Miguel Lopes de. Para os estudos e práticas urbanas, um olhar sobre Max Weber. **Ponto-e-vírgula**, n. 7, p. 109-126, 2010.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **GUILHERME MÜLLER e a invenção visual de Teresina.** Teresina: Livraria e Editora Nova Aliança, 2017.

STAMM, Cristiano; STADUTO, Jefferson Andronio Raimundo; LIMA, Jandir Ferreira de; WADI, Yonissa Marmitt. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 251-265, jul./dez. 2013.

TEIXEIRA, Marina Lages Gonçalves; CORREIA, Telma de Barros. Teresina (PI): a capital planejada e sua indústria (1850-1920). **Labor & Engenho**, Campinas (SP) Brasil, v. 12, n. 3, p. 359-377, jul./set., 2018.

TEIXEIRA, Mariana Lages Gonçalves. **Teresina (1890-1920):** arquitetura, indústria e ferrovia. 240p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

TERESINA. **Plano Estrutural de Teresina**, 1977.

TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaço e Debates,** São Paulo, Ano VIII, v. 1, n. 23, p. 05-30, 1988.

VARES, Sidnei Ferreira de. Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica em Émile Durkheim: dois conceitos e um dilema. **Mediações** – Revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 2, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/17317. Acesso em 17 ago. 2020.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, 1998.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UNB, 1999.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ANEXO A. Dados e Tabelas.

Dados Gerais sobre a população e urbanização no Brasil.

Tabela 01. Dados sobre população rural e urbana e taxa de urbanização no Brasil (1940-2010).

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	URBANIZAÇÃO (%)
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.596	36,16
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	44,67
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	55,92
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297	67,59
1991	146.825.475	110.990.990	35.834.485	75,59
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25
2010	190.755.799	160.925.792	29.830.007	84,36

Fonte (STAMM et al., p. 254).

Tabela 02. Número de cidades e população por tamanho, em termos relativos.

Tamanho (mil hab.)	1991		2000		2010	
	Nº de cidades	População	Nº de cidades	População	Nº de cidades	População
0 a 25	82,50	28,7	79,50	24,4	77,10	21,6

25 a 50	9,90	13,1	11,10	12,5	12,00	12,0
50 a 100	4,40	11,5	5,30	12,2	5,90	12,0
100 a 250	2,00	12,1	2,50	12,8	3,20	14,2
250 a 500	0,70	8,9	1,00	11,2	1,10	11,0
500 a 1000	0,30	7,1	0,30	6,7	0,40	8,2
1000 a 3000	0,10	8,4	0,20	10,6	0,20	11,8
Mais que 30.000	0,04	10,2	0,04	9,6	0,04	9,2
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: (PEREIMA, 2014, p.302)

Classificação das cidades brasileiras por densidade populacional

Tabela 03. Municípios e população por densidade populacional.

Classe (densidade – hab./km²	Área	1991		2000		2010	
		Nº de mun.	Pop.	Nº de mun.	Pop.	Nº de mun.	Pop.
0-9,99	6.286	1.323	13.385	1.270	14.256	1.221	14.870
10-24,99	1,234	1.675	19.844	1.669	20.155	1.648	21.634
25-49,99	561	1.387	19;267	1.304	20.484	1.264	20.985
50-99,99	250	646	17.453	680	17.492	703	20.028
100-199,99	100	313	13.635	348	18.090	380	19.977
200-499,99	44	112	13.044	164	18.468	197	21.752
500 e mais	23	110	48.176	131	58.885	153	70.215
Total	**8.498**	**5.566**	**144.803**	**5.566**	**167.831**	**5.566**	**189.459**

Fonte: (PEREIMA, 2014, p.302)

Tabela 04. Municípios e população por densidade populacional, em termos relativos.

Classe (densidade – hab./km²	Área	1991		2000		2010	
		Nº de mun.	Pop.	Nº de mun.	Pop.	Nº de mun.	Pop.
0-9,99	74.0	23,8	9,2	22,8	8,5	21,9	7,8
10-24,99	14,5	30,1	13,7	30,0	12,0	29,6	11,4

25-49,99	6,6	24,9	13,3	23,4	12,2	22,7	11,1
50-99,99	2,9	11,6	12,1	12,2	10,4	12,6	10,6
100-199,99	1,2	5,6	9,4	6,3	10,8	6,8	10,5
200-499,99	0,5	2,0	9,0	2,9	11,0	3,5	11,5
500 e mais	0,3	2,0	33,3	2,4	35,1	2,7	37,1
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: (PEREIMA, 2014, p.302)

Condições de Moradia por densidade populacional

Tabela 05. Condições de moradia por densidade populacional (percentual da população), 1991.

Dens.	Pop.	Parede inadeq.	Esgoto inadeq.	Com água encanada	Com banheiro e água	Com energia	Com coleta de lixo	Mais de duas pessoas por dormit.
0	100,0	-	20,7	36,7	31,9	54,7	37,5	61,4
10	100,0	-	21,9	47,0	40,7	64,7	48,8	53,7
25	100,0	-	17,0	58,8	53,1	75,8	60,8	50,0
50	100,0	-	12,5	69,0	64,3	86,3	73,0	49,0
100	100,0	-	8,1	77,5	73,4	92,0	77,6	46,3
200	100,0	-	3,6	86,0	82,5	97,0	82,9	45,9
500	100,0	-	1,8	91,1	88,0	99,3	87,1	48,1

Fonte: (PEREIMA, 2014, p.302)

Tabela 06. Condições de moradia por densidade populacional (percentual da população), 2000.

Dens.	Pop.	Parede inadeq.	Esgoto inadeq.	Com água encanada	Com banheiro e água	Com energia	Com coleta de lixo	Mais de duas pessoas por dormit.
0	100,0	-	24,0	50,2	44,7	73,7	68,7	48,5
10	100,0	-	16,0	59,7	54,2	81,9	74,9	40,9
25	100,0	-	13,1	69,8	65,0	90,4	83,1	38,8
50	100,0	-	10,6	76,4	73,0	94,5	89,3	37,5
100	100,0	-	7,8	83,6	81,2	97,9	92,1	37,0

200	100,0	-	4,6	89,6	88,5	99,2	94,3	34,1
500	100,0	-	2,6	93,5	92,3	99,8	95,8	39,1

Fonte: (PEREIMA, 2014, p.302)

Tabela 07. Condições de moradia por densidade populacional (percentual da população), 2010.

Dens.	Pop.	Parede inadeq.	Esgoto inadeq.	Com água encanada	Com banheiro e água	Com energia	Com coleta de lixo	Mais de duas pessoas por dormit.
0	100,0	9,5	17,9	81,0	66,6	91,1	90,6	36,0
10	100,0	7,8	12,6	83,7	74,3	96,8	91,7	28,1
25	100,0	6,1	9,8	87,1	80,1	98,4	93,9	26,5
50	100,0	3,6	8,1	89,4	84,7	99,2	96,2	26,2
100	100,0	2,2	5,2	92,6	89,9	99,6	97,5	27,1
200	100,0	1,3	2,6	95,8	94,0	99,8	97,8	23,5
500	100,0	0,9	1,3	97,9	95,5	99,9	98,5	28,4

Fonte: (PEREIMA, 2014, p.302)